
FRONTEIRAS

Revista Catarinense de História

ISSN 1415-8701



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ISSN 1415-8701

Revista Catarinense de
H i s t ó r i a

Fronteiras

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História é uma publicação anual editada pelo Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e pela Associação Nacional de História - Núcleo Santa Catarina.

Comissão Editorial Eunice Sueli Nodari (Presidente), João Klug, Rogério Luiz de Souza.

Conselho Consultivo:

Adriano Luiz Duarte (UFSC), Ângela de Castro Gomes (UFF), Augustin Wernet (USP), Bárbara Weinstein (New York), Carlos Humberto Corrêa (IHGSC), Cynthia Machado Campos (UFSC), Euclides Marchi (UFPR), João E. P. B. Lupi (UFSC), João Klug (UFSC), José Augusto Drummond (UFF), Maria Amélia Schmidt Dickie (UFSC), Maria Célia Paoli (USP), Maria Teresa Santos Cunha (UDESC), Rosângela Miranda Cherem (UDESC), Valberto Dircksen (UFSC).

Composição e editoração: Jó Klanovicz

Capa: Adaptação monocromática da obra Reminiscência (Artista Plástica Eliana Maria Rosar - 2002 - elianarosar@hotmail.com)

(Catalogação na fonte por Daurecy Camilo (Beto) CRB-14/416)

Fronteiras: Revista Catarinense de História/Universidade Federal de Santa Catarina.
Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e
Associação Nacional de História (ANPUH-SC). - n. 10 (2002) - . . . impresso em
2004.

v.; 28 cm

Anual

Continuação de: Revista Catarinense de História, [199-]/1997, n.1-5.

ISSN 0101-9589

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.

Endereço para assinatura/Mailing address subscriptions

Universidade Federal de Santa Catarina/CFH/Depto de História
Campus Universitário - Trindade - CEP: 88040-900 - Florianópolis/SC
e-mail: anpuhsc@cfh.ufsc.br
Fone/Fax: (48)331-9359 ramal 05

Sumário

Editorial

Beatriz G. Mamigonian

005

Portugal enquanto Profecia: Gênese, Conteúdo e Metamorfoses do Profetismo Português

José E. Franco

007

O Olhar do Vizinho: a opinião pública argentina e a formação das fronteiras territoriais brasileiras

Adelar Heinsfeld

023

As Perspectivas de Análise do Trabalho na Historiografia Catarinense

Jaqueline Z. Schmitt

037

Corpos (em tempos) Modernos

Luciana R. F. Klanovicz

049

O Declínio da Pesca da Baleia nas Armações Catarinenses

Fabiana Comerlato

065

Etnicidade e Espaço no Distrito Bananal (atual município de Guarimirim/SC)

Gerson Machado

075

Viajantes, Imigrantes e suas Impressões sobre a Floresta de Santa Catarina

Manoel P. R. T. dos Santos e João Klug

089

A História Antiga e a Formação das Nações Europeias

Fábio A. Hering

103

ENTREVISTA

Por que a Revolução dos Cravos deixou de ser Socialista

Waldir J. Rampinelli e Otelo S. de Carvalho

113

RESENHAS/LIVROS

A Armada do Papa: os segredos e o poder das novas seitas da Igreja Católica

Gizele Zanotto

121

Natureza na América Latina: apropriações e representações

Ely B. de Carvalho

129

Normas para publicação na FRONTEIRAS

..:

Editorial

Este número de *Fronteiras: Revista Catarinense de História* brinda seus leitores com uma série variada de artigos de diferentes perspectivas historiográficas contemporâneas.

José Eduardo Franco, em artigo instigante, trabalha a investigar o peso mental que o passado exerceu e ainda exerce sobre a cultura e o imaginário coletivo, centrando sua análise sobre o caso de Portugal. Já Adelar Heinsfeld analisa a maneira como a imprensa argentina noticiou e criticou a política externa brasileira de Rio Branco. As soluções brasileiras para as questões de fronteira com Bolívia, Peru e Uruguai no início do século XX foram criticadas pelos argentinos como ações imperialistas.

Jaqueline Zarbato Schmitt traça um panorama dos textos e autores que têm o trabalho e os trabalhadores de Santa Catarina como foco de pesquisa. Procura assim “mapear” o que poderíamos chamar de “história do trabalho” em Santa Catarina, embora ela seja muito mais ampla e diversa do que se pôde discutir.

Luciana Fornazari Klanovicz trata de outro tema ligado ao mundo moderno: a difusão, através da *Revista Cruzeiro*, do modelo americano de modernidade. No período após a 2ª. Guerra Mundial, o “American way of life” chegava, segundo a autora, através da exortação ao consumo de aparelhos eletro-domésticos e adoção de ideais de vida típicos da classe média norte-americana.

Outro artigo sugestivo é o de Fabiana Comerlato sobre as causas para o declínio da pesca da baleia nas armações do litoral catarinense no século XIX. Comerlato reúne evidências dispersas e instigantes acerca da atividade de baleeiros estrangeiros, sobretudo norte-americanos, no litoral catarinense e atribui a esta atividade o declínio das armações em terra.

Gerson Machado discute a construção de “espaços étnicos” no distrito de Bananal (Joinville, SC). Através de entrevistas com antigos moradores do distrito, Machado revela que os grupos de vizinhança negociavam entre eles espaços de convivência e reelaboravam seus significados. Já Manoel Teixeira dos Santos e João Klug analisam outro aspecto da relação entre os imigrantes e o espaço físico. Estudam através de uma variedade de fontes a percepção que os viajantes e colonos tinham da floresta de Santa Catarina e como estas imagens mudaram à medida

que os colonos tomaram contato e ganharam experiência na interação com o meio ambiente.

Temos ainda um artigo de Fábio Hering sobre a relação entre a escrita da História Antiga e a construção das nações européias. Hering investiga como a valorização da antigüidade clássica obedeceu a critérios seletivos, dados pelos interesses na política de identidade nacional na Europa do século XIX. Temos ainda, por último, mais uma entrevista de Waldir Rampinelli em torno da História contemporânea de Portugal. Desta vez, o entrevistado é o tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho, participante do movimento que depôs Salazar, e a questão é: por que a Revolução dos Cravos deixou de ser socialista?

Este número de Fronteiras apresenta-se como um mosaico dos diferentes temas e abordagens correntes entre historiadores e desafia qualquer tentativa de interpretação que as reúna. É o momento de saudar, portanto, a preocupação da presente geração de historiadores com diversidade de fontes, de temas e de perspectivas de análise.

PORTUGAL ENQUANTO PROFECIA: Génese, conteúdos e metamorfoses do profetismo português*

José Eduardo Franco

“A utopia é a escrita do sonho, ou o sonho
escrevendo-se.”

Luís Filipe Barreto

“Só temos o passado à nossa disposição.
É com ele que imaginamos o futuro”.

Eduardo Lourenço

1. Considerações preliminares

As correntes proféticas em Portugal e as utopias e mitos que elas engendraram constituem um filão importante e decisivo para compreender os dinamismos da nossa história pátria. Esta dimensão da historiografia situa-se naquela área tão sensível, tão sugestiva, mas tão esquecida ou tão menosprezada que se pode chamar de uma forma provocante de história invisível e mais específica e tecnicamente de história do imaginário e das mentalidades¹. Estudar o profetismo em Portugal implica tomar consciência da dimensão e do peso mental que o passado exerceu e continua a exercer sobre a mentalidade, a cultura e o imaginário colectivo português. Como considera um dos pensadores que mais tem reflectido sobre a evolução da ideia de Portugal citado em epígrafe, «nenhuma barca europeia é mais carregada de passado do que a nossa. Talvez por ter sido a primeira a largar o cais e a última a regressar». E acrescenta de forma pertinente: «Mas nenhuma dessas nações, ou antes, culturas-nações, convive com o passado como a nossa. Simbolicamente, nenhum povo vive no passado – em particular naquele a que nós devemos o nosso perfil singular – como Portugal»².

O ser humano precisa, de facto, tanto de sonho como de pão para viver, para ousar ir mais longe e elevar a vida acima do suor quotidiano. O profetismo oferece ao sequioso universo onírico do Homem a água para saciar a sua sede de utopia, esforçando-se por potenciar o desejo colocando-o ao

* Texto original de conferência proferida na Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ Para uma reflexão epistemológica actualizada sobre a pertinência da área da história do imaginário na sua interligação com a história das mentalidades ver Lucian Boia, *Pour une histoire de l'imaginaire*, Paris, 1999.

² Eduardo Lourenço, *Nós como futuro*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1997, p. 19; Luís Filipe Barreto, “Utopia e heteropia”, in *Brotéria*, Vol. 106, 1978, pp. 275-279; e Karl Monttein, *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976

serviço da fortificação da vontade de transformar a realidade sombria e labiríntica em avenidas luminosas de esperança.

Com efeito, as correntes profético-messiânicas, de carácter religioso ou político, correspondem em termos genéricos a uma ambição constituinte do homem: conhecer o futuro. Dão resposta a um desejo profundamente humano: que o que nos espera seja melhor do que aquilo já conhecemos. Como refere um importante historiador destas questões, George Minois: "profetizar é próprio do homem. É uma dimensão fundamental da sua existência. Temos um pé colocado no presente e outro no futuro. Viver é sempre antecipar e cada uma das nossas acções aponta para um objectivo situado no futuro [...]. Passado, presente, futuro formam um todo indissociável, e se podemos agir no presente, é porque nos lembramos do passado e assim vislumbramos o futuro."³ O nosso genial Padre António Vieira já no século XVII traduziu já esta percepção tão aguda na abertura da sua formidável *História do Futuro*: «Nenhuma coisa se pode prometer à natureza humana mais conforme ao seu maior apetite, nem mais superior a toda a sua capacidade, que as notícias dos tempos e sucessos futuros»⁴.

Tanto os tempos de crise e de ruína como os tempos de esforçada restauração e ressurgimento inspiram a construção de utopias⁵ e de mitos⁶, por vezes delirantes, em ordem a cumprirem objectivos de carácter mobilizador e orientador das consciências colectivas. Objectivos que visam a sustentação psico-social de uma desejada resistência moral e de fidelidade a valores que as incertezas desses momentos históricos exigem. É bem elucidativa disto mesmo uma passagem programática da citada *História do Futuro* de Vieira, para justificar a escrita da utopia do Quinto Império português: "Isto é, pois, o que eu agora lhe quero persuadir e admoestar, e um dos fins principais por que escrevo esta História, para que, pelo conhecimento dos nossos futuros, possam emendar o engano de suas esperanças presentes."⁷

2. Etimologias e significações do conceito de profetismo

O termo *Profetismo* deriva da palavra *profeta*, donde advém outro conceito fundamental para a sua compreensão: o termo *profecia*. Profeta, em hebraico bíblico,

³ George Minois, *História do Futuro. Dos Profetas à Prospectiva*, Lisboa, Teorema, 2000, p. 9; e cf. Jean Delumeau, *Mil anos de Felicidade: uma história do Paraíso*, Lisboa, 1997, p. 461.

⁴ António Veira, *História do Futuro*, Introd., actualização e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, 2ª ed., Lisboa, IN-CM, 1992, p. 47.

⁵ Sobre a problemática da utopia cf. v.g.: Ernst Bloch, *Geist der utopie*; Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985; Paul Ricoeur, *Ideologia e utopia*, Lisboa, Edições 70, 1991; e Jusi Szacki, *As utopias ou a Felicidade Imaginária*, Rio de Janeiro, s.n. 1972; Hillel Schwartz, *Os finais de século: Lenda, mito, história, de 990 ao ano 2000*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.

⁶ Mitos com funções explicativas e justificativas dos acontecimentos presentes, através do repensar das origens da realidade em causa, como define Burke: "A mythe is a symbolic story told about characters who are larger (or blacker, or whiter) than life; a story with a moral, and in particular a story about the past which is told in order to explain or justifies some present state of affairs." Peter Burke, *The Renaissance*, 2ª ed., London, Macmillan Press, Ltd., 1997, p. 2.

⁷ António Veira, *op. cit.*

língua em que o conceito adquiriu grande relevo e significado histórico, cultural, religioso e espiritual, é designado pelo termo *nabî* (Ex 15, 20; Jz 4, 4; 2Rs 22, 14; Is 8, 3; 2Cr 34, 22, em que se desenvolvem as formas verbais correspondentes *nibba'* et *hitnabbé'*) que significa em sentido activo publicador ou proclamador de uma mensagem de esperança, de cariz transcendente. Se inferirmos o seu sentido através de uma leitura na voz passiva (*nabî'm*), profeta significa chamado, que os LXX traduziram para grego por *prophetés*. Este vocábulo, usado em todo o Antigo Testamento, é de etimologia discutível, apesar de a maioria dos especialistas concordarem que ele deriva do acádico *nabû* (chamar). Outros termos estão-lhe ligados, como *rô'eh* (vidente), que define a função de Samuel (1Sm 9; Cr 9, 22; 26, 28; 29, 29); a função que ele desempenha diferencia-se pouco de *nabî*: Samuel, o vidente que preside à confraria dos *nebí'im* (1Sm 19, 20), ajuntada ao seu papel de mensageiro de Deus, entendido como *nabî* individual (1Sm 3, 19-20).

Outra palavra recorrente, *hózeh*, significa igualmente vidente (de origem aramaica), sendo sinónima de *rô'eh* em Is 30, 10 e de *nabî* em Is 29, 10 e 2 Rs 17, 13. As formas arcaicas de Profetismo israelita expressavam estados colectivos de transe suscitados pelo Espírito de Deus (1Sm 10, 5-7. 10-13) que depois evoluíram com a afirmação da grande tradição do Profetismo individual, na qual se destacaram grandes profetas como Elias, Ezequiel, Jeremias, Isaías, etc. O fenómeno profético não é exclusivo do povo bíblico, pois encontramos-lo também nas religiões anteriores e paralelas da Mesopotâmia, do Egipto e do mundo cananeu (os profetas de Baal: 1Rs 18, 19-40). Todavia, estes contactos e influências não retiram a especificidade do Profetismo israelita, no qual os profetas eram os mediadores de Deus e da sua revelação. No Islamismo, o Corão entende o profeta (*rasûl*) como o enviado por Alá aos homens e aquele que diz o que Deus deseja - a Lei: "Nós só enviamos os profetas para anunciarem a boa nova para avisarem os homens." (VI, 48). Na perspectiva do ocultismo, o profeta é aquele que proclama e interpreta um oráculo; é um adivinho.

A profecia é passível de duas interpretações distintas. No sentido bíblico, em que o movimento profético marcou o ritmo de renovação religiosa do judeo-cristianismo, a profecia é essencialmente uma proposta de *metanoia*, de conversão interior que se traduz necessariamente na transformação e conversão das estruturas sociais afectadas pelo pecado, abrindo a História para a Esperança que radica sempre em Deus, Senhor da vida e da morte e garante da plenitude⁸. Na conotação esotérica e hermética, a profecia concebe-se como a tentativa de invadir o futuro de forma a desvelá-lo, mormente os seus acontecimentos cruciais e os de carácter teleológico; neste caso, o termo mais correcto a utilizar deveria ser *predicções*.

De qualquer modo, a palavra *profecia* foi empregada historicamente com os dois sentidos. Considerados estes conceitos recorrentes, o Profetismo pode ser entendido, em termos gerais, como a corrente originariamente de carácter religioso que propõe uma interpretação do ritmo, do destino da História à luz das

⁸ J. Ellul, *Apocalipse. Arquitetura em movimento*, S. Paulo, Edições Paulinas, 1980, pp. 19-20.

profecias. O Profetismo subdivide-se em duas grandes vertentes que, na maior parte dos casos, estão interligados: o Profetismo religioso e o Profetismo político; este último desdobra-se em Profetismo cultural e Profetismo social.

Depois de Max Weber, a noção de Profetismo é habitualmente utilizada para evocar uma forma particular de vida ou de experiência religiosa. Contudo, podemos utilizá-la de maneira pertinente quando estamos perante a sua função de apelo à regeneração, em qualquer tipo especializado de homens e mulheres que propõem, em situações de crise das estruturas sociais e mentais, uma mensagem que possa constituir uma resposta à crise, um futuro regenerado para a sociedade degradada⁹. A mensagem é normalmente verbal, mas pode comportar gestos e comportamentos significativos que rompem com os hábitos quotidianos. Aquele que se assume como profeta, em nome de uma investidura excepcional (normalmente de carácter transcendente), recorda ou revela os fundamentos últimos que se arriscam a perder de vista e alerta para a pertinência dos problemas presentes¹⁰. Diríamos que existe, neste caso, nas sociedades ou culturas em questão, a presença de um ofício profético, desde que esta presença tenha um certo carácter permanente, distinto do institucional, desde que o profeta reserve acima de tudo a atitude da surpresa, da imprevisibilidade e se torne origem ou inspirador de um movimento que se diferencia do funcionamento corrente dos grupos sociais¹¹.

3. Profetismo cristão peninsular e génese do profetismo português

O sistema profético cristão é entendido como o testemunho rendido à nova e eterna aliança consumada em Jesus Cristo, que faz a continuidade da profecia antiga, memória da aliança de Deus com o seu povo.

A patrística hispânica e lusitana, que se inspirou no pensamento cristológico em voga e se debateu com as crises das suas formulações históricas em torno da imagem de Cristo, vai constituir os primórdios do Profetismo ibérico: a fase arianista de Potâmio de Lisboa, o ascetismo gnóstico de Prisciliano, o anti-pelagianismo de Paulo Orósio, o providencialismo de Afringio de Beja, os cânones dos concílios de Toledo constituem os alicerces da teologia fundamental do Ocidente Peninsular.

⁹ Cf. Norman Cohn, *Milenaristas revolucionarios e anarquistas místicos da Idade Média*, Lisboa, Presença, 1981.

¹⁰ Jesus Asurnendi, *Le prophétisme: les origines à l'époque moderne*, Paris, Nouvelle Cité, 1985.

¹¹ Cf. *Ibidem*, 110; e cf. A. Neher, *L'Essence du Prophétisme*, Paris, Calmann-Lévy, 1972, pp. 23-34. Os profetas tiveram uma influência fundamental na fase intermédia do percurso histórico do homem veterotestamentário. Todavia, a palavra profeta é também relevante no Novo Testamento devido ao que ela significa para a revelação de Jesus Cristo, o qual é o Profeta por excelência, bem como devido à frequência com que aparece, precisamente 206 vezes. A propósito da compreensão essencial da dimensão profética como estruturante da religião judeo-cristã, convém aqui recordar a classificação que Hans Küng faz das religiões, agrupando-as em três grandes constelações, consoante a tónica dominante que as caracteriza. Enquadra o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo nas religiões proféticas; o Jainismo, o Budismo e o Hinduísmo que se desenvolvem no subcontinente indiano nas religiões místicas; e o Confucionismo e o Taoísmo nas religiões sapienciais. Cf. Hans Küng et alii, *Le Christianisme et les religions du monde*, Paris, ed. du Seuil, 1986.

Oficialmente, o profetismo bíblico encontra eco no profetismo eclesial: os cristãos também se entendem em diáspora (Igreja Peregrina) e aguardam, em jubilosa esperança, a derradeira vinda de Cristo salvador. Esta temática profética será consagrada e apresentada pela doutrinação ortodoxa e vai inspirar um sem número de tratados cristológicos com cariz profético desferidos *adversus haereses* e *adversus judeos*. As profecias de Santo Isidoro de Sevilha e de S. Frei Gil de Santarém não podem ser entendidas fora deste contexto: no seu entendimento, o Encoberto não é senão o Cristo da parusia.

O Profetismo considerado historicamente, no contexto português, assume contornos prevaletentes, de carácter político, procurando elementos estruturantes no foro religioso judeo-cristão e nas ciências herméticas, bem como recebendo dados culturais das religiões primitivas. O Profetismo lusitano anuncia a esperança da regeneração da sociedade portuguesa, de uma idade de ouro, da chegada de um messias, de um grande chefe, de um monarca que conduzirá Portugal e a Igreja de Católica às glórias antigas e assegurará o seu triunfo no quadro mundial de acordo com o que se crê estar divinamente predestinado por Deus aquando da fundação do reino de Portugal.

O Profetismo português surgiu, tanto quanto nos é dado conhecer pelos documentos, com o esforço de afirmação da autonomia do reino perante os outros estados europeus, estando, portanto, na sua origem e consolidação um Profetismo de cariz político que não hesitou em recorrer a elementos subsidiários de ordem religiosa e até de modelação mitogénica para legitimar e fundamentar, com condições de credibilidade, a sua mensagem profética¹².

A solidificação da autonomia de Portugal na guerra de 1383 a 1385, inspirou a Fernão Lopes a proclamação da sétima idade da história humana e subentende-se da sua Crónica que o povo português é o povo eleito dos tempos modernos¹³. Foi nesta conjuntura de euforia nacional, acrescida da conquista de Ceuta em 1415, que teria nascido o célebre milagre de Ourique: Cristo teria aparecido a D. Afonso Henriques para lhe garantir a vitória na batalha contra os infiéis e lhe confirmar a predilecção divina. Esta lenda, colocada profeticamente na boca de muitos pregadores, teria o intuito de legitimar o lugar privilegiado ou, pelo menos, autonomizado de Portugal entre os reinos da cristandade europeia; mais tarde, ampliada com outros elementos míticos, acabou por constituir o cânone fundamental do *credo lusitano*¹⁴. Como analisa Manuel Clemente: "Com efeito, quando a nossa consciência comunitária venceu em Aljubarrota as leis do sucesso senhorial, também a história de Portugal começou a buscar em Deus a chancela que o nosso primeiro rei procurava mais prosaicamente no reconhecimento papal. No século XII, D.

¹² Cf. José Eduardo Franco & José Manuel Fernandes, *O mito do milénio*, Lisboa, Paulinas, 1999, passim.

¹³ Sobre o assunto ver Luís de Sousa Rebelo, *A concepção do poder em Fernão Lopes*, Lisboa, 1983; Idem, "Millénarisme et historiographie dans les chroniques de Fernão Lopes", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Lisboa, 26, 1989, pp. 97-120; e Margarida Garcez Ventura, *O Messias de Lisboa: um estudo de mitologia Política (1383-1415)*, Lisboa, 1992.

¹⁴ Manuel Clemente, "Portugal: História ou Profecia?" in *Communio*, nº 4, 1994, p. 353.

Afonso Henriques garantia a independência com o trabalho *placet* do Papa Alexandre III; no século XV o *milagre de Ourique* apareceu como garantia divina para a perenidade portuguesa: ali o próprio Cristo teria prometido um Portugal imperecível. Depois a profecia foi aumentada ainda, como aumentada foi a projecção portuguesa no mundo: Portugal levaria a toda a parte o Reino de Cristo de quem trazia as cinco quinas do seu escudo."¹⁵

O Profetismo que emergiu na cultura portuguesa decorreu da fusão de três correntes que convergem de uma forma sintética: as correntes hebraica, cristã e a política. Todas três se compenetraram e acabaram por se misturar de uma forma inextrincável. Nas origens, encontramos os judeus e os cristãos-novos mal assimilados pela cultura cristã dominante e muitos judeus convertidos não reconhecendo a divindade de Cristo, continuavam, de facto, a esperar a vinda de um Messias que devia preludiar a intervenção de Deus em favor do seu povo eleito, através do qual se revelaria mestre absoluto e universal de todos os homens e de todas as culturas¹⁶.

No fim do século XV, a expulsão dos judeus de Espanha e mais tarde de Portugal, provocou uma grave crise de consciência nas populações judias: como sempre, os perseguidos refugiavam-se na esperança de um futuro melhor, acreditando reconhecer nesta *prova* o signo decisivo da inauguração dos tempos messiânicos. Alguns judeus profetizaram mesmo a chegada do Messias: por exemplo, o célebre financeiro português Isaac Abarbanel anunciou a chegada do Messias para o ano 1503; David Ruben considerou-se um enviado da tribo de Ruben desaparecida para proclamar a proximidade da redenção; Diogo Pires fez várias previsões; Luís Dias auto-proclamou-se como messias de Deus. Estes factos são bem ilustrativos do clima que se vivia no seio das minorias religiosas judias, que desenvolveram um messianismo adequado à sua situação social e religiosa marginal¹⁷.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Cf. Marjorie Reeves, *The Influence of prophecy in the Later Middle Ages. A Study in Joachimism*, Oxford, 1969.

¹⁷ Colloque internacional de San Lorenzo de el Escorial - *Diálogo filosófico-religioso entre Cristianismo, Judaísmo e Islamismo durante a la edad media en la Península Ibérica* - Actas, Turnhout: Brepols, 1994.

¹⁸ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Com. Epifânio da Silva Dias, Lisboa 1972, 262-263. - Esta estrofe dos *Lusíadas*, tradicionalmente interpretada de forma univalente como a reacção contra o programa dos Descobrimientos por parte dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa, também deve ser lida como a reflexão operada por Camões sobre a angústia humana, onde a dimensão pessimista do homem é sobrevalorizada. Isto é reflexo do humanismo da época caracterizado pelo pessimismo angustiado de carácter agostiniano:

"Mas um velho de aspecto venerando,
Que ficava nas praias entre a gente,
Postos em nós os olhos, meneando
Três vezes a cabeça, descontente,
A voz pesada um pouco alevantando
Que nós no mar ouvimos claramente,
Com um saber só de experiência feito
Tais palavras tirou do experto peito:

Ó glória de mandar! Ó vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos fama!

4. Descobrimientos e idealização da génese e da missão de Portugal

Numa perspectiva de combate ao infiel em África e depois de conversão planetária dos gentios, abriu-se aos portugueses a possibilidade da realização das viagens marítimas que, no fim do século XV, foram coroadas com a chegada à Índia e ao Brasil e com a construção de um grande império colonial e talassocrático no Oriente e no Ocidente. Estes eram os motivos sobejos para que o pequeno Portugal se arrogasse de possuir, na sua génese, uma missão universal de carácter transcendente.

É também verdade que, nesta época, coincidente com os Descobrimientos, também se registaram muitas queixas e muitas incertezas - que a figura do Velho do Restelo¹⁸ é bem ilustrativa - sobre a perda de valores tradicionais e sobre a angústia e ambição humanas, consequência das grandes e rápidas transformações sociais. Mas tudo leva a crer que até os mais pessimistas não deixaram de acreditar na missão histórica de Portugal.

As primeiras derrotas dos portugueses no Oriente e em África encontraram eco nas Trovas de Bandarra (c. 1541) - cujas profecias constituem o verdadeiro *catecismo* do profetismo nacional¹⁹ - que profetizava a Conquista de Marrocos, o Turco derrotado e o Império Universal sob a égide da monarquia portuguesa. D. Sebastião é entendido como o predestinado para a consecução dessas tarefas através, por exemplo, de Diogo de Teive, Frei Miguel dos Santos, Freire de Andrade e até de Camões. Paralelamente, os portugueses do século XVI tomaram consciência da grandeza da empresa marítima que tinham empreendido; consideravam terem feito mais do que os romanos e os gregos todos juntos, os quais escreveram grandes obras de história e literatura para imortalizar os seus feitos. Também as façanhas dos portugueses foram consignadas em textos literários e delas foram hauridas ilações proféticas; estas reflectem-se nas obras de Barros, de Castanheda, de Góis, de Garcia Resende, Gil Vicente e de Luís de Camões, que canta:

“Deveis de ter sabido claramente
 Como é dos Fados grande certo intento
 Que por eles se esqueçam os humanos
 De Assírios, Persas, Gregos e Romanos.”²⁰

Neste âmbito, reaviva-se a fé numa missão de ordem divina atribuída pelos céus ao reino lusitano. O mito da construção de um *império cristão* ganhou como que um carácter sagrado e tendia a estar ao serviço de um

O fraudulento gozo que se aliça
 Com uma aura popular que honra se chama!
 Que castigo tamanho e que justiça
 Fazes no peito vão que muito te ama!
 Que mortes, que perigos, que tormentos,
 Que crueldades neles experimentas!

¹⁹ Cf. Gonçalo Eanes de Bandarra, *Prophecias de Gonçalo Annes de Bandarra, Sapateiro de Trancoso*, Nova Edição, Lisboa, Universal, 1911.

²⁰ Luís de Camões, *op. cit.*, p 75.

imperialismo de fé religiosa e política de carácter universalizante. Os missionários, os marinheiros e os soldados portugueses levaram a Palavra de Cristo a todas os povos que encontraram e acreditavam estar delegados especialmente por Deus para tal efeito.

5. Profetismo sebastianista e a mitificação do destino nacional

Os profetas messiânicos portugueses orientaram o seu discurso predominantemente para a prodigalização do mito do Encoberto²¹ - o sebastianismo, sendo este, em determinada perspectiva, entendido como a chave hermenêutica para a compreensão da história do país e, de certo modo, da evolução da cultura portuguesa desde a modernidade. Os outros tipos de Profetismo relacionam-se com o sebastianismo ou dele dependem directa ou indirectamente²².

Este Profetismo indicia-se em João de Barros, na *Crónica do Imperador Clarimundo* e na *Rópica Pnema*, na presença franciscana (os franciscanos estavam muito influenciados por uma escatologia de inspiração joaquimita e milenarista) na corte de D. Manuel I e na mística dos Descobrimentos²³. E continua emergente com a obra de Diogo Castilho, a *Origem dos Turcos*, com os prognósticos de Frei João do Porto, com a obra de Frei Marcos de Lisboa, a *Crónica da Ordem dos Frades Menores*, com o *Desenganos de Perdidos* do arcebispo Frei Gaspar Leão, bem como com as profecias de Frei Bernardo de Brito e do Pe. José Anchieta²⁴.

A desilusão de Alcácer-Quibir, o desaparecimento de D. Sebastião e a ameaça de absorção espanhola constituíram um factor de radicação e de extensão do profetismo português, bem como o exacerbamento do messianismo e do milenarismo que lhe era intrínseco. Temos logo no contexto polémico e dramático da crise sucessória de 1580 o aparecimento da primeira *História de Portugal* de Fernando Oliveira, que consideramos a obra por excelência do proto-nacionalismo e proto-sebastianismo português. Esta história que estabelece o mito das origens de Portugal é uma espécie de epopeia em prosa da historiogénese sagrada e da deriva providencial da nação portuguesa, anunciando, de forma implícita, a vinda a prazo de um *rei restaurador* para plenificar a missão universalista deste reino eleito, inscrita desde a sua fundação divina²⁵.

²¹ Cf. A. Machado Pires, *D. Sebastião e o Encoberto*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

²² Sobre o assunto ver o estudo clássico de João Lúcio de Azevedo, *A evolução do sebastianismo*, Lisboa, Presença, 1989.

²³ J.S. da Silva Dias, *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (século XVI a XVIII)*, Tomo I, Coimbra, 1960, passim; e Idem, *Os descobrimentos portugueses e a problemática cultural do século XVI*, Lisboa, Presença, 1982..

²⁴ Cf. Manuel Gandra, *Joaquim de Fiore, Joaquinismo e esperança sebastica*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1999, passim.

²⁵ Cf. José Eduardo Franco, *O mito de Portugal: A primeira História de Portugal e a sua função política*, Lisboa, Fundação Maria Manuela de Albuquerque d'Orey e Roma Editora, 2000.

²⁶ Cf. José Eduardo Franco & Bruno Cardoso Reis, *O primeiro Tratado sobre o Quinto Império em*

D. João de Castro dedica-se ao estudo das profecias correntes, no ano de 1587, e logo se lhe afigura na mente sonhadora a esperança de que D. Sebastião haveria de ser o Encoberto, imperador do Mundo. Desta saudade, desta esperança e deste esforço de fundamentação na leitura das profecias nasce o mito do sebastianismo.

5.1. O profetismo quinto-imperialista

O já enunciado ideal profético-escatológico de Bandarra - primeiro grito da decadência da gloriosa história portuguesa - tornou-se um valor comunitário e um factor de antíteses. As suas profecias, que previram a ruína do Império Português, começado a construir por D. Afonso Henriques, vão estar na base do impulso restauracionista, eivado ainda do ideal de cruzada que regeu a fundação e expansão de Portugal. Manuel Bocarro Francês (1588-1662), alquimista e médico, astrólogo e matemático, reflecte esta influência no poema *Anacefaleosis da Monarquia Lusitana* (1624), no qual prediz o Império Universal com sede na metrópole portuguesa.

Do mesmo modo, Sebastião de Paiva, logo em 1641, anuncia o advento do Quinto Império português no primeiro *Tratado da Quinta Monarquia* conhecido. Convencido de que D. Sebastião estava vivo, critica a usurpação do trono e do título de rei por D. João IV, profetizando a chegada iminente do Rei Encoberto desaparecido em Alcácer-Quibir para recuperar a soberania portuguesa e acabar de cumprir a sua missão sagrada de carácter cruzadístico. Esta consistia fundamentalmente na derrota do infiel, na recuperação do terra sagrada de Jerusalém, na cristificação de toda a terra e na elevação de Portugal ao estatuto de último império universal do mundo, refundando a idade de ouro perdida da humanidade. Sebastião de Paiva, é, assim, o mais lídimo representante, neste período, da corrente do sebastianismo ortodoxo em Portugal²⁶.

Sob a autoridade de Bandarra e com o impulso dos Jesuítas, principalmente do Padre António Vieira (1608-1697), o Sebastianismo heterodoxo reforça-se com a independência restaurada em 1640. Este sebastianismo metamorfoseia-se de tal modo que é capaz de identificar o Encoberto sucessivamente com as figuras de D. João IV, D. Teodósio, D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V²⁷.

O profetismo de carácter sebastiânico elabora-se no contexto dramático de crise nacional no período da pós-restauração. Toda uma literatura político-profética (desde tratados a sermões) é forjada por espíritos brilhantes para fazer a disquisição profético-erudita em ordem a fazer crer que a restauração não era mais que a realização das profecias²⁸.

Portugal. O *'Tratado da Quinta Monarquia'* de Sebastião de Paiva, Lisboa, Texto policopiado, 2002 (Edição em preparação na Imprensa Nacional – Casa da Moeda).

²⁷ Cf. Raimund Cantel, *Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre de António Vieira*, Paris, Hispano-Americanas, 1963.

²⁸ Sobre o assunto ver o estudo de Paulo Alexandre Esteves Borges, *A plenificação da História em Padre António Vieira. Estudo sobre a Ideia de Quinto Império na Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*,

O padre António Vieira, o mais altissonante teorizador do profetismo português, defende a legitimidade desta esperança com base nos feitos auspiciosos realizados pelos portugueses nas viagens marítimas: "Portentosas foram antigamente, aquelas façanhas, ó portugueses, com que descobristes novos mares e novas terras, e destes a conhecer o Mundo ao Mundo. Assim como líeis então aquelas vossas histórias, lede agora esta minha, que é também vossa. Vós descobristes ao mundo o que ele era, e eu vos descubro a Vós o que haveis de ser. Em nada é segundo e menor este meu descobrimento, senão maior em tudo. Maior cabo, maior esperança, maior império."²⁹

Os portugueses tinham sido considerados por Vieira como os criadores da universalidade; uma vez que este distinto pregador professava um determinismo providencialista, o grande pregador acreditava que Portugal era um instrumento privilegiado dos designios de Deus. Nesta sua obra inconclusa, intitulada sugestivamente de *História do Futuro*, o jesuíta lança as bases para construção da sua grande utopia profética de cariz milenarista: o Quinto Império. Nas suas obras proféticas, anuncia mil anos de fé, de paz e de felicidade sob um regime teocrático inspirado no modelo de cristandade, em que o rei português e o Papa de Roma assumiriam o governo do império universal, nas suas competências temporais e espirituais sabiamente conciliadas. No projecto quinto-imperialista vieiriano coexistem duas universalidades que são distintas, embora estando perfeitamente interligadas: a universalidade de Portugal e a universalidade da Igreja Católica³⁰.

A ideia imperialista do pregador é trespassada pelo sonho da unidade, de um entendimento durável entre a cristandade dividida, através de um total aproveitamento das energias e de uma colaboração fecunda, que a fragmentação do poder temporal e as lutas intestinas da cristandade contemporânea impediam³¹. Com efeito, as raízes deste Profetismo imperialista estava patente em muitos e significativos textos da parenética portuguesa, nomeadamente aqueles que foram pregados nos momentos cruciais da história portuguesa (v.g. revolução de 1383-85, Restauração, etc.), nos quais se anuncia a futura exaltação do reino perante os outros povos e o triunfo da Igreja Católica³².

Lisboa, IN-CM, 1995.

²⁹ Cf. António Vieira, *op. cit.*, p. 64. Sobre o assunto ver também o nosso estudo: José Eduardo Franco, "Teologia e utopia em António Vieira", in *Lusitania Sacra*, Vol. 11, 1999, pp. 153-245.

³⁰ Cumpre aqui salientar que o profetismo quinto-imperialista Vieiriano sofreu uma evolução. Na última fase da sua vida em que António Vieira regressou ao Brasil e se tornou Visitador Apostólico das missões dos Jesuítas, o pregador reconfigura a sua utopia. Depura-a da afecção nacionalista portuguesa e confere-lhe um sentido puramente eclesiológico de carácter ecuménico e universalista. Cf. Pe. António Vieira, *Clavis prophetarum: Chave dos profetas*, Livro III, Tradução e edição crítica de Arnaldo Espírito Santo, Lisboa, BN, 2000. Para um estudo sobre esta evolução da formulação utópica deste pregador jesuíta ver António Lopes, s.j., *Vieira, o encoberto: 74 anos de evolução da sua Utopia*, Cascais, Principia, 1999.

³¹ Cf. Vasco Pulido Valente, *Estudos da crise nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980, p. 235.

³² J. Francisco Marquês, *A parenética portuguesa e a restauração*, Porto, INIC, 1989. Vol.II, pp. 174-177, 182-184, 295-296, 550...

³³ Sobre o assunto ver R. Grilo Capelo, *Profetismo e esoterismo. A arte do prognóstico em Portugal*

Ainda na 2ª metade do século XVII, o filósofo e matemático António Paes Ferraz escreve um prognóstico, visando fins políticos imediatos - apresenta D. Afonso VI como a concretização das esperanças sebastianistas num período de instabilidade, em que o conde de Castelo Melhor ultimava o golpe de palácio que terminou com a regência de D. Luísa de Gusmão; mostra, assim, a força da doutrina profética baseada na astrologia judiciária e na cabalística em meios eruditos, constituindo a mais fecunda utilização e profundo conhecimento da teoria das conjugações, face à corrente profética nacional.

Embora com efeito transitório, as profecias bandarrianas ditas sebastianistas projectaram-se ainda sobre personagens menos marcantes da pós-restauração quando já era evidente que as expectativas do primeiro momento se não realizariam: aconteceu com o infante D. Duarte em 1659, com um herói desconhecido das guerras de Itália em 1659, com D. João de Áustria em 1661. Paralelamente à divulgação das trovas de Bandarra, surgiram várias especulações que os sebastianistas atribuíam a individualidades dos tempos remotos, algumas criadas apenas na imaginação - santos, religiosos, visionários, profetas e astrólogos - cujas prédicas serviam para legitimar a proclamação desta doutrina. António de Sousa Macedo, culto diplomata, para fundamentar a restauração da independência portuguesa perante a opinião europeia, não teve pejo em recorrer a uma série de vaticínios tradicionais, casos maravilhosos e prodígios vários³³.

6. Metamorfoses laicas do profetismo nacional

A corrente profética latente como que se metamorfoseia nos séculos XVIII e XIX, durante os quais as ideologias assumem, em certas circunstâncias, a dimensão de Profetismo (Profetismo não militante), especialmente depois da Revolução Francesa e ao longo da Revolução Industrial, propondo uma mensagem de esperança de uma idade mais perfeita para a humanidade, em que a colectividade passa a ser o protagonista. O despotismo iluminado, o comunismo, o socialismo, o liberalismo podem ser entendidos também como formas *laicas* de Profetismo. Apesar de uma certa decadência do Profetismo de origem judaica nas suas formas sionistas, devido à emergência crítica do iluminismo racionalizante, ele vai continuar patente, de uma forma menos apologética e mais literária e filosófica, nos poetas portugueses³⁴.

Sucintamente, podemos referir Martins Pascoal que preconiza o retorno do homem ao ser original; Pedro Amorim Viana (1822-1901) defende a necessidade da devolução da liberdade a Deus para que o homem assuma a realeza da história. A *Renascença Portuguesa* formula a temática profética em termos de restauração do «homogéneo absoluto», na elevação do sentimento da saudade como meio de actualização das glórias passadas e de

(sécs. XVII-XVIII), Coimbra, Minerva, 1994.

³⁴ Cf. Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Cosmos, 1996.

³⁵ Cf. António Quadros, *Poesia e filosofia do mito sebastianista*, 2 Vols., Lisboa: Guimarães Editora,

realização de novas conquistas. Isto mesmo revela-se no idelismo humanista e republicano de Sampaio Bruno (1857-1915), no misticismo de Guerra Junqueiro (1850-1923) e no criacionismo de Leonardo Coimbra (1883-1836). O romântico Almeida Garrett (1799-1854) expressa o Profetismo português na sua obra dramática *Frei Luís de Sousa*. António Nobre (1867-1900) apela na sua poesia para a regeneração e ressurgimento nacional; Afonso Lopes Vieira (1878-1946) recupera um certo Profetismo sebastianista no poema intitulado o *Encoberto*, o que manifesta o recrudescimento do sebastianismo nos últimos anos da monarquia. Teixeira de Pascoaes (1887-1952) concilia o profetismo sebastianista com o saudosismo tipicamente português, apelando para o regresso ontológico ao essencial do homem lusitano; António Sardinha (1888-1975) segue o ideário do profetismo monárquico e nacionalista juntamente com os seus correligionários integralistas Alberto de Monsaraz, Hipólito Raposo, Luís Almeida Braga e Francisco Cunha Leão³⁵.

Com o dealbar do século XX, em ambiente orfeico-futurista, Gomes Leal (1848-1921), recupera a inspiração paraclética de Joaquim de Flora e profetiza a união escatológica de Satã e do Espírito Santo. A vertigem profética de Fernando Pessoa (1888-1935) anuncia poeticamente a instauração do Quinto Império cultural e linguístico português³⁶. José Régio (1901-1969) apresenta reflexos latentes de um certo Profetismo angustioso e nacionalista pautado pelo apelo ao ressurgimento pátrio. E ainda, um grande representante do Profetismo nacional, Agostinho da Silva (1906-1994), teoriza a paternidade lusitana do Quinto Império através da progressão histórica pelo ideal de miscigenação, do regresso à infância espiritual e à santidade, inspirado no paraclitismo joaquimita e tendo por base uma filosofia de cariz místico-vitalista³⁷.

7. Actualidade do profetismo: A nova era feminina de Natália Correia

A actualidade e a pertinência do estudo do Profetismo está no facto de este continuar emergente na cultura portuguesa, associado a fenómenos políticos, religiosos, literários e filosóficos³⁸, funcionando ora como elemento mobilizador, ora como apelo para a regeneração da sociedade.

Como testemunho peculiaríssimo disto mesmo, não podemos deixar de chamar à colação, de forma especial, o Profetismo de uma personalidade importante da nossa cultura portuguesa contemporânea mais recente, a qual nos seus escritos heurísticos sobre o paraclitianismo, muito valorizou a teologia da história do Abade Joaquim de Flora e a tradição quinto-imperialista

1983, passim.

³⁶ Cf. Fernando Pessoa, *Mensagem*, 14^a ed., Lisboa, Ática, 1992; e Alfredo Antunes, *Saudade e profetismo em Fernando Pessoa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1983.

³⁷ Cf. Agostinho da Silva, "Considerando o Quinto Império", in *Tempo Presente*, 1960 Nos. 17-18, pp. 9-21.

³⁸ Cf. José Augusto Mourão et alii, *O Regresso do Sagrado*, Lisboa, 1998.

³⁹ José Augusto Mourão, *A Palavra e o Espelho*, Lisboa, Paulinas, 2000, p. 139.

⁴⁰ Os documentos que abordam estas temáticas encontram-se principalmente nas caixas 25 e 27, e ainda,

portuguesa - Natália Correia. A escritora Natália Correia, segundo José Augusto Mourão, “foi, entre nós, a única protagonista de um debate que não há - o debate em torno do politeísmo, do sacrifício, do ateísmo, da religião. Ela questionou a fundo o ranço da linguagem, inscrevendo-se na contra-corrente dos patriarcas da nossa cultura, sem perfilhar com eles uma concepção liquidatária da religião nem o ateísmo iluminado de Ardinelli de *Pécora*. O seu esforço para desmascarar tanta gente que enrouqueceu para gritar que não é católica em Portugal é de facto surpreendente e único no nosso meio. Devemo-lhe esse combate para que não se fechasse a porta à questão religiosa como constitutiva da procura da verdade, que não é nunca acessível a um saber”³⁹.

No seu vasto espólio que se encontra, neste momento, a ser organizado e catalogado na Biblioteca Nacional de Lisboa, encontrámos algumas caixas que contém alguns textos manuscritos e dactilografados, bem como rascunhos e apontamentos esparsos sobre as temáticas do joaquimismo, da era do Espírito Santo e do Quinto Império⁴⁰. Natália Correia inscreve-se plenamente naquela tradição erudita que valoriza a influência da utopia pentecostal europeia na dinâmica da história portuguesa que desembocou na grande aventura portuguesa dos Descobrimentos e da Missionação.

Esta escritora açoriana ousa ir mais além das enunciações e afirmações de Jaime Cortesão sobre a influência do joaquimismo em Portugal, descortinando vários canais por onde teriam entrado, no nosso país, as influências do paraclitianismo de base joaquimita⁴¹. Esta corrente espiritual não só teria entrado por via do franciscanismo, mas também veio juntamente com a Ordem de Cister, pelos Templários, e pela sua sucessora Ordem de Cristo, instituições religiosas que cultivavam uma grande devoção ao Espírito Santo; isto, obviamente, além da via aragonesa, através da Rainha Santa Isabel. Por estes meios de comunicação teria chegado a Portugal uma doutrina que, para Natália Correia, encontra em Portugal instrumentos, a dois níveis, “para satisfazer os seus fins: 1º uma monarquia de tendência civilista, sensível à ideologia comunitária da revolução pentecostal; 2º uma vertente colectiva formada pela aliança da coroa com as classes populares que, habilitando Portugal para empreender o projecto cosmopolita da Europa, oferecia ao espiritualismo pentecostal um campo de expansão para consumir esta suprema finalidade: a investidura planetária do Espírito Santo”⁴².

Para a autora é esta influência que mune Portugal de ousadia, de ideal e de espírito de aventura capaz de empreender a tarefa orbícolá dos Descobrimentos. Nota depois a atenuação desta “força espiritual” que configurou a idade de ouro portuguesa. Todavia, esta reserva espiritual

de forma menos expressiva, na caixa 21, in *Espólio de Natália Correia*, BNL, Secção de Reservados.

⁴¹ Sobre a recepção do Joaquim de Flora na cultura ocidental ver Henri De Lubac, *La posterité spirituelle de Joachim de Flore*, Vol. I, Paris, Ed. Lethielleux, 1987.

⁴² Natália Correia, “O Espírito Santo Feminino”, *op. cit.*, fls. 32-33.

⁴⁴ Cf. Idem, “Cultura Pentecostal da Açorianidade”, *op. cit.*, caixa 27.

⁴⁵ Na caixa 25 encontramos diversos apontamentos e rascunhos de investigação da autora, nos quais a

conservou-se, segundo Natália, de forma genuína no arquipélago dos Açores até à actualidade nas festas dos Impérios do Espírito Santo, que tem como expressão social o desenvolvimento da dimensão comunitária. Esta é vista como sendo o sinal profético da comunhão e da fraternidade universal entre os homens, que o culto do Espírito Santo representa e anuncia⁴³. E é precisamente nos Açores que Natália Correia acha o terreno fértil, o reduto que conserva a força da utopia e as condições para promover a realização do sonho quinto-imperialista, a Idade Nova do Espírito Santo, ideal de pacificação e santificação de todo o universo, tal como idealizou Joaquim de Flora⁴⁴. Nos Açores está a reserva da tradição paraclitina vivida em Portugal de forma intensa até ao século XVI, esse “espírito de rebeldia”, que promovia a igualdade entre as classes, contra os hierarquismos e opressões sociais e religiosas.

A autora deixa perpassar nos seus escritos o grande entusiasmo que cultiva pela chegada dessa nova era marcada pelo signo da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Mas, bem linha da sua militância feminista em nome da valorização e libertação do universo cultural e social ligado ao feminino, Natália Correia desenvolveu toda uma investigação (bem patente nos escritos deixados na pasta do seu espólio a que deu o título de “Espírito Santo Feminino”⁴⁵) para fundamentar a sua intuição de que o Espírito Paráclito é de natureza feminina, a expressão mesma do feminino de Deus. Daí que a nova era que Natália proclama seja marcada pelos valores típicos do universo feminino.

Na visão da assunção da idade do espírito feminino, Natália Correia recusa todas as mediações hierárquicas, que são, no seu entender, uma marca do machismo que dominou a nossa cultura ocidental. A nova era abaterá as opressões e discriminações entre sexos e operará a realização da Terceira Idade de Joaquim sob o signo do feminino: “É o pentecostes da humanidade que se coroa a si mesmo, sem mediações, entre as quais o poder pela natureza coativa não recebe a iluminação do Espírito. E para que este chegue triunfalmente já as mulheres por Ele inspiradas juncam o caminho com as cores da sua cultura de amor e solidariedade. E digo as mulheres porque o Espírito Santo, esse sopro que tudo anima, ânimo dos humanos é feminino - o *Ruah Qadesch*, do aramaico, do hebreu, das línguas semitas -, a consagração da sacralidade do feminino que a andocracia mosaica escamoteou. Parece-nos, pois, justo concluir que o regresso do pensamento mítico do vitalismo e de outros valores da cultura do feminino que estão a minar a hegemonia do racionalismo, são pressupostos da reanimação pentecostal do espaço

⁴³ Cf. *ibidem*, passim.

autora arranhou fundamentos, particularmente linguísticos, para provar que a raiz do Espírito Santo é feminina. Descobriu que nas línguas semitas o Espírito Santo era escrito no feminino, o que, para autora, constitui um forte argumento para defender a natureza feminina do Espírito Santo. Isto porque na bíblia escrita em hebraico o Espírito Santo aparece designado no género feminino.

⁴⁶ Cf. Idem, “A política e a reconstrução do espaço sacral”, Texto Dactilografado, *op. cit.*, p. 12.; e ver ainda o manuscrito nº 2 da pasta “Sobre Vitorino Nemésio”, intitulado “A cultura Pentecostal feminina da

sagrado"⁴⁶.

O legado do profetismo, nas suas diferentes metamorfoses, afigura-se-nos como uma herança ideológica fundamental para compreender a modelação da ideia de Portugal ao longo dos séculos e constitui uma dimensão importante da nossa história cultural. O profetismo português, nas suas diferentes perspetivações, continua a ser um fenómeno recorrente, que se actualiza de uma forma criativa, fecundando, como fermento, a massa fértil das utopias portuguesas.

açorianidade", *op. cit.*, caixa 27; e ver Idem, "O Sagrado e a Política", in *O Sagrado e as Culturas - Colóquio realizado entre 18 e 22 de Abril de*, Lisboa, ACARTE - Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, pp. 235-244.

1848

1849

1850

1851

1852

1853

1854

1855

1856

1857

1858

1859

1860

1861

1862

1863

1864

1865

1866

1867

1868

1869

1870

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899

1900

O OLHAR DO VIZINHO: a opinião pública argentina e a formação das fronteiras territoriais brasileiras*

Adelar Heinsfeld

Professor do Depto de História da UNOESC

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF

Resumo:

Este artigo estuda a atuação do Barão do Rio Branco durante o período em que exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores (1902-1912) no estabelecimento das fronteiras. A atuação de Rio Branco era acompanhada de perto pela opinião pública argentina. Por sua vez, o Ministro Brasileiro tomava suas decisões também considerando a repercussão que suas ações tinham no país vizinho.

Palavras-Chaves: geopolítica – fronteiras – opinião pública

Abstract:

This article studies the Barão do Rio Branco's actions during the time he was the Ministry of Foreign Relations (1902-1912) concerning with the establishment of borders. Rio Branco's performance was followed by Argentine public opinion. At the same time, the Brazilian Minister used to make decisions considering the repercussion of his actions in the neighbor country.

Keywords: geopolitics – borders – public opinion

1. Geopolítica, Fronteiras e Opinião Pública

Quando Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, em dezembro de 1902, uma das suas preocupações era com o estabelecimento definitivo das lindes territoriais. Seguindo uma concepção ratzeliana do Estado compreendido como entidade orgânica, em que *“as fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado”*,¹ Rio Branco entendia a fronteira territorial como a epiderme deste Estado, constituindo-se sempre em regiões geopoliticamente sensíveis. Sem conhecer com precisão a linha demarcatória da fronteira, *“não está em rigor fixado o territorium, e, sem isso, qualquer atuação geopolítica dos estadistas torna-se, senão impossível, difícil ou indecisa.”*² Possivelmente o Ministro brasileiro tinha presente

* Este artigo é parte do segundo Capítulo da Tese de Doutorado *“As Ações Geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus Reflexos na Argentina”*, defendida na PUCRS, sob a orientação da Prof. Dra. Sandra M^a. Lubisco Brancato.

¹ RATZEL, F. *As Leis do Crescimento Espacial dos Estados*. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990, p. 184.

² BACKHEUSER, Everardo. “Rio Branco, Geógrafo e Geopolítico.” *Revista da Sociedade de Geografia*, Rio de Janeiro, T. 52, 1945, p. 28.

que o “*limite definido contribui para a maturação de um povo.*”³

Jacques Ancel introduz a idéia de que as fronteiras podem ser também “*isóbaras políticas*”,⁴ linhas de tensão sujeitas às pressões, cujo traçado está diretamente relacionado aos interesses temporários do Estado. A estas “*isóbaras políticas*”, definidas quase que exclusivamente pela estratégia militar e diplomática dos Estados, opõem-se as “*fronteiras da civilização*”. Assim, questiona-se a visão que o cidadão comum tem da fronteira, que quase sempre está associada à imagem do fiscal, do policial, da exigência de documentos, da revista de bagagens. Por isso, para Ancel, antes de mais nada, a fronteira se materializa por “*um mal estar, um desgosto*”, concluindo que a multiplicação das fronteiras é um mal.⁵ Para este autor, as fronteiras não são capazes de separar os homens, razão pela qual a rigidez das demarcações não passam de “*ilusão linear*”, uma “*ilusão cartográfica*”, já que o desejo de inter-relacionamento dos povos é mais forte que as linhas estanques de fronteiras a separá-los.

O limite territorial, quando convertido em fronteira, estabelece a relação “Nos-Eles”, ou seja, marca a diferença entre quem está de cada lado da linha fronteira. Nesta relação adquire singular importância o chamado *Fenômeno da Ação e Reação* (Action and Reaction Phenomenon - ARP). O ARP é um vetor importante quando a ação empreendida por um Estado leva em consideração o que está ocorrendo além do seu limite territorial e pode ser utilizado a qualquer momento em que se tenta perceber as relações internacionais sob o enfoque da Geopolítica.

*El fenómeno de acción-reacción está atado inextricablemente al proceso de evaluar amenazas. Los políticos no pueden contentarse con la información corriente. Deben hacer evaluaciones calculadas de la capacidad e intenciones del adversario sobre períodos de tiempo significativamente largos a fin de proteger a la nación de la sorpresa política y tecnológica.*⁶

O fenômeno da ARP é fundamentalmente um conceito do século XX. Ele pode ser entendido como uma interação sistemática entre dois Estados, resultando em um incremento de tipo espiral no aguçamento da rivalidade entre ambos. Esta rivalidade constitui-se numa espécie de cadeia de acontecimentos inevitáveis, que é extremamente difícil de interromper. As incertezas sobre as intenções e capacidades do “adversário” podem ser o estimulante mais poderoso no momento de traçar as diretrizes geopolíticas para uma Nação. Ronald Tammen destaca que “*esta incapacidade para predecir*

³ RATZEL, F. Apud MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1992 p. 14.

⁴ ANCEL, Jacques. *Geopolítica de Fronteras*. In: CASTAGNIN, Daniel (Comp.). *Poder Global e Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1984, p. 116.

⁵ *Ibid*, p. 154.

⁶ TAMMEN, Ronald L. El Fenomeno de Accion y Reaccion (ARP)’. *Geopolítica: hacia una Doctrina Nacional*. Buenos Aires, nº 3/4, Mar/Jun. 1976, p. 48.

las intenciones del enemigo, aún a la luz de fuertes evidencias sobre capacidades, se complica más con las diversas percepciones de la realidad de los políticos."⁷

Aplicando o ARP às relações entre Brasil e Argentina, veremos que as duas nações, no início do século XX, rivalizaram arduamente objetivando conquistar a hegemonia no sul do Continente.

Quando exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco sempre esteve atento ao "olhar do vizinho". A forma como a opinião pública Argentina reagia às ações empreendidas por ele, era considerada no momento de tomar novas decisões. O Fenômeno da Ação e Reação estava presente no momento em que Rio Branco formulava a política exterior brasileira, principalmente em relação aos países que tinham problemas lindeiros com o Brasil. Na percepção do ARP, a imprensa desempenha um papel fundamental. É através dela que é possível perceber como a opinião pública se manifesta sobre uma determinada questão.

Em alguns momentos, a imprensa é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades e das suas manifestações. Renée Barata Zicman já chamou a atenção de que em geral os trabalhos que utilizam a imprensa como fonte de pesquisa histórica tomam-na como fonte precisa, fazendo a informação valer por si mesma.⁸ Na imprensa a apresentação das informações não é uma mera repetição de ocorrências e registros, onde elas não são dadas aleatoriamente, mas ao contrário, denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação, uma vez que todo órgão de imprensa organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio "filtro". O historiador que busca na imprensa a interpretação do passado precisa lembrar que *"na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado."*⁹ Ao se pretender fazer uma análise temática tem-se que considerar o significado dos discursos, independentemente de sua forma lingüística. A análise se desenvolve a partir de temas de significação relativos a um determinado objeto de estudo e vistos em termos de sua presença e freqüência de aparecimento nos textos perqueridos. De qualquer forma, a imprensa escrita, utilizada como documento, *"é antes de mais nada o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado,..."*¹⁰

Neste texto, foi priorizada a imprensa Argentina do início do século XX como fonte para perceber a forma como a opinião pública daquele país acompanhava as ações de Rio Branco na resolução de problemas lindeiros

⁷ Ibid, p. 45.

⁸ ZICMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*. Projeto História-Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. São Paulo, nº 4, jun. 1985, p. 90.

⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 22.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 547.

com alguns países sul-americanos. Aqui nos interessam três questões de limites, que foram resolvidas na sua gestão como Ministro das Relações Exteriores: Bolívia (1903), Peru (1909) e Uruguai (1909). Estas questões tiveram imensa repercussão na Argentina, que tinha interesse em manter aqueles três países na sua órbita de influência. Assim, o estabelecimento dos limites territoriais constituiu-se em peça fundamental para a execução da Geopolítica estabelecida pelo Chanceler brasileiro. A imprensa Argentina, da forma como se posicionou frente às questões limítrofes brasileiras, percebeu esta importância. Historicamente, alguns jornais argentinos sempre apresentaram uma posição hostil em relação ao Brasil: é o caso de **La Prensa**, **El Sarmiento**, **La Razón**,... Outros como **La Nación**, **El País**,... eram partidários da amizade com o Brasil. No entanto, como ver-se-á neste artigo, em muitos momentos, mesmo os jornais que sempre adotaram uma postura complacente em relação ao Brasil, acabaram por atacar a política externa de Rio Branco.

2. A aquisição do Território do Acre

O problema fronteiro entre Brasil e Bolívia se arrastava desde meados do século XIX, quando em 1867 o Brasil reconheceu o território do Acre como boliviano. Em 1899 a Bolívia arrendou-o a um conglomerado internacional, o *Bolivian Syndicate*, que pelo contrato de arrendamento assumia poderes pertencentes ao Estado. Sua presença representava um perigo para o Brasil, pois a comunicação com o Atlântico seria feita pelos rios brasileiros. O *Bolivian Syndicate* era um mega-empreendimento de capital belga (o rei Leopoldo teria 2/5 do capital), alemão, francês e, principalmente, norte-americano. Após intensas negociações, o Brasil, através de Rio Branco, indeniza o *Bolivian Syndicate*, para afastá-lo da região e adquire o Acre por 2 milhões de libras esterlinas, através do Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903.

Nesta questão, dos jornais argentinos de grande circulação, apenas **La Nación** não adotou uma postura hostil ao Brasil, inclusive justificando a ocupação militar brasileira do Acre.¹¹ Inclusive abriu espaço para o Ministro brasileiro em Buenos Aires publicar, sem caráter oficial, a versão brasileira sobre a questão.¹² De acordo com aquele jornal, quando Brasil e Bolívia iam se acertando houve a intromissão argentina.¹³

Por outro lado, jornais como **La Prensa** defendiam que a Bolívia havia procedido de acordo com o direito universal, ao assinar o contrato de arrendamento com o *Bolivian Syndicate*, que foi mal interpretado por “*los enemigos de Bolívia que desean verla sumida en la impotencia y la debilidad*”.¹⁴

¹¹ **La Nación**. Buenos Aires, 11.02.1903.

¹² AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty). Ofícios – reservados- da Legação de Buenos Aires, 05.02.1903 e 19.03.1903.

¹³ **La Nación**, 03.03.1905.

¹⁴ **La Prensa**. Buenos Aires, 20.10.1902.

A alegação brasileira de que o mesmo apresentava graves perigos para a segurança e independência dos Estados Sul Americanos seria uma farsa. *"Las direcciones de esa política eran claras: iban a la incorporación del territorio acreano à la soberanía del Brasil. El arrendamiento dió pie para apoyar y desarrollar el plan."*¹⁵ Por sua vez, a Argentina não poderia, sem macular sua dignidade, desempenhar o papel de espectador frio e mudo, *"verdadero complice de la imolacion que hicieron sus amigos fuertes de sus hermanos débiles. Tal compromiso implicaría el más oprobioso de los desastres morales que puede sufrir un pueblo."* Por isso acusava: *"Chile y el Brasil están abusando de su superioridad financeira y militar, en sus litigios con dos Repúblicas fronterizas débiles: el Perú y Bolivia."* Rio Branco, ao impedir o desarmamento dos revoltosos acreanos, teria promovido um escândalo internacional.¹⁶ **La Prensa** não via na presença do *Bolivian Syndicate* uma postura imperialista dos EUA: *"La participación de capitales norte-americanos en el sindicato norte-americano dió causa ó pretexto para denunciar que en la operación está oculta el alma del imperialismo de los Estados Unidos, con sus garras extendidas sobre Sud América."* A postura anti-americana teria como finalidade impedir a Argentina de participar na questão, pois os EUA eram uma nação amiga da Argentina. O perigo imperialista não existia; tratava-se de uma simples operação mercantil. Concluía com um recado à Rio Branco, prestes a assumir o Ministério das Relações Exteriores: *"los profetas que vislumbran en los arcanos del futuro el peligro imperialista, no pueden ser guías de estos pueblos ní menos investir funciones públicas."*¹⁷

Outros jornais endossavam as pregações de **La Prensa**. É o caso de **El Diálogo**, que alardeava a notícia que surgia na Bolívia uma corrente de opinião favorável à anexação daquela República à Argentina.

*"Bolívia, nuestra infortunada hermana del norte [...] Enclaustrada en el corazón del continente, velando en una dolorosa y estéril expectativa los inmensos tesoros de sus estrañas, amenazada de estrangulacion por el lado del mar, de decapitacion por el lado del gran rio tropical que podria llegar a ser la cabeza de su tráfico, tratada con modales de Átila por los pequeños imperialismos continentales que se asedian en trailla, ¡cómo puede extrañarse que un dia de extrema desesperacion haya hallado en su espíritu torturado, esa gran sacrificada de Sud América, la solución de sus crueles angustias en buscar el abrigo del hermano mayor fuerte é hidalgo, que nunca soño en ampliar su heredad con despojos de débiles, y duerme tranquilo al amor de trabajo, labrando su terruño patrimonial!"*¹⁸

O diário portenho salientava a importância econômica e estratégica da Bolívia no contexto sul-americano. Como o Brasil e o Chile atentavam contra

¹⁵ **La Prensa**, 10.02.1903.

¹⁶ **La Prensa**, 15.03.1903.

¹⁷ **La Prensa**, 13.10.1902.

¹⁸ **El Diálogo**. Buenos Aires, 27.02.1903 (grifos nossos).

sua integridade territorial cabia à Argentina protegê-la, nem que fosse necessário sacrificar sua soberania, anexando-a.

El País destacava a posição de alguns membros do Parlamento brasileiro, bem como da *“imprensa independente”*, que não aceitavam o *“Imperialismo Sul-americano”* professado pelo Brasil, que para despojar a Bolívia, organizava uma *“campanha filibusteira.”*¹⁹ Fazia analogia entre a campanha de Cecil Rhodes, na África, com a desenvolvida pelo Brasil no Acre, apontando uma diferença: *“lo que para Inglaterra fué propiamente una aventura, para el Brasil vá a ser un paseo militar, asegurada la impunidad de su atropello.”*²⁰ Como Rio Branco defendia o *uti possidetis de facto*, advindo da ocupação do Acre por brasileiros, rejeitando o *uti possidetis juris*, baseado em títulos jurídicos, **El País** lembrava que no Sul do Brasil havia colônias alemãs e advertia: *“¡Cuidado con la Ley del Talión!”*. Territórios dos estados sulinos poderiam ser reivindicados pela Alemanha, utilizando-se dos mesmos direitos aplicados pela chancelaria brasileira em relação ao Acre.²¹

La Tribuna, indagava qual Estado vizinho não teve seu território cerceado pelo Brasil, através da imposição de tratados, da conquista pela força ou por dinheiro? O Tratado de Petrópolis estaria mostrando que a política adotada pelo Barão do Rio Branco era a continuação do sistema expansionista colonial herdado de Portugal. Desta forma questionava: *“¿Y sería del lado del Brasil que se podría acusar a la República Argentina de querer establecer su preponderancia ó su hegemonia en esta parte del continente?”*²² Em Asunción, o jornal **La Tarde**, fornece munição à imprensa Brasilófoba argentina, ao afirmar que dos territórios cedidos pelo Brasil à Bolívia, os 723 Km² situados à margem do Rio Paraguai, *“incontestavelmente”* pertenceriam ao Paraguai. Assim, alertava: *“É o caso de reclamar a intervenção argentina, desde que na triplíce alianza, os aliados se comprometeram a defender a nossa integridade territorial, hoje novamente ameaçada pelo Brasil.”*²³

Estanislao Severo Zeballos²⁴ foi o principal opositor à política de Rio Branco. Além de influenciar, enormemente, setores da grande imprensa, sua **Revista de Derecho, Historia y Letras**, servia para atacar o Ministro Brasileiro. *“Ahora parece cundir la enfermedad en el Sud juzgando conforme al caso acreano, es decir, conforme á la política desembozada, abiertamente franca, sin escrúpulos ni miramientos, adoptada, por el canciller brasileño, barón de Rio Branco.”*²⁵ Seis anos depois, Zeballos dizia que o Tratado de Petrópolis foi

¹⁹ **El País**. Buenos Aires, 31.10.1902.

²⁰ **El País**, 07.02.1903.

²¹ **El País**, 06.02.1903.

²² **La Tribuna**. Buenos Aires, 27.09.1904.

²³ “Telegramas”. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 08.03.1904.

²⁴ Zeballos ocupou o Ministério das Relaciones Exteriores e Culto da Argentina em três períodos distintos, nas administrações de Juárez Célman (de 10.09.1889 a 14.04.1890), Carlos Pelligrini (de 22.10.1891 a 12.10.1892) e Figueroa Alcorta (de 21.11.1906 a 22.06.1908). Além disso, utilizou largamente a imprensa para divulgar suas idéias, notadamente **La Prensa** (da qual foi editor), **La Razón** e **El Sarmiento**. No entanto, é através das páginas da **Revista de Derecho, Historia y Letras**, da qual foi fundador e editor, que melhor se pode conhecer seu pensamento.

²⁵ JAIMES, Julio L. “Brasil-Bolívia”. **Revista de Derecho, Historia y Letras**. Buenos Aires, Año V, T. XV,

imposto pelo Itamaraty à balanças, simulando revoluções no Acre.²⁶

3. Limites com o Peru

O Tratado de Petrópolis resolvendo a questão do Acre foi considerado um “*cabalo de Tróia*”, trazendo em seu bojo problemas diplomáticos com o Peru, que também tinha problemas lindeiros com a Bolívia e acusava-a de haver cedido ao Brasil territórios peruanos. Rio Branco havia, primeiramente, isolado o *Bolivian Syndicate* da Bolívia; posteriormente, isolou a Bolívia do Peru. Agindo assim, aplicava uma das lições fundamentais da geopolítica: dividir os adversários para enfraquecê-los em suas posições e, negociar, depois, com cada um em particular.

As negociações com o Peru arrastaram-se de 1904 a 1909. Devido à disputa territorial entre Bolívia e Peru, escolheu-se o governo argentino para arbitrar a questão. Rio Branco temia pelo resultado: “*Sempre me pareceu imprudente que no tratado de arbitramento a Bolívia tomasse por base o chamado uti possidetis juris. Temos interesse em que essa república gane sua causa*”.²⁷ Por outro lado “*a Argentina sustenta o Peru*”, concluía Rio Branco.²⁸

Em Buenos Aires, **La Prensa**, acusava o Brasil de estar “*abusando de su superioridad financeira y militar, en sus litigios con dos Repúblicas fronterizas débiles: el Perú y Bolivia*.”²⁹ Esta política de imposição, não era simpática à opinião neutra da América do Sul: “*su desejo imperialista ó de expansión territorial, no pudo ocultarse à nadie*.” Argumentava que o “*Brasil aspira à ocupar el primer rango en Sud América. La aspiración es alta y patriótica: tiene derecho à buscar esa posición, pero no se puede, ni se debe olvidar que hay otros pueblos que sustentan aspiraciones análogas, con títulos no inferiores*.”³⁰ Esperava que a opinião pública brasileira não acompanhasse Rio Branco na sua política de violência, pois a diplomacia brasileira sempre foi circunspecta.³¹ Transcreveu artigo do **Commercio**, de Lima, em que o jornal peruano defendia o rearmamento argentino para não romper o equilíbrio na América do Sul.³² Zeballos, em artigo assinado em **La Prensa**, acusava Rio Branco de “*falar*” para produzir certos efeitos calculados dentro e fora do Brasil, para desorientar a opinião de outros países, mas que nunca “*firmava*” suas manifestações, permitindo-o retificar ou negar o que dissera. Sobre o Acre, afirma que “*los estadistas bolivianos suscribieron este desgarramiento de la soberanía nacional, con lagrimas en los ojos*.” Como uma parte do território cedido estava

jun. 1903, p. 454.

²⁶ ZEBALLOS, E. S. “Fracasos Diplomáticos de Itamaraty com motivo del laudo argentino en la cuestión Perú-Bolívia”. *Revista de Derecho, Historia y Letras*. Buenos Aires, Año 12, T. 34, oct. 1909, p. 291.

²⁷ AHI. Despacho nº 1 - confidencial - à Legação Brasileira em Buenos Aires, 13.01.1905 (sublinhado no original; grifo nosso).

²⁸ AHI. Despacho nº 1 à Embaixada Brasileira em Washington, 10.03.1906.

²⁹ **La Prensa**, 15.03.1903.

³⁰ **La Prensa**, 15.01.1905.

³¹ **La Prensa**, 23.01.1905.

³² **La Prensa**, 25.01.1905.

em litígio com o Peru e submetido a arbitragem argentina, questionava: “¿Qué juicio merece una cancellería que procede militar y pecuniariamente á mezclarse y perturbar así un arbitraje ya planteado?”³³

El País, acusava o Brasil que, invadindo territórios, dificultava o arbitramento. O governo argentino deveria abster-se da questão, já que estava “prejudicado el honroso mandato que se le ofrece por la intromisión del Brasil en el litígio pendiente entre Peru y Bolivia.”³⁴

Zeballos defendia o Peru que, segundo ele, encontrava-se oprimido pelo Chile, Equador e Brasil.³⁵ Ao analisar a política continental, argumentava que “*todos los estados de América orientan su política hacia la concordia, exacto algunos actos del Brasil y de Chile contra la integridad territorial de sus vecinos más débiles.*” Acusava Brasil e Chile de fortalecer seu poder militar para continuar com a política imperialista em relação aos seus vizinhos. No entanto, isto não seria necessário, uma vez que, “*unidos diplomáticamente somam un poder irresistible contra Peru e Bolivia, e auxilian o Equador contra o Peru.*”³⁶ Zeballos tinha consciência de que o Brasil preferia um laudo arbitral favorável à Bolívia: “*El Brasil se hacía parte indirecta ó muda en el pleito, para hostilizar al Perú, y con ánimo confesado de influir sobre el gobierno argentino en favor de los alegatos de Bolivia.*”³⁷ Para ele, funcionou o “*Restaurant Internacional*” do Itamaraty para impor a política de Rio Branco, que não publicava os Relatórios anuais do Ministério, por que “*sus enredos americanos son inconfesables*” e não prestava contas das somas pagas à imprensa brasileira, para fingir uma unanimidade nacional e fazer intriga contra Argentina.³⁸ O jornal **El Sarmiento**, por sua vez, alardeava que as vinculações de Zeballos com o Peru alarmavam o Brasil.³⁹

O laudo arbitral argentino foi emitido em 09 de julho de 1909, propondo a divisão do território. A Bolívia sentiu-se prejudicada e seu Presidente acusou o laudo de “*manifiesta completa parcialidad*”, importando assim numa “*desgracia nacional*”. O Governo argentino reagiu, encaminhando uma nota oficial a várias Legações Sul-americanas, pois “*ante estos hechos que constituían una conducta inexplicable consideraba incompatible con su dignidad continuar manteniendo relaciones amistosas con el Gobierno de Bolivia.*” Assim, retirou de La Paz sua representação diplomática, diante da “*inesperada conducta de Bolivia, que no tiene precedentes en la historia del derecho internacional.*”⁴⁰

³³ **La Prensa**, 19.10.1908.

³⁴ **El País**, 07.02.1903.

³⁵ ZEBALLOS, E. S. “Política Internacional”. **Revista de Derecho, História y Letras**. Buenos Aires, Año VII, T. 21, Jun. 1905, p. 596.

³⁶ ZEBALLOS, E. S. “Política Internacional”. **Revista de Derecho, História y Letras**. Buenos Aires, Año VIII, T. 22, Ago. 1905, p. 280.

³⁷ ZEBALLOS, E. S. “Fracasos Diplomáticos de Itamaraty com motivo del laudo argentino en la cuestión Perú-Bolívia”. **Revista de Derecho, Historia y Letras**. Buenos Aires, Año 12, T. 34, oct. 1908, p. 291.

³⁸ *Ibid*, p. 301.

³⁹ **El Sarmiento**. Buenos Aires, 08.08.1908.

⁴⁰ AMREC (Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto). Nota circular enviada à várias Legações, 31.07.1909.

Na Bolívia ocorreram manifestações anti-argentinas, com o apedrejamento da Legação e consulados argentinos naquele país.⁴¹ Zeballos, classificou estas manifestações como “*graves ofensas á nuestra nacionalidad*”. Lembrava que o Brasil arrematara à Bolívia território dez vezes maior e mais rico através do tratado mais vergonhoso e humilhante da América Meridional e nem por isso a população boliviana apedrejou a Legação brasileira.⁴² Insinuava sutilmente que a violenta reação boliviana foi inspirada pelo Brasil. **El País** fazia esta acusação explicitamente. Classificava a atitude da chancelaria brasileira de imperialista e pouco hábil, “*porque no convenía á sus intereses positivos un acercamiento de la Argentina con el Perú, que rebusteciera la situación de éste en su pleito sobre los terrenos mal habidos del Acre.*” O Brasil “*no es hoy sino un enorme feudo de su canciller constituído vitalicio por propia voluntad y abdicación de la voluntad nacional, y justamente la piedra angular del prestigio de esse funcionario omnímodo es la conquista del Acre, hoy amenazada por el laudo argentino.*”⁴³

El Diáριο criticava a posição da chancelaria argentina, classificando-a de um “*fracaso monumental, coronado por una burla mortificante.*”⁴⁴ Com o laudo arbitral “*pedantesco e imprestable,*” todos tiraram proveito: EUA, Chile, Brasil, Peru, Bolívia.⁴⁵ **La Argentina** preocupava-se com o fato da chancelaria argentina alienar a simpatia dos países vizinhos, semeando ódios e só conseguindo fracassos, enquanto Rio Branco tranqüilamente estava resolvendo questões pendentes, fortalecendo amizades antigas e obtendo as simpatias das demais nações.⁴⁶ O laudo argentino colocou o Peru em situação favorável para tratar com o Brasil, no que representou uma verdadeira extorsão, fazendo-se o Brasil senhor de um imenso território.⁴⁷ Rio Branco promovendo a revolta da Bolívia contra o laudo argentino, teria tirado proveito da situação, triunfando ao custo de inimizades futuras. Assim, o Brasil ficaria cercado não só pelos seus antigos aliados, o Chile e o Equador, mas também pelos seus novos amigos: Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai. No entanto, alertava aquele periódico que, pela ação natural do tempo, a Argentina haveria de reconquistar as amizades que naquele momento lhes eram negadas.⁴⁸

La Prensa também acusava o Brasil de ter interferido para que o laudo argentino não fosse aceito e aproveitado a situação para fazer o ajuste de limites com o Peru, em 1909, obtendo vantagens consideráveis, que não conseguiria em outra ocasião.⁴⁹ **La Razón** acusava Rio Branco de criar um ambiente de suspeitas e inquietações internacionais, como a agitação anti-

⁴¹ **La Razón**. Buenos Aires, 10.07.1909.

⁴² ZEBALLOS, E. S. “Bolívia!...” **Revista de Derecho, Historia y Letras**, Buenos Aires, Año XII, T. 33, ago. 1909, p. 579.

⁴³ **El País**, 22.07.1909.

⁴⁴ **El Diáριο**, 06.09.1909.

⁴⁵ **El Diáριο**, 18.09.1909.

⁴⁶ **La Argentina**. Buenos Aires, 09.09.1909.

⁴⁷ **La Argentina**, 14.09.1909.

⁴⁸ **La Argentina**, 06.10.1909.

⁴⁹ **La Prensa**, 20.09.1909.

argentina na Bolívia e a conservação do estado revolucionário do Paraguai.⁵⁰

Aproveitando a situação instável criada pelo laudo arbitral do presidente Figueroa Alcorta, Rio Branco aproximou-se do Peru, para obter uma negociação amigável, neutralizando assim a aliança argentino-peruana. Parte da imprensa argentina percebeu isto, como **El Diário**, para quem o Brasil na ocasião foi o único amigo do Peru.⁵¹

4. A Retificação de Limites com o Uruguai

Uma antiga reivindicação uruguaia era o direito de navegar na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão, na fronteira com o Brasil, no que estava impedido de fazer desde o tratado de 1851.

Em meados de 1906, Rio Branco autorizou Assis Brasil a tratar da dívida uruguaia com o Brasil, que era de £ 1.600.000,00, mas deveria ser negociada por £ 1.500.000,00. Ao mesmo tempo ordenava: *“A questão da Lagoa Mirim e Jaguarão não deve ser objeto de promessa pois desejamos fazer isto por ato próprio, espontâneo, depois de algum trabalho para preparar a opinião no Congresso e no Rio Grande do Sul.”*⁵² Rio Branco antecipava o que iria acontecer, três anos depois, com a opinião pública argentina: setores da imprensa portenha vão acusar o Brasil de fazer concessões ao Uruguai na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão em troca de uma usurária cobrança de dívida.⁵³

A Argentina tinha problemas com o Uruguai em torno da jurisdição das águas do Rio da Prata, defendendo a tese da *“costa seca”* uruguaia, ou seja, o limite territorial uruguaio seria a margem do Rio da Prata. Assim, todo o estuário daquele rio seria argentino. Esta foi a tese formulada por Zeballos nas reuniões da Junta dos Notáveis em 1907.⁵⁴ Divulgou-se em Buenos Aires que Rio Branco defendia o direito uruguaio, no que seria o resultado de um *“protectorado disimulado.”*⁵⁵ Segundo Rio Branco, ele nunca se manifestou sobre a jurisdição das águas do Rio da Prata.⁵⁶ Por outro lado, **La Prensa** continuava alertando que

“El Barón de Río Branco se há mezclado en cuestiones exclusivas de los pueblos del Río de la Plata, há dado vida á sospechos y malquerencias y con sus ambigüidades há despojado á la nación brasileña del amor que había declarado al desenvolvimiento tranquilo

⁵⁰ **La Razón**, 06.11.1909.

⁵¹ **El Diário**, 01.11.1909.

⁵² AHI, Despacho à Legação em Buenos Aires, 23.06.1906.

⁵³ **La Argentina**, 13.10.1909.

⁵⁴ AHI, Ofício – confidencial – da Legação brasileira em Buenos Aires, 15.11.1907. Zeballos teria dito na Junta dos Notáveis: *“A disposição em que está a Argentina de exercer jurisdição exclusiva sobre todo o leito do Prata, fundada em que o tratado que deu existência independente ao Uruguai diz que sua divisa ocidental é a banda oriental do Rio da Prata e a banda quer dizer a faixa da margem que o fluxo e refluxo das águas cobre e descobre.”*

⁵⁵ **La Prensa**, 06.03.1908.

⁵⁶ AHI, Telegrama à Legação em Buenos Aires, 07.03.1908.

de su pueblo y al de todos los pueblos del continente. Há hecho más: há sembrado cizaña en el mar dulce de la Argentina amenazando el sentimiento de la cultura fraternal de estos pueblos."⁵⁷

El Sarmiento lembrava que "el juego del Brasil imperialista en el Rio de la Plata fué muy conocido desde la época de Artigas."⁵⁸ Acusava o Brasil de ter usurpado, através do tratado de limites de 1851, extensos territórios e as águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, e que o Uruguai só poderia contar com a Argentina,⁵⁹ e que o mesmo estava enganado, ao acreditar no apoio brasileiro contra a Argentina. O jornal percebia o jogo de interesses, quando afirmava que o Brasil ainda não tinha feito a concessão para não se atritar com a Argentina. Instigava o Uruguai a pedir ao Brasil a restituição dos vastos territórios usurpados ao norte dos rios Quarahin e Jaguarão.⁶⁰ O povo uruguaio estaria sendo vítima da política de Rio Branco que alardeava o desejo da Argentina em anexar o Uruguai e que o Brasil sustentaria sua independência. Isto seria uma impostura, pois a Argentina jamais poderia ser acusada de anexionista. As intrigas de Rio Branco teriam fracassado na Bolívia e no Paraguai e era vergonhoso que prosperassem no Uruguai, país que tinha vínculos mais profundos com a Argentina. Apontava a histórica tradição do Itamaraty em atacar a Argentina desde a época do Visconde do Rio Branco, o inventor da teoria que a Argentina tentava reconstruir o antigo vice-reinado do Prata e que o Brasil seria o encarregado de garantir a soberania dos pequenos Estados do Prata ameaçados por esta ambição.⁶¹

Para **El Sarmiento**, muitos homens públicos brasileiros, de efetivo valor, eram contra a concessão brasileira, mas "*nada le importa al señor Río Branco, dipuesto á seguir haciendo el cuco internacional. La navegación de la laguna Merin se presenta á el en clase de rico filón á explotar.*" Estava claro que Rio Branco tentava ligar a concessão ao Uruguai com a pendenga sobre as águas do Prata. "*Es, más que todo, el más acabado 'peudant' á la cuestiones jurisdiccional del Plata. El juego es conocido.*"⁶² **La Prensa**, por sua vez, salientava que o Brasil, "*sin sujeción al protocolo diplomático, el designio de obsequiar al Estado Oriental, de oficio, con el condominio de la laguna Merin y del río Yaguarón.*"⁶³ **La Razón**, percebendo o equilíbrio do poder, afirmava que "*el Uruguay se encuentra en medio de dos fuegos, se halla en el caso de decidirse por la alianza directa con el Brasil ó con la Argentina.*"⁶⁴

Em setembro de 1909 uma delegação formada por 300 estudantes brasileiros visitou Montevidéu, levando o busto do Barão do Rio Branco ofertado

⁵⁷ **La Prensa**, 16.03.1908.

⁵⁸ **El Sarmiento**, 31.03.1908.

⁵⁹ **El Sarmiento**, 09.04.1908.

⁶⁰ **El Sarmiento**, 13.04.1908.

⁶¹ **El Sarmiento**, 06.06.1908.

⁶² **El Sarmiento**, 20.08.1908.

⁶³ **La Prensa**, 23.08.1909.

⁶⁴ **La Razón**, 24.08.1908.

à associação estudantil uruguaia. As festividades em honra aos brasileiros foram enormes. Zeballos contra-atacou: o Itamaraty teria mandado o busto de Rio Branco *“sin duda para que los uruguayos aprendan á admirar al político cuyo único plan es anexas su patria al Brasil, venciendo previamente á la República Argentina.”*⁶⁵

A imprensa portenha denunciava um acordo secreto entre Uruguai e Brasil exigindo a resolução do problema da jurisdição das águas do Rio da Prata.⁶⁶ Apenas **El Diario** e **La Nacion** defendem que o Brasil estava alheio à questão da jurisdição do Prata; tudo não passaria de uma *“impostura alarmista”* por parte da imprensa de Buenos Aires.⁶⁷

Enquanto isto, **La Prensa** alertava que o tratado Brasil-Uruguai estabelecia o apoio brasileiro na questão da jurisdição das águas do Prata. O Brasil estaria agindo junto à várias chancelarias americanas, inclusive Washington, fomentando um complô contra a Argentina. No entanto, alertava que seria necessário tingir de sangue as águas do Prata para atingir a soberania argentina.⁶⁸ Para **La Razón**, os principais chefes uruguaiois, tanto “colorados” como “blancos”, preferiam a amizade argentina à do Brasil.⁶⁹ **La Argentina** alegava que o Uruguai nada devia ao Brasil; considerava incrível que, por esta coisa mínima, fosse uma delegação ao Rio de Janeiro, em que fazia parte o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Antonio Bachini.⁷⁰

Em 30 de outubro de 1909 é assinado o tratado pelo qual o Uruguai obteve o direito de navegação no Rio Jaguarão e na Lagoa Mirim, tendo acesso ao Oceano Atlântico, pelas águas brasileiras do rio São Gonçalo e Lagoa dos Patos.

Apenas dois jornais buenaienses não atacaram o acordo: **El Diario**⁷¹ aconselhou a Argentina a seguir o exemplo brasileiro na jurisdição das águas do Prata.⁷² **El País** dizia que *“el reconocimiento del condominio con el Uruguay en la laguna Merin y río Yaguarón es de una importancia que sería inutil querer disminuir.”* Saliencia o contraste existente na conduta internacional do Brasil e da Argentina em situações análogas: *“Es posible que esto haya influido en la actitud del Brasil; pero sea como fuera, para el concepto americano ese país aparece inspirado por una elevada política de confraternidad, mientras la Argentina queda en un terreno desfavorable.”* Por isso era muito claro: *“Entre el Brasil que le reconoce derechos y la Argentina que se los niega el Uruguay no podría vacilar.”*⁷³

⁶⁵ ZEBALLOS, Estanislaio S. “Juegos Malabares de Confraternidad”. *Revista de Derecho, Historia y Letras*. Buenos Aires, Año XII, T. 34, oct. 1909, p. 315.

⁶⁶ **La Razón**, 14.10.1909.

⁶⁷ **El Diario**, 15.10.1909; **La Nacion**, 15.10.1909.

⁶⁸ **La Prensa**, 15.10.1909.

⁶⁹ **La Razón**, 21.10.1909.

⁷⁰ **La Argentina**, 26.10.1909.

⁷¹ AHI. Ofício nº 25 – reservado – da Legação Brasileira em Buenos Aires, 09.12.1909. *“com a defesa do ponto de vista uruguaio no conflito da jurisdição das águas perdeu leitores o Diário. Os que ele perde ganha a La Razón.”*

⁷² **El Diario**, 03.11.1909.

⁷³ **El País**, 08.11.1909.

Até mesmo **La Nación**, tradicional partidário da amizade brasileira, criticou a imprensa uruguaia que transformou o Brasil no grande amigo da nação Oriental; as águas do Rio da Prata sempre serviram de vínculo de solidariedade entre os dois países e a Argentina nunca impediu a livre navegação uruguaia. Ao contrário, no Rio Jaguarão, por mais de meio século, barcos de bandeira uruguaia não puderam navegar sem autorização do governo brasileiro.⁷⁴ **La Prensa** procurou diminuir o valor do tratado, dizendo que as vantagens geográficas e econômicas para o Uruguai eram insignificantes. Rio Branco tratava unicamente de angariar as simpatias do Uruguai, sempre com os olhos fitos no Rio da Prata.⁷⁵ *La Argentina* cedeu espaço à oposição uruguaia que classificou o tratado como um golpe contra a Argentina e que o presidente uruguaio, Claudio Williman, teria praticado uma torpeza, servindo de instrumento aos planos de Rio Branco.⁷⁶ Para *La Razón*, o Brasil não fez concessões importantes: depois de ter se apoderado de milhares de léguas de território, apenas cedeu ao Uruguai alguns metros; sugeria que se evitassem manifestações exageradas de agradecimento ao Brasil.⁷⁷ Satirizava o tratado, dizendo que o Rio Jaguarão e a Lagoa Mirim não serviriam senão para tomar banho e pescar alguma enguia.⁷⁸ Com propriedade, o jornal *La Itália*, de Montevidéu, salientava como a Argentina foi hábil em desmerecer a ação de Rio Branco no tratado com o Uruguai.⁷⁹

5. Considerações Finais

Ao procurar estabelecer os limites territoriais nacionais, Rio Branco refletiu o alcance da irradiação do núcleo geohistórico brasileiro, que atingiu a periferia das zonas de tensão. Esta irradiação formou as chamadas zonas de fronteiras, que passam a exigir a presença do Estado, para em seu nome e em defesa de seus interesses, estabelecer a linha demarcatória, ou seja, o limite territorial até onde irá a sua soberania. A atuação de Rio Branco, consolidando as fronteiras brasileiras, garantiu ao território nacional aproximadamente 900.000 Km², contribuindo para que, territorialmente, o Brasil esteja incluído entre os países "geopoliticamente satisfeitos".

Nas três questões de limites trabalhadas neste artigo, em que interesses argentinos também estiveram presentes, podemos distinguir preocupações geopolíticas que foram herdadas do período colonial, quando as Coroas Ibéricas disputavam espaços territoriais na América do Sul. Acompanhando o pensamento do início do século XX, Rio Branco entendia o Estado como uma entidade orgânica, que se desenvolve de acordo com as flutuações, ora aumentando, ora diminuindo o seu território, de acordo com os interesses

⁷⁴ *La Nación*, 08.11.1909.

⁷⁵ *La Prensa*, 12.11.1909.

⁷⁶ *La Argentina*, 18.11.1909.

⁷⁷ *La Razón*, 19.11.1909.

⁷⁸ *La Razón*, 18.04.1910.

⁷⁹ "Telegramas", *Jornal do Commercio*, 18.04.1910.

políticos.

Considerando-se a existência de um subsistema de poder bipolar na América do Sul, a forma como Rio Branco resolveu as questões fronteiriças, denota a preocupação em assumir a liderança no sub-continente. Além de consolidar o território brasileiro, resolvendo as questões limítrofes de forma pacífica, através de acordos ou tratados diretos, Rio Branco, na verdade, estava procurando isolar a Argentina no concerto das nações sul-americanas. Assim, ao pensar geopoliticamente o espaço brasileiro, tinha claro que o estabelecimento dos limites territoriais do país fazia parte de um projeto maior: era necessário não ter problema fronteiro com vizinho algum, para obter a "projeção Continental" e conquistar a hegemonia na América do Sul. Na Argentina havia a mesma preocupação. Neste sentido, a imprensa daquele país desempenhou um papel fundamental. Dos jornais analisados, todos, em algum momento, estão acusando o Brasil de imperialista. Mesmo aqueles que, historicamente, são partidários da amizade com o Brasil, ao perceber que a resolução de pendengas limítrofes serviria para aumentar a área de influência brasileira e, em contrapartida, promover o isolamento da Argentina, passam a atacar a política externa de Rio Branco. Por sua vez, o poderoso Ministro brasileiro acompanhava de forma muito atenta este "olhar do vizinho" para empreender as suas ações.

AS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DO TRABALHO NA HISTORIOGRAFIA CATARINENSE

Jaqueline A M. Zarbato Schmitt
Doutoranda em História - UFSC

Resumo:

Este estudo tem como objetivo refletir sobre as diferentes perspectivas de análise historiográficas em relação aos trabalhadores em Santa Catarina. E ainda mostrar as modificações em relação aos discursos sobre o trabalho.

Abstract:

This article aims to think about different approaches of historiographical analysis focused on workers of Santa Catarina. Also, this article aims to show possible changes in labour discourses.

Palavras-Chaves: trabalhadores - historiografia - Santa Catarina.

Keywords: workers - historiography - Santa Catarina.

Uma manhã em que o sol está forte, o ritmo acelerado das pessoas, os gritos dos vendedores ambulantes, as carroças que andam de um lado à outro lembram que, mais um dia de trabalho começa...

A prática de trabalhar perpassa o viver de muitos sujeitos em vários períodos históricos. E, em Santa Catarina, quais são as práticas de trabalho, como são narradas as trajetórias?

Para responder essa e outras indagações, procurei fazer um exercício de análise sobre as perspectivas de alguns estudos, de como debruçaram-se sobre essa questão. Isso porque, para analisar as formas de trabalho em Santa Catarina é necessário perceber as especificidades de cada região, como um quebra-cabeças, em que cada uma delas seria uma peça: com mineiros, na região sul, o trabalhador caboclo no Planalto, as vendedoras, as rendeiras no litoral, os operários no Vale do Itajaí, enfim, formas de trabalho que se diferenciam. Porém, acabam por convergir quando problematiza-se as trajetórias desses sujeitos.

Sendo assim, a partir de inúmeros "olhares", pode-se perceber como a invisibilidade em relação aos(as) trabalhadores(as) persistia em determinados períodos, e como vai deixando de existir na historiografia. Dessa maneira, pretendo suscitar os períodos em que são produzidos os estudos, e sua relação com as perspectivas históricas. Entendendo que cada obra é reflexo do seu tempo, é necessário esclarecer que em alguns estudos os(as) trabalhadores(as) não estão inseridos, devido as propostas teórica-metodológicas que impulsionavam os temas. No entanto, num período mais recente da historiografia, há a preocupação em abordar as questões do

cotidiano, das mulheres, dos negros, dos(as) trabalhadores(as), etc.

Mas, essa análise será um passeio por alguns períodos historiográficos em que as questões sociais não eram exploradas. Por isso, início a análise com uma obra, que é considerada clássica, e ainda muito utilizada na atualidade. Osvaldo Rodrigues Cabral, intelectual de elite, médico- sanitaria, buscava em suas obras descrever aspectos relacionados ao viver dessa elite, trazendo outros personagens e modos de vida: os açorianos, os escravos, as festas, os monumentos, entre outros.

A obra **Nossa Senhora de Desterro**, traz para o debate elementos que constituem e reconstituem questões presentes no desenvolvimento da cidade. Nessa obra, Osvaldo Rodrigues Cabral preocupa-se com os principais “fatos” que marcaram a história da cidade: sua fundação, governantes, a independência e a proclamação da República. Descreve os bailes, as comemorações, o dia a dia da cidade. Porém, encontra-se muito pouco em sua análise que reporte aos trabalhadores e trabalhadoras. Em um dos textos, extraímos um pequeno trecho, que nos dá a dimensão de sua análise:

::

[...] não me arreceio em afirmar que, toda a melhoria verificada no sistema de vida do ilhéu, resultou do intenso comércio, que se processou através do nosso porto. Qualquer gênero alimentício, que fosse trazido do interior para ser vendido na vila ou na cidade era, obrigatoriamente encaminhado à praça..., deveria descansar até as 9 horas. [...] expostos em esteiras, antes da existência do mercado e mesmo depois dele, verifica-se uma espécie de feira-livre. As 9 horas tocava o sino da câmara, era a vez dos atravessadores, dos pombeiros, dos vendedores ambulantes, que então ficavam livres para adquirir tudo o que estivesse à venda e, depois, saírem pelas ruas, a revendê-los de porta em porta.¹

Com essa descrição, Cabral mostra que as relações de trabalho eram impulsionadas tanto pelo trabalho formal, através do porto, como pelo informal, exercido pelos atravessadores, pombeiros, vendedores ambulantes. Isso porque, no período de transição do Império para a República as relações de trabalho começam a sofrer algumas modificações, com a introdução de uma nova ética do trabalho, ou melhor dizendo, o novo conceito de trabalho que buscava uma série de modificações nas práticas dos trabalhadores, onde os discursos dominantes apontavam que, para ser um cidadão de bem, o indivíduo deveria estar ligado ao trabalho, sendo assim um membro útil da sociedade.

Quando Cabral, descreve algumas atividades que começavam a despontar no cenário urbano, em meados de 1880 afirma que “ (...) havia 19 sapateiros, 8 alfaiates, artífices e operários contavam-se, de ferreiros 4, de marceneiros 2 e de serralheiros, tanoeiros, entalhadores e pintores, um de cada”.²

¹CABRAL, Osvaldo Rodrigues. Nossa Senhora de Desterro. Florianópolis: UFSC, 1972. Notícia II p. 9.

²CABRAL, O. R. op cit. p. 9.

Somente pelo fato de enumerar algumas atividades que estavam despontando na cidade, já pode-se perceber que em Florianópolis havia, ainda pequeno, mais um contingente de trabalhadores e trabalhadoras, que não se concentrava apenas nas atividades administrativas.

Acima o autor traz algumas atividades cotidianas, porém no trecho a seguir nota-se uma preocupação em destacar a pesca como principal atividade do habitante da ilha:

O açoriano era pescador, acima de tudo; e a plantaçõ de que entendia era o seu pequeno quintal, nos fundos da casa, mesmo porque as ilhas de onde vieram não eram tão grandes assim para admitir uma agricultura intensiva. O melhor era pescar, que minhoca não faltava para isca, trocar o excedente pela farinha que outros produzissem e lhes sobrasse, de vez em quando ir à caça, para variar a etapa, e ir fazendo biscate para conseguir o resto: trabalho nas olarias, nos barcos, nos cortumes, nos paióis, nos açougues, nas padarias, como vendedores ambulantes, coisas [...] que não complicavam a vida dos que a exerciam.³

Ao afirmar que o açoriano era pescador, Cabral parece naturalizar as práticas desses sujeitos sociais, bem como desqualificá-lo para certas atividades. Além disso, contribui para uma visão de que o mesmo não se enquadrava numa ética de trabalho, regida pelo sistema capitalista. Quando fala na troca de excedente, parece lembrar a época do escambo. Pode-se perceber a partir da análise de Cabral que essas e outras questões sobre as atividades desenvolvidas pelos “açorianos” contribuíram durante muito tempo para descrevê-los como “não dados ao trabalho”.

Deve-se esclarecer, então, que o estudo de Cabral é datado, tendo sua historicidade relacionada ao tempo em que escreveu e a maneira como “leu” suas fontes. Desta maneira, entendendo que a pesca e a agricultura não eram as únicas atividades exercidas na cidade, buscou-se em outros estudos- de vertentes teóricas diversificadas- como a sociologia, perceber como elucidava e suscitavam as funções exercidas em Florianópolis.

A partir da década de 70, a sociologia teve seus estudos influenciados pelas análises marxistas. Esses estudos propunham-se a problematizar as questões que cercam os sujeitos sociais, porém numa perspectiva da macro-história. Entre esses estudos está o livro: **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**, no qual Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni analisam as relações entre negros e brancos desde o século XVIII até o século XX.

Os autores trazem elementos acerca da transição do trabalho escravo para o livre, destacando a cidade como centro administrativo, porém indicam a presença de pequenos agricultores e de pescadores, além de algumas atividades desempenhadas pelos escravos juntamente com os brancos pobres.

³Op. cit. p. 207/208.

Fazem uma análise da economia catarinense, relacionando as condições de crescimento populacional com a produção de bens de consumo. Argumentam que ao se tornarem livres e assalariados, os negros raramente conseguiram ascender, assim como os brancos das camadas sociais dependentes. A relação entre brancos e negros aparece como a tônica desse estudo, no entanto, transitam pelo cotidiano, recuperando para a análise a ideologia racial e os estereótipos o que, conseqüentemente denota a presença do negro, ainda que em número menor que em outros centros. Assim, pode-se dizer que este estudo configura-se como um dos poucos que, denota a presença de trabalhadores, mesmo que imersos em gráficos, tabelas.

Na década de 70, as perspectivas de análise ainda seguem a utilização de métodos estatísticos, demográficos, onde os nomes de governadores, presidentes e as melhorias implantadas se sobressaem. Os sujeitos sociais estão imersos nesses estudos, nos quais se evidencia principalmente as “grandes obras”, as casas, as praças. Por isso, ao tentar recuperar as trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras nesse período, o pesquisador depara-se com esses números, gráficos, praças, enfim, com todo um cenário, onde ainda não há espaço para a descrição das atividades desenvolvidas pelos sujeitos.

Nesse sentido, alguns estudos analisados vão ao encontro dessa perspectiva, já que mesmo sendo datados, e com objetivos definidos, trazem para a análise dados, fatos, “heróis”, empreendedores, ressaltando aspectos econômicos e sociais. No entanto, o social é entendido a partir dos ditos “melhoramentos” que foram construídos para o “bem estar” da cidade.

Seguindo essa linha de análise, tem-se os estudos de Maria de Fátima Piazza et ali; Laura Machado Hubener; Djanira de Andrade. Essa perspectiva historiográfica, quase não se distancia da vertente tradicional, busca apreender a importância econômica da fábrica de pontas; do comércio no porto e da construção da ponte. Deste modo, *alguns estudos da história econômica tendem a colocar nas tabelas de dados numéricos toda a ênfase, muitas vezes deixando de apresentar outras possibilidades de interpretação de dados e mesmo de descrever como foram obtidos.*⁴

O estudo de Maria de Fátima Piazza et ali, **A Fábrica de Pontas Rita Maria**⁵, mostra que essa empresa teve extrema importância no desenvolvimento econômico da cidade, sendo sua produção basicamente de pregos, abarcando o mercado interno e externo.

O estudo do prédio, inaugurado em 1896, mostrou que foram realizadas muitas reformas, adaptações e acréscimos no decorrer do século. O estudo se concentra, e a proposta já alertava para isso, na arqueologia industrial, onde estão dispostos todos os componentes do processo da fábrica: máquinas,

⁴WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate* In: *Revista Catarinense de História*, nº 2, 1994 p. 12.

⁵PIAZZA, Maria de Fátima et ali. *A fábrica de Pontas Rita Maria. Um estudo da Arqueologia Industrial*. Florianópolis: Edeme, 1980.

estrutura do prédio, disposição das oficinas, etc. Contudo, os operários, um dos componentes do processo da fábrica, praticamente não são mencionados, a não ser quando é feita a descrição da vila habitada por eles.

Nessa mesma linha de análise, porém focalizando o desenvolvimento da cidade através do comércio no porto, tem-se o livro, **O Comércio em Desterro no Século XIX**, em que Laura Machado Hubener⁶ realizou um estudo local, abordando as questões relacionadas ao nível econômico, integrado a uma estrutura nacional. Analisando a atividade comercial e seus resultados, muito mais em termos quantitativos a autora traça os aspectos gerais da economia mundial no século XIX, afirmando que essa criou possibilidades de ampliação dos mercados tanto para matérias primas como para alimentos.

A afirmação de que Desterro/Florianópolis era uma "cidade administrativa" é reforçada também por este estudo, enredado pelos discursos oficiais de que Florianópolis não era uma cidade que aglutinava um número expressivo de trabalhadores urbanos. Quando então, Laura Hubener traça as características sobre a zona comercial, diz que essa estava localizada próxima ao porto, ou melhor, à Alfândega. "Próxima também desenvolvia-se uma regular atividade de construção naval."⁷ Porém, se havia como Laura Hubener afirma uma atividade de construção naval, onde estariam os trabalhadores que desenvolviam essa atividade? Mais uma vez, os trabalhadores raramente aparecem nessa análise.

Em meio a gráficos sobre as exportações e sobre a vinda de produtos de outras capitais, sobre o estado precário do cais do porto, a autora traz um aspecto da importância do porto. Segundo a autora :

A importância do porto pode ser testada pela população marítima ali existente. Para uma população de cerca de 11000 habitantes em toda Desterro, a população marítima, de acordo com o número registrado na Capitania dos Portos, até dezembro de 1859 chegava a 1774 indivíduos, espalhados pelas mais variadas atividades, como mestres, contramestres, praticantes, patrões de hiates, marinheiros, carpinteiros, calafates, etc. Portanto, cerca de 16% da população dedicavam-se à atividade marítima.⁸

Percebe-se que se " 16% da população dedicavam-se à atividade marítima" isso representa um considerável contingente de trabalhadores nos arredores do porto, o que por sua vez, nos leva a supor que as atividades cotidianas de trabalho era intensas, já que chegavam e partiam dali pequenas e grandes embarcações.

Na mesma perspectiva de análise, ligada ao desenvolvimento econômico da cidade, voltando-se principalmente para os fatos e para os feitos políticos

⁶HUBENER, *O Comércio em Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1979.

⁷HUBENER, op. cit. p. 23.

⁸HUBENER, op. cit. p. 35.

na cidade, tem-se o livro **Hercílio Luz: Uma ponte integrando Santa Catarina**, onde Djanira de Andrade analisa a construção da ponte e suas benfeitorias como fatores de suma importância para a vida econômica, social e política de Florianópolis.

A autora discorre sobre a necessidade de uma ponte em Florianópolis, indicando as dificuldades de comunicação, de transações comerciais da Ilha de Santa Catarina, fazendo um apanhado geral desde o século XVII até o momento de construção da ponte, em 1922. Afirma que *“a construção não foi fácil, uma vez que as dificuldades eram muitas, principalmente no que dizia respeito à condição financeira.”*⁹

A autora analisa os custos da obra, a importância da ponte, a benfeitoria do governador Hercílio Luz, a profundidade das águas, o transporte das estruturas. A descrição abaixo dá uma idéia da análise que permeia o estudo:

A execução do projeto de Robinson & Steimann em nada foi alterado. A ponte possuiria as seguintes dimensões: 818 m de comprimento; 10,5 de largura, 340 m de vão central, 3,8 de altura das pilastras, abaixo do nível da água e 69,76 m de altura das torres sobre o nível médio da água. [...] Foi contratada, em 1919, a construtora Byngton & Sundstron, para, em 1920, iniciar a construção, com um prazo de 24 meses para o término da obra. Somente com um novo empréstimo, que foi acertado em novembro de 1922, pode-se edificar a ponte.¹⁰

Teoricamente, a construção da ponte iria contribuir para a melhoria de vida da população, mas na prática, essa dita melhoria não favoreceu a todos os habitantes da cidade. Nesse sentido, na análise de Djanira Andrade não aparecem as trajetórias e experiências dos trabalhadores responsáveis pela construção da ponte. A autora desconsidera a importância da construção da ponte como geração de empregos e fator de atração de trabalhadores de outras cidades para Florianópolis.

Pode-se dizer então que, os estudos citados acima não se distanciam inteiramente da vertente tradicional da história, pois mostram os fatos, as datas, o números que constituíram seus objetos de pesquisa, relegando ao silêncio, os sujeitos históricos e suas experiências.

Porém, a partir da década de 80 alguns estudos ainda sofrem influências das análises marxistas, relacionando a história do trabalhador catarinense com o contexto nacional, mundial. Assim, seus estudos tem como base as relações econômicas, para descrever as trajetórias e experiências dos trabalhadores, na empresa, no sindicato, na cidade, no campo.

No livro **A Pirita Humana: Os mineiros em Criciúma**, Terezinha Volpato¹¹ analisa as condições de trabalho dos mineiros na região carbonífera

⁹ANDRADE, Djanira Maria Martins de. *Hercílio Luz: Uma ponte integrando Santa Catarina* Florianópolis: UFSC, 1981. p. 73.

¹⁰idem, p. 76/77.

¹¹ VOLPATO, Terezinha. *A Pirita Humana*. [mimeo]

do sul catarinense, para tanto argumenta que a extração do carvão ficou uma categoria especial de trabalhador industrial, o mineiro.

Ao historicizar o trabalho realizado pelos mineiros, a autora situa o ambiente de trabalho, descrevendo o cotidiano da mina. Em seguida mostra as etapas da tecnologia empregada: a mecanizada, a semi mecanizada e a manual. Assim, esclarece que o processo de industrialização do carvão resultou em produtos como o carvão metalúrgico, o energético e o a vapor, mas também resulta em resíduos como a pirita.

Neste sentido, o processo de trabalho produz riqueza e valor para o crescimento da sociedade, mas “ paga um alto preço pela dilapidação implacável da força de trabalho, que se transforma em resto, a pirita humana” (p.16) A autora recupera a reprodução da forma de trabalho nas minas, pois a dinâmica da reposição da força de trabalho se concentra na família do mineiro.

A autora detêm-se principalmente sobre o processo de produção, pois segue uma perspectiva de análise marxista, em que os mineiros constituem a classe trabalhadora que, passa por sucessivas etapas, quase como um processo evolutivo. Pensando a partir dessa perspectiva, a autora problematiza o início de trabalho nas minas até a “consciência de classe” quando no processo de sindicalização.

Ainda seguindo a vertente de análise marxista, tem-se o estudo de Samir Ribeiro, **A Formação do trabalhador catarinense. O caso do caboclo no Planalto Serrano**.¹² Neste estudo, o autor busca explicar a história da formação do caboclo, enquanto trabalhador, através do processo que formal de trabalho.

Para explicitar as condições de trabalho do caboclo, descreve que inicialmente era um trabalhador agrícola, sem recursos financeiros, nem escolaridade, vivendo de forma solitária e dependendo dos fazendeiros. Nesse sentido, pode-se perceber que o autor utiliza os conceitos de estrutura desigual e de dominação, além de categorias como explorados e exploradores.

O autor analisa a história do caboclo buscando as origens do trabalho na região do Planalto, assim tenta explicar o processo de transformação da força de trabalho que era ligada à terra e que migra para as serrarias. Entretanto, utiliza como parâmetro de análise as condições econômicas e, posteriormente analisar as consequências dessas condições.

Na dissertação, **Sindicalismo e Estado Corporativista: O caso do sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau**¹³, Maria de Fátima Sabino analisa a organização e burocratização sindical através do processo político e do sistema corporativista.

¹² JESUS, Samir Ribeiro de. *Formação do Trabalhador catarinense: o caso do caboclo do planalto serrano*. Dissertação de mestrado em História/UFSC, 1991.

¹³ DIAS, Maria de Fátima Sabino. *Sindicalismo e Estado Corporativista: O caso do sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau. (1941-1950)* Dissertação de Mestrado, UFSC, 1985.

A autora desenvolve seu estudo seguindo a vertente marxista onde são analisados as etapas do processo de conscientização da classe trabalhadora. Faz uma análise geral dos sindicatos em nível mundial e em seguida mostra que em Blumenau os sindicatos seguem o modelo nacional de sindicalização. Sob essa ótica, o sindicato fazia parte do suporte do novo sistema corporativista e era visto como "órgão consultivo e técnico do governo federal". Logo, foi imerso nessa política corporativista que o sindicato atuou e passou por várias experiências.

Segundo a autora, um fato mostra o caráter corporativista do sindicato, pois no período de 1941-1950 o movimento operário seguiu a revelia do movimento sindical. O sindicato, durante a greve de 1950 foi incapaz de representar o espírito de luta e combatividade que esperavam os operários. Logo, o sindicato das indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau caracterizou-se como mero executor da legislação social doado pelo Estado, com sua organização baseada em serviços assistenciais.

Em meados da década de 80, a historiografia dá um "salto" para outras questões presentes na sociedade. Esses estudos dadas as especificidades são marcados pelos paradigmas da história social, nesse sentido, *o avanço para o social foi estimulado pela influência de dois paradigmas dominantes: o marxismo por um lado e a escola dos "Annales" por outro.*¹⁴

Nessa perspectiva de análise tem-se o estudo, **A descoberta do Mercado Público**, Nivaldo Jorge da Silva, buscou através da recuperação de elementos históricos reconstituir o espaço do Mercado Público, dando historicidade ao mercados municipais, bem como apontando sua importância como lugar de trabalho.

O autor mostra que em Desterro/Florianópolis foram construídos dois mercados públicos, e a partir desse fato constata que antes da construção do mercado, várias barraquinhas enfeitavam o centro da cidade. De acordo com o autor, mesmo concluído e inaugurado o prédio do mercado em 1851, os "problemas higiênicos e sociais" que eram inerentes as barraquinhas persistiram.

Assim, o Mercado Público não encerrou as atividades nas barraquinhas, permanecendo o contraste entre a regulamentação do trabalho e a informalidade. O autor destaca que a *"toalete topográfica foi realizada, mas a toalete social não surtiu efeito, e com isso, a imundície e a vadiagem voltaram a imperar na praça principal da cidade"*¹⁵

O autor mostra que a construção do Mercado Público tinha anseios de sanear, regulamentar e principalmente controlar quem e o que se vendia. Deste modo, destaca que dentro do Mercado foram proibidos os jogos tocatas, as danças, e para que fosse respeitado as regulamentações policiava-se a circulação de pessoas e o comércio dentro da área do mercado.

¹⁴ HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. trad. Jefferson Luiz Camargo. SP: Martins Fontes, 1992. p. 02.

¹⁵ SILVA, Nivaldo Jorge. *A descoberta do Mercado Público*. Fpolis, 1996 p. 26.

Na mesma perspectiva de análise, mas focalizando as relações de trabalho por uma ótica antropológica, e trazendo também um estudo aprofundado das fontes orais, buscando mapear os locais de trabalho, para fazer um quadro geral, tem-se o estudo antropológico de Anamaria Beck **Trabalho Limpo: A renda-de-bilro.**

A autora realiza um histórico sobre a importância do artesanato, mostrando uma certa “evolução” em seu processo, até virar objeto de preocupação de setores governamentais, como o Ministério do Trabalho. Faz um estudo recuperando os elementos presentes no trabalho das mulheres que faziam rendas, no interior da ilha, com entrevistas no Ribeirão da ilha, Lagoa da Conceição, Rio Vermelho, Ingleses, Cachoeira, Canasvieiras, Rationes e Pântano do Sul. Historicizando a produção da renda de bilro, salienta que essa atividade permitiu “à mulher atender objetivamente as pressões e corresponder à expectativa quanto a sua contribuição para a manutenção da família”¹⁶

A autora traz para a análise, um trabalho que na atualidade vem perdendo cada vez mais espaço para o trabalho mecanizado. Porém um aspecto interessante nesse estudo, é o fato de a autora dar visibilidade às experiências das rendeiras, não só como trabalhadoras, mas também como mulheres trabalhadoras. A articulação entre as atividade artesanal e o trabalho doméstico indicam, claramente, na direção de uma dupla jornada de trabalho:

Seu dia de trabalho começa pelas 5 horas da manhã, preparam o café e vão para a fonte lavar a roupa da família antes que o sol fique quente, voltando para casa tratam da limpeza e arrumação; por volta das 11 horas começam a prepara o almoço e estendem a sesta até por volta das 15 horas, quando retornam à renda até a hora de preparar o jantar. A noite, quando a vista permite, ainda fazem renda antes de dormir.¹⁷

Isso mostra que essa realidade é corrente em outras atividades, já que o trabalho não se restringe a um período apenas, indo além das referidas oito horas de jornada de trabalho. Aprender a fazer renda era um processo de socialização da ,mulher, considerada atividade adequada para as mulheres, cujo aprendizado começava ainda na infância. O trabalho na renda apresentava considerável demanda, pois cerca de 3000 mulheres estavam ligadas a essa atividade, *mas cabe ressaltar que esse trabalho trazia também um grande desgaste físico, pois o trabalho de renda é um atividade que, como as domésticas, “desgastam fisicamente a mulher de forma lenta e gradativa”*¹⁸

No fim da década de 80 e início da década de 90 tem-se a ampliação das problematizações acerca do cotidiano e dos sujeitos sociais. Seguindo

¹⁶ BECK, Anamaria (coord) *Trabalho Limpo: A renda-de-bilro e a reprodução familiar*. Florianópolis: UFSC, 1983. p. 9.

¹⁷ Beck, op. cit. p. 17.

¹⁸ Beck, op. cit. p. 22.

essa perspectiva de análise, os estudos privilegiam novas abordagens, outras linguagens, outros métodos de análise, novas fontes, enfim, *vemos nesses estudos, uma valorização de uma história de fragmentos, muitas vezes vista de baixo, utilizando-se de fontes muito diversificadas.*¹⁹

Muitos trabalhos historiográficos inserem-se nessa perspectiva, dentre eles estão os estudos de Hermetes dos Reis Araújo, Joana Maria Pedro, João Henrique Zanellato, Marlus Niebur, Roselane Neckel Kupka, Maria Bernardete Ramos Flores, entre outros. Esses estudos inovaram as formas de apreensão dos elementos do cotidiano, problematizaram as vivências, as representações, inseriram os sujeitos sociais nas análises, enfim, delimitaram através de seu "tempo" a ruptura com certos paradigmas. Como salienta Lynn Hunt: *Nos últimos anos, os próprios modelos de explicação que contribuíram de forma mais significativa para a ascensão da história social passaram por mudança de ênfase, a partir do interesse cada vez maior, tanto dos marxistas, quanto dos adeptos dos Annales pela história da cultura.*²⁰

Na dissertação **Homens de Barro (experiências de trabalhadores da cerâmica vermelha-Olarias- Morro da Fumaça)** João Henrique Zanellato²¹ historiciza as olarias em Santa Catarina e as trajetórias dos trabalhadores rurais que migraram para o trabalho nas olarias. Este estudo também é influenciado pelas análises marxistas, porém ultrapassa as questões de enquadramento econômico, do processo de produção, na medida em que, segue uma abordagem cultural.

Nesse sentido, o autor argumenta que é a partir da relação de trabalhadores sejam pescadores, mineiros, operários que a cultura aparece em sua concretude, ou seja, nos hábitos, costumes, valores e relações pessoais.

Ao suscitar as lembranças dos trabalhadores, o autor problematiza a memória urbana, de maneira que a lembrança de cada trabalhador, imersa no cotidiano da cidade complementa o entendimento das trajetórias de trabalho. Utiliza a análise das experiências de trabalho como suporte metodológico para descrever o processo de trabalho, o lazer nos "bares", o ingresso nas escolas, etc.

O livro **Ecos e Sombras: Memória e Cotidiano do Operário Têxtil em Brusque**, de Marlus Niebur²², tem por objetivo recuperar a memória dos operários têxteis de Brusque e compor o cenário de trabalho durante a década de 50.

Procura analisar o espaço fabril, entendendo-o como campo de opressão e disciplina, mas também como local de múltiplas experiências. Traz uma abordagem e linguagem onde o processo de trabalho e as memórias dos

¹⁹ WOLFF, op. cit. p. 13.

²⁰ HUNT, op. cit. p. 05-06.

²¹ ZANELLATO, João Henrique. Homens de Barro (experiências de trabalhadores da cerâmica vermelha-Olarias- Morro da Fumaça) Dissertação de Mestrado, UFSC, 1999.

²² NIEBUHR, Marlus. Ecos e Sombras: Memória e Cotidiano do Operário Têxtil em Brusque. Itajaí: ed. da Univali, 1999.

trabalhadores não são estáticas, percorrendo o tempo em que eram colonos e o tempo de operários.

Através da memória operária, recupera momentos importantes da greve de 1952, como a desesperança, as imagens gravadas sobre as dificuldades de reverter o quadro de greve. Neste caso, as memórias dos operários descrevem a preparação no interior das fábricas, nos botequins, nos lares enfim nos espaços que formavam a vida do trabalhador.

Na mesma linha de indagações e problematizações do viver urbano, tem-se o estudo **Tensões e Imagens do Viver Urbano**, onde Roselane Neckel Kupka discute as formas, táticas e estratégias que as classes populares utilizavam em meio ao processo de saneamento e modernização da cidade. Nesse sentido, os trabalhadores e trabalhadoras pertencentes as classes populares despontam em sua análise, quando lança alguns dados sobre o cotidiano da cidade.

A autora se propõe a dar visibilidade às tensões sociais que constituíram o viver urbano em Florianópolis entre 1910 a 1930, procurando ir além das imagens, bem como dos discursos que descrevem a cidade e a população, penetrando na heterogeneidade de costumes, práticas, hábitos, etc. Nesse sentido, dá vazão as improvisações que “as classes populares” constituíam, talvez como contraponto capaz de evidenciar o dinamismo da vida social, aprendendo as várias faces do cotidiano da cidade.

Ao discorrer sobre a intervenção do poder público nas condições e higiene da cidade, vai mostrando toda a instauração de aparatos para “alterar a paisagem urbana, reformando as condutas”. *Em meio`as ditas reformas de condutas, traz a cena um dos principais “alvos” da preocupação do poder público: mulheres, negros, menores, idosos, populações mais humildes, os chamados “desqualificados sociais”*²³

Recupera os discursos que apontam medidas efetivas em busca da “modernidade”, alterando a paisagem urbana, bem como os modos de vida da população. Segundo a autora não bastava “modificar o cenário, também era necessário alterar comportamentos e maneiras de viver”. Deste modo, foram se delimitando os espaços onde os ambulantes, as cartomantes, os jogadores de bicho, as prostitutas, onde poderiam circular.

No estudo **Farra do boi. Palavras, sentidos, ficções**, Bernardete Ramos Flores, analisa as várias conotações sobre a farra do boi, revelando as questões implícitas na cultura popular, os discursos da mídia, os discursos de defesa do animal, enfim, através das várias imagens que despontam, vai desconstruindo as interpretações e trazendo novas representações sobre a farra do boi.

Através das variações sobre a farra do boi, como brincadeira, como festa, hábito, costumes a autora vai mostrando as maneiras pelas quais a população, descendentes de açorianos, assimilaram e reinventaram essa

²³KUPKA, Roselane Neckel. *Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis 1910/1930* Dissertação de Mestrado PUC/SP: 1993 p. 10.

manifestação.

Nesse sentido, focalizo o capítulo em que a autora suscita as falas de alguns “velhos” e “velhas” com o intuito de perceber as construções culturais, das festas, brincadeiras e maus ainda, para dar vez e voz a esses sujeitos. No capítulo, se me deixam falar, a autora buscou através das lembranças perceber o cotidiano de trabalho, de sociabilidade, de convivência. Utilizando referenciais da memória, vai mostrando as mudanças da conotação de tempo, do trabalho e das festas. Como destaca a autora:

Não há uma extrema demarcação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho. A produção de subsistência, as diversões, a comunicação, os ritos religiosos, o namoro, nas trocas de experiências estão imbricadas na jornada, dada pelo que é necessário fazer, necessidade proveniente do tempo regular das safras e das épocas.²⁴

Além da análise das várias temporalidades existentes nos convívios em grupos, a autora traz as lembranças de vários homens e mulheres, em que situam a realização dos trabalhos; a participação nas festas; as mudanças na cidade, enfim traz para a análise as vozes daqueles que como classifica são verdadeiros “*documentos vivos da história*”.

Deste modo, ao contrapor os estudos de uma vertente tradicional com outras vertentes, como a social e cultural foi possível perceber que esses estudos são datados, há vários “tempos” nas análises. Mostram que, é a partir do tempo histórico em que são elaborados que constituem sua problemática. É a partir das formas pelas quais compreende-se o trabalho, que os trabalhadores e trabalhadoras emergem nos estudos históricos. Tempos que negam o trabalho, tempos que o valorizam, tempos que refletem sobre ele.

Logo, foi possível perceber as diferentes abordagens, do trabalho informal, do trabalho da mulher, do operário, do mineiro, do cabaclo, do trabalho do pescador, do ambulante e, até implicitamente em meio aos gráficos, tabelas, pressupor a participação dos(as) trabalhadores(as).

Enfim, a partir dessa análise percebe-se que a cada dia, homens e mulheres seguem para o local de trabalho, uns passando por ruas calçadas, outras descendo para as minas, outras bordando em casa, porém, todos trilham caminhos que acabam por compor suas trajetórias de vida. Trajetórias que foram problematizadas por alguns autores e relegadas ao esquecimento por outros e, que se configuram em elementos que irão compor a memória desses homens e mulheres. Mas, isto já é outra história.

²⁴ FLORES, Maria Bernardete Ramos Flores. *A Farra do Boi. Palavras, sentido, Ficções*. Florianópolis, ed. UFSC, 1997. p. 150.

CORPOS (EM TEMPOS) MODERNOS

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Professora colaboradora do Departamento de História da
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo:

Este artigo permite observar a articulação da entrada da cultura norte-americana no Brasil com os produtos veiculados pela imprensa do segundo pós-guerra, onde os anúncios articulavam uma modernidade específica: prática e utilitarista de novos e sedutores bens de consumo. Neste sentido, a revista O Cruzeiro é entendida como uma empresa que necessita de anúncios e de pessoas que os consumam através de suas propagandas.

Palavras-Chaves: imprensa - revista O Cruzeiro - corpos.

Abstract:

This article allows to observe the articulation of the entrance of the North American culture in Brazil with the products transmitted by the press of the postwar second, where the announcements articulated a specific modernity: practice and utilitarista of new and seductive consumption goods. In this sense, the magazine O Cruzeiro is understood as a company that needs announcements and of people that consummate them through your ad.

Keywords: press - O Cruzeiro magazine - bodies.

O fenômeno (a americanização) deriva de uma fatalidade histórica e geográfica a ser aceita por si mesma, na serena compreensão de que não poderíamos evitá-la.¹

No Brasil do segundo pós-guerra, através de diversos setores urbanos, diagnosticava-se desejos de ser moderno. Neste sentido a imprensa tem figurado como uma das principais divulgadoras dessas novas expectativas. A revista O Cruzeiro, neste período, discute a modernidade em artigos diretamente relacionados à constituição de sujeitos modernos. Não a uma modernidade extra corporal, mas uma modernidade inserida nos sujeitos.

Segundo Guattari, a mídia e a cultura são consideradas fabricantes de subjetividade. Assim a subjetividade é moldada, fabricada e consumida no registro do social, em um sistema maquínico capitalístico onde a produção se dá em escala internacional². Inserindo a revista O Cruzeiro na perspectiva apontada por Guattari, podemos percebê-la como fabricante de uma subjetividade serializada, que define junto a uma rede conexa de máquinas

¹ AMADO, Genolino. (Luzes da Cidade) *Americanização da Vida Carioca*. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 03/04/1948, p.26.

produtivas, máquinas de controle social e instâncias psíquicas, um modo de perceber o mundo³. A subjetivação enreda os discursos disseminados e articulados pela imprensa, não como uma atividade unívoca da imprensa, como portadora da 'verdade', mas principalmente, envolvida em uma discussão internacional que produziu assertivas positivas (discursos e imagens) com relação à adesão de corpos e corações à modernidade desejada, pulverizadas na cultura ocidental.

American Way of Life no Brasil: conquista de lares, conquista de corações.

A imprensa teve, como o cinema, um papel significativo e decisivo na divulgação do modo de vida norte-americano – *American Way of Life*⁴ – cuja influência se tornava visível ao atingir as camadas médias através do consumismo e da modernização. Em termos gerais, as guerras que arruinaram a Europa só contribuíram para consolidar o poderio norte-americano enquanto potência industrial e comercial. Livre das pressões do mercado, seu desenvolvimento econômico possibilitou a exportação de 'produtos culturais', sobretudo, buscando incentivar a criação de novas necessidades em seus consumidores. Segundo Sophie Body-Gendrot, estes produtos culturais não se constituíam como demanda, mas obtiveram aprovação por conta de uma mensagem cultural ou política sutil que seduzia principalmente através da mídia.⁵

O surgimento do *American Way of Life* no cotidiano brasileiro tem um percurso específico; sua entrada no país não foi mera coincidência, gratuita, nem sequer acidental. Segundo Gerson Moura, a chegada dos Estados Unidos aconteceu no início da década de 40 fazendo parte de um planejamento econômico e ideológico⁶, conhecido como política de Boa Vizinhança⁷ entre este e os demais países da América.⁸

O intervencionismo declarado de Theodore Roosevelt da política do *Big Stick* dos primeiros 30 anos do século XX, na década de 40 havia sido abandonado. Em sua substituição, a filosofia panamericanista fora criada, para

² GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo* Petrópolis: Vozes, 1994, p. 25-45.

³ Id. *Ibid.*, p. 27.

⁴ Cf. BODY-GENDROT, Sophie. Uma vida privada francesa segundo o modelo americano. In: ARIÉS, Philippe & DUBY, Georges. *Uma História da Vida Privada: da primeira guerra até nossos dias*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, v.5, p. 529.

⁵ Idem, p. 534 a 536.

⁶ MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. Coleção Tudo é História, n. 91. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 08.

⁷ Segundo Moura, o discurso produzido sobre a política de Boa Vizinhança configurava-se em fazer acreditar em um intercâmbio cultural entre duas sociedades – uma avenida larga de mão dupla. "Na prática, a fantástica diferença de recursos de difusão cultural dos dois países produziu uma influência de direção praticamente única, de lá para cá". Cf. MOURA, Gerson. *Id.*, p. 09.

⁸ Id., *Ibid.*, p. 11.

“melhor vender os programas de ação à América Latina”.⁹ O panamericanismo baseava-se em uma

realidade fundada em ideais comuns de organização republicana, na aceitação da democracia como um ideal, na defesa da liberdade e dignidade do indivíduo, na crença na solução pacífica das disputas e na adesão aos princípios de soberania nacional – e cuja manifestação concreta seriam os programas de solidariedade hemisférica.¹⁰

É bom lembrarmos a importância do encontro de Roosevelt e Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Brasil no início de 1939, onde tornou-se realidade o projeto de colaboração entre militares americanos e brasileiros. A resistência se mostrou sólida, não somente por parte dos militares, mas também de setores favoráveis à uma possível associação política com a Alemanha que resistiam às tentativas de associação americana.¹¹

Tais fatores contribuíram para que uma ação efetiva e organizada se processasse na América Latina. Em 16 de agosto de 1940, segundo Moura, o governo Roosevelt criou uma superagência chefiada por Nelson Rockefeller, *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, mas que, um ano depois, passou a se chamar *The Office of the Coordinator of Inter American Affairs*. Este Birô Interamericano coordenaria os esforços americanos no plano das relações econômicas e culturais com a América Latina.¹² A partir dessa iniciativa, todo um pacote cultural foi sendo desenvolvido em busca de aceitação e simpatia relativa aos países latino-americanos através de intercâmbios, cursos, matérias jornalísticas enaltecendo as qualidades norte-americanas organizacionais, além de sua forma educacional e atuação científica. Todo este aparato esteve também ligado à produção cinematográfica diretamente produzida para a América Latina. Segundo dados levantados pela historiadora Cristina Meneguello, a produção de filmes relacionados à temática *American way of life* fez parte das produções de Hollywood. Esta produção, no ano de 1945, atingiu números expressivos: 96 filmes com a temática guerra, 38 filmes com a temática do *american way of life* e 84 filmes sobre a América Latina.¹³ É importante ressaltar que se tratava de um planejamento político e econômico, que utilizava, muitas vezes, a propaganda da cultura norte-americana como fator central de mudança.

Mas esta mudança de sentimentos com relação a uma eventual

⁹ Id., *Ibid.*, p. 25.

¹⁰ *Ibid.*, p. 24.

¹¹ Id., p. 30 e 31.

¹² Id., *Ibid.*, p. 20.

¹³ MENEGUELLO, Cristina. **Poeira de Estrelas**: o cinema Hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996, p. 12.

americanização da cultura brasileira não se deu sem conflitos e nem tão prontamente. Antonio Pedro Tota nos mostra que, em 1940 o público brasileiro recebeu a atriz Carmen Miranda, no Cassino da Urca, de maneira fria e impassível. Para ele, não se tratava tão somente de defesa da cultura nacional, mas sim uma negação aos Estados Unidos, ligada ao sentido de mazombo. Mazombo seria a eterna saudade daquilo que nunca havia sido, uma saudade relativa aos filhos de portugueses – como uma herança carregada desde a colonização do Brasil. O pensamento amplamente difundido na Europa, que relacionava a América à barbárie, pontuava uma negação aos americanos. Afinal, o ideal cultural se encontrava nos grandes centros urbanistas europeus.¹⁴ Tratava-se, então, de uma disputa de paradigmas – o europeu *versus* o americano. E, em 1940, o paradigma europeu parecia centralizar as atenções e sentimentos brasileiros.

Para Tota, a atuação do órgão americano de Nelson Rockefeller, atuação que se baseava em uma cultura digerível, foi a grande responsável pela mudança de paradigma no Brasil, “a mesma elite que havia repudiado a americanização de Carmen Miranda iria, aos poucos, se curvando diante da demonstração da pujança americana”.¹⁵ Por conta deste órgão, escolas americanas e institutos culturais americanos foram estimulados a adentrar em território brasileiro, como o IBEU (Instituto Brasil-Estados Unidos), que atuava enquanto centro difusor da língua inglesa e espaço de palestras entre outros setores culturais, com temáticas sobre os Estados Unidos.¹⁶ Em 1943, segundo Moura, em função do interesse das famílias brasileiras de camadas médias, e a conseqüente demanda de matrículas, tornou-se necessária a ampliação de escolas norte-americanas no Brasil. Foi também a partir desse momento que se pôde observar a queda da língua francesa para as elites brasileiras. Entre o episódio de Carmen Miranda e o segundo pós-guerra, ou seja, em seis anos, esta mudança de paradigma já poderia ser sentida, através da imprensa, com mais ênfase.

Com o fim da Segunda Guerra, e a conseqüente democratização das nações, as eleições no Brasil se mostraram indispensáveis historicamente. Ditaduras não combinavam com os novos interesses políticos e econômicos que passaram a serem firmados desde então. Dessa forma, com o presidente eleito General Gaspar Dutra, interesses políticos forma assinados nos acordos de importação permitindo a entrada de produtos e de bens de consumo americanos; afinal com o fim da guerra, o Brasil se tornara um promissor mercado consumidor. Somente entre 1946-1947 houve uma inundação de produtos americanos. O incentivo brasileiro foi tamanho que as divisas acumuladas durante a guerra esgotaram-se, justificando todo esforço da agên-

¹⁴ TOTA, Antonio Pedro. Entre Berlim e Nova York: paradigmas e paradoxos no Brasil dos anos 40. In: **Projeto História – Cultura e Representação** São Paulo: PUC, fev/1997, n. 14, p. 113 e 114.

¹⁵ Id., p. 115 e 116.

¹⁶ MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 48.

cia norte-americana em campanhas publicitárias durante a guerra.¹⁷

O cenário brasileiro do segundo pós-guerra já apontava, através da imprensa, posicionamentos favoráveis a entrada da cultura norte-americana no país, mesmo que, em determinadas relações. Em 1948, na revista O Cruzeiro, na coluna assinada por Genolino Amado, *Luzes da Cidade*, podemos observar o paradigma americano se incorporando ao discurso, em contraponto ao paradigma europeu:

[...] E enquanto não construirmos a nossa originalidade, é melhor que adotemos os modelos de um povo em fase ascendente, como o dos Estados Unidos, em vez de copiar os processos e fórmulas de um mundo em decadência, como o da Europa-Occidental. Além de corresponder aos nossos interesses, isso quadra com o nosso tipo e não nos deixa em situação grotesca, num falso requinte como de antigamente, quando macaqueávamos a cultura francesa. É mais simpático ver um caboclinho indígena fazendo esporte, dançando o 'boogie-woogie', para se mostrar ianque da cabeça aos pés do que vê-lo, como outrora, assumindo atitudes pernósticas de tédio literário ou inquietações religiosas, para fingir-se de parisiense intoxicado por Baudelaire e Verlaine. Pelo menos, há mais saúde física e moral, maior alegria de existir, naquela imitação do que nessa.¹⁸

Embora a preferência seja dada aos Estados Unidos, Genolino Amado percebe na cidade do Rio de Janeiro uma vulgarização da influência norte-americana, a ponto de descaracterizar a juventude brasileira. O principal problema se baseia em uma imitação superficial da cultura americana e não "as fontes inspiradoras, a filosofia que a orienta, o espírito que lhe permitiu, com os estupendos recursos do solo, realizar tamanha grandeza". Em outras palavras, "permanecemos sem o senso prático dos americanos".¹⁹ Os olhos atentos de Genolino Amado sobre as coisas relativas às luzes cariocas, as percepções produzidas sobre a entrada maciça americana no país, revelam ora aceitação, ora desconfiança. O fato é que a entrada de produtos, por meios publicitários, transformou o cotidiano brasileiro, ora adaptando, ora reinventado e, em uma procura incansável de interagir, constituiu e produziu novas relações de gênero e, em conseqüência, novas sociabilidades. Nesse sentido, as revistas de circulação nacional tiveram grande importância na veiculação de um modo de vida moderno, seduzindo e interagindo com o leitor através de textos e imagens, produzidos especificamente para este fim.

Modernidade em revista

¹⁷ MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 76.

¹⁸ AMADO, Genolino. (Luzes da Cidade) *Americanização da vida carioca*. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 03/04/1948, p. 26.

¹⁹ Id., p. 26.

O modelo norte-americano de modernidade se situa em grande parte nas revistas e jornais que circularam no Brasil no segundo pós-guerra. O fim da Segunda Guerra marcou o fim da atuação do *Birô Interamericano na América Latina*²⁰, e, assim sendo, a influência cultural, deu-se através de outras frentes, tais como as redes de informação, da qual figura, principalmente a revista O Cruzeiro, além da revista A Manchete.

Em diversos países, muitos produtos culturais norte-americanos tiveram, nos anúncios, forte atuação em matéria de convencimento público. Na França, os publicitários adotaram a escola americana como parâmetro – “eles exibem figuras bronzeadas, de saúde quase insolente, risonhas (os dentes, claro, são perfeitos, ‘cintilantes’), que parecem estar sempre em férias”.²¹ A singular diferença é que, no Brasil, as agências de notícias ainda distribuíam, majoritariamente, grande parte das reportagens, inclusive de anúncios que circulariam nas diversas instâncias da imprensa escrita no Brasil. Tal fato pressupõe que as notícias e anúncios não se encontravam necessariamente vinculados a linha editorial específica de cada periódico. Entre 1946-1955, as agências de notícias detinham um caráter distribuidor, comercial, constituindo-se enquanto pólo central difusor do *American way of Life*, na medida em que muitas das agências eram norte-americanas. Duas delas, as agências UPI e AP, praticamente monopolizavam a distribuição de notícias.²²

Embora a imprensa brasileira em geral esteja marcadamente articulada as agências de notícias, a revista O Cruzeiro é, porém, um caso específico. Os elevados números editoriais alcançados apontam para a constituição de um público relevante, principalmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Esta revista fazia parte do conglomerado informativo de Assis Chateaubriand, *Diários Associados*, que no seu auge era composto de jornais em várias regiões do país, de revistas como O Cruzeiro e A Cigarra, assim como a primeira estação televisiva no Brasil, já na década de 50. Neste mesmo período, O Cruzeiro atingiu um “milagre editorial” com uma tiragem semanal de 850 mil exemplares. De acordo com Accioly Netto calculava-se que cada exemplar seria lido por cinco pessoas – nada mais do que 4 milhões de leitores a cada semana dentro de um território de 8 milhões de quilômetros quadrados, em uma população que mal passava dos 50 mil habitantes.²³ Ao que tudo indica, neste período, Chateaubriand, transitava nas rodas sociais e políticas com desenvoltura muitas vezes irônica, muitas vezes excêntrica. Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), o jornal de sua propriedade, Tribuna da Imprensa, acirrava uma disputa política intensa em tons de clara contrariedade ao governo de Vargas. Os meandros desta disputa política brasileira tiveram, no palco da imprensa, expressão de debate na busca pela

²⁰ MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 20.

²¹ BODY-GENDROT, Sophie & ORFALI, Kristina. Uma vida privada francesa segundo o modelo americano. In: *História da vida Privada – da primeira guerra até nossos dias*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 545.

²² MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 82.

²³ NETTO, Accioly. *O Império de Papel – os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulinas, 1998, p. 38.

conquista da opinião pública. O jornal Tribuna da Imprensa entrava em confronto discursivo com o jornal favorável a Vargas, controlado por Samuel Wainer²⁴ - Última Hora.

Neste embate público entre forças e argumentos antagônicos, fica visível a influência de um tipo de jornalismo baseado na polêmica, introjetado na prática jornalística de Chatô, no sentido de vender e aumentar a circularidade dos periódicos. Segundo Fernando Moraes, a imprensa brasileira da virada do século XIX para XX, esteve marcada por uma série de performances: “a polêmica era o palco ideal para o exercício da elegância, da erudição e, quase sempre, da ferocidade do ataque”.²⁵

Accioly Netto, editor-chefe da revista O Cruzeiro queixava-se da empolgação de Chatô com relação ao jornal, fato que colocava a existência da revista, muitas vezes, em segundo plano. Somente quando a revista começou a despertar lucros vertiginosos, Chateaubriand “passou a usar e abusar, como veículo divulgador de suas iniciativas”.²⁶ De olho atento aos lucros e ao sucesso editorial em seus jornais e revistas, ele parecia perseguir notícias diariamente, inclusive utilizando suas viagens particulares, transformando-se, ele próprio, em objeto de notícia. Para Fernando Moraes, biógrafo de Chateaubriand, ele detinha uma espécie de “obsessão jornalística de querer transformar em notícia tudo o que estivesse ao alcance de sua mão”.²⁷

O próprio lançamento da revista, em 05 de dezembro de 1928, foi transformado em um espetáculo orquestrado por Chatô. Assim, no final da tarde, na avenida Rio Branco, repleta de transeuntes, foram atirados do alto do prédio 4 milhões de folhetos. A promoção da revista anunciava o surgimento de uma revista “contemporânea dos arranha-céus”; tão contemporânea que já trazia no folheto promocional anúncios que seriam veiculados posteriormente.²⁸ No dia 10 de dezembro, a distribuição da revista atingia milagrosamente todos os rincões do país, principalmente se levarmos em conta o momento histórico em que as comunicações ainda estavam longe (estruturalmente) deste alcance. Para o sucesso da primeira distribuição de O Cruzeiro, Chatô usou caminhões, barcos e trens, além de fretar um bimotor – Aiko, da companhia francesa *Latécoère*.²⁹

É bom lembrar que esta imprensa moderna, assim como os anúncios, têm um percurso específico marcado por rupturas. Segundo Jürgen Habermas, no cenário urbano moderno da segunda metade do século XIX, a imprensa torna-se o espaço de discussão pública, em contraponto ao público constituído a partir do século XVIII, que se reunia em um espaço específico de discussão.³⁰ Na transformação do público em massa, a própria função da imprensa

²⁴ Cf. WAINER, Samuel. *Minha razão de viver* Rio de Janeiro: Record, 1987.

²⁵ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 60.

²⁶ NETTO, Accioly. Op. Cit., p. 85.

²⁷ MORAIS, Fernando. Op. Cit., p. 119.

²⁸ Id., *Ibid.*, p. 187.

²⁹ Idem.

se modifica; antes mera transmissora de informações governamentais, passa a emitir e publicar opinião. Essa mudança aparece em conjunto à constituição de um público que antes pensava cultura, para um público que consome cultura, a partir do instante que a esfera pública assume funções da propaganda.³¹

O estreitamento desta relação se consagra, principalmente, com a transição da pequena à grande imprensa, na alteração de sua relação com o anunciante, com a política e com os leitores. Nelson Werneck Sodré afirma, ainda, que a imprensa do início do século passou a vender informação para uma sociedade urbana, em linhas gerais, dentro de uma lógica capitalista como qualquer mercadoria, do trabalho até a diversão.³² A configuração comercial da revista O Cruzeiro, no entanto, deu-se em outros momentos, em outras relações. Embora a caracterização empresarial se torne o parâmetro informativo no século XX, é sempre bom lembrar que se tratam, muitas vezes, de lutas e disputas, resistências e sobrevivências, onde nem sempre uma análise dicotômica se aplica.

Em 1931, a então famosa revista já apresentava problemas relacionados à falta de dinheiro para conter os gastos, diferentemente da fase inicial da revista. Segundo Accioly Netto, “uma enorme e paradoxal disparidade existia entre o setor gráfico e a redação, sem falar na área administrativa, que era amadorística e ineficiente”.³³ Era preciso ampliar a fatia de anunciantes, manter e criar novos laços comerciais, no sentido de promover uma relação rentável que permitisse manter a periodicidade e a qualidade técnica da revista. “Não havia publicidade, nem financiamentos que sustentassem a revista, que pouco a pouco entrava em decadência”.³⁴ Ou seja, não é que não existisse a permanência de determinados anúncios, pululando aqui ou acolá de maneira esporádica. Na verdade, a própria historicidade da revista enquanto empresa foi marcada por rupturas, iniciativas que dependiam de uma comercialização permanente dos espaços publicitários, disponíveis nas páginas da revista.

Com a crise, o então secretário de redação Accioly Netto propõe mudar o rumo editorial da revista (antes atrelada a um caráter mais literário do que informativo) para a utilização de grandes reportagens nos moldes da americana Life e a francesa VU (mais tarde, Paris Match). Por conta dos poucos recursos financeiros e devido à pouca qualidade jornalística, a revista passou a explorar as atualidades fotográficas do *faits divers* nacional e internacional. O material utilizado provinha das sobras fotográficas dos jornais de Chatô.³⁵ Dentro de uma perspectiva de ocupar o espaço das 100 páginas semanais, segundo Accioly a revista explorou, exaustivamente, a figura feminina, seja em festas,

³⁰ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 108.

³¹ Id., *Ibid.*, p. 207.

³² SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil 3ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 275.

³³ NETTO, Accioly. *Op. Cit.*, p. 39.

³⁴ *Ibidem.*

³⁵ Id., *Ibid.*, p. 48.

desfiles de moda, concursos de beleza, carnaval. A utilização de material publicitário de estrelas *hollywoodianas*, enviados pelas agências de publicidade de maneira gratuita, eram constantemente aproveitadas como capas coloridas (de fato esta presença é constante até a década de 50) assim como através de crônicas traduzidas ou simplesmente inventadas na redação. Accioly Netto afirma: “Eu próprio inventei várias e cheguei a ficar muito conhecido, com o pseudônimo de Marius Swenderson, como ‘o correspondente de O Cruzeiro em Hollywood”.³⁶

A criatividade da revista muitas vezes tomava forma de cola e tesoura, na utilização de contos retirados de outras publicações sem a mínima autorização.³⁷ Tais modificações, embora drásticas, permitiram a estabilização da editoração da revista, mantendo-a de maneira periódica no circuito nacional. Em outras localidades, a relação imprensa-empresa também não se configurava; na França do início do século, a publicidade ocupava espaço reduzido, em textos resumidos ou slogans com poucos recursos imagéticos, diziam mais e sugeriam menos.³⁸

Segundo Accioly Netto a publicidade da revista ganhou agilidade e rapidez por conta da entrada experiente de José Barbosa³⁹ que se mobilizou na conquista de cotas publicitárias junto às agências de publicidade⁴⁰, buscando convencê-las de que a revista seria um importante veículo expositor de seus eventuais produtos. Parece que tal iniciativa surtiu resultado. No momento que a revista começou a alcançar 100 mil tiragens, a publicidade “vendia com antecedência suas capas, contracapas e a quota de um terço das páginas internas, limite máximo aceitável por semana”.⁴¹ O investimento de anunciantes está ligado necessariamente ao número ascendente de tiragens semanais da revista O Cruzeiro. A relação comercial parece se firmar no momento em que medidas administrativas (e diria até empresariais) são pensadas, modificando as relações de poder entre os anunciantes em busca da conquista de lares e de corações.

A publicidade do segundo pós-guerra chega através da revista O Cruzeiro, estabelecendo novos parâmetros no que diz respeito a uma sensibilidade audiovisual poderosa. Segundo Antonie Prost⁴², a publicidade contribuiu para que antigas regras da vida privada entrassem em queda vertiginosa. Em alguns momentos, a publicidade alimentava o desejo de modernidade, colocando-se em contraponto ao ‘antigo’. Já em outros momentos, centralizava a adesão de bens de consumo legitimando o desejo enquanto

³⁶ Id., p. 49.

³⁷ Id., Ibid., p. 51.

³⁸ PROST, Antonie. Transições e interferências. In: **História da Vida Privada** – da Primeira Guerra até nossos dias, vol. 5. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 146.

³⁹ Quando José Barbosa entrou na revista mudou seu nome para J. Barbosa Thompson “para dar a impressão de ser americano”. Cf. NETTO, Accioly. Op. Cit., p. 57.

⁴⁰ Id., p. 57.

⁴¹ Id., Ibid., p. 90.

⁴² PROST, Antonie. Transições e Interferências. Op. Cit., p. 148.

uma permissão relacionada ao prazer, ou ainda, valorizando signos relativos à independência enquanto metáfora.

Ao analisar a produção publicitária publicada na imprensa entre 1946 e 1955, é possível observar a utilização de grande parte dos elementos observados por Prost. Nesse sentido, Gerson Moura atribui à imprensa o grande vetor de convencimento acerca dos dotes da modernidade norte-americana, ao ressaltar os valores, as atitudes, o saber científico e técnico, postos de maneira contrastante ao jeito brasileiro, “atrasado”, quando não “primitivo”.⁴³

Na revista O Cruzeiro, assim como outros segmentos da mídia impressa brasileira – como Manchete e jornais regionais, como O Estado e A Gazeta, de Florianópolis – são, ao que tudo indica, unânimes quanto ao uso da palavra “moderna”, utilizada como objeto central de suas falas e atenções. O contraponto norte-americano é positivado, principalmente através dos anúncios, onde prevalece uma constante vontade de convencer. No entanto, a especificidade brasileira junto à experiência publicitária de produtos norte-americanos amplia o foco de uma visibilidade corporal, ao popularizar cenários anteriormente destinados às elites brasileiras.

Ares Modernos⁴⁴

Ares modernos se encontram, em grande parte, nos anúncios publicados na imprensa brasileira escrita no segundo pós-guerra. Como vimos anteriormente, sua expressão está necessariamente articulada à introdução cultural norte-americana. É importante acompanhar, no tocante às relações de gênero, de que maneira estes novos produtos introduziram a aquisição de novos hábitos, tendo a mudança como parâmetro de atitude pública perante a vida em sociedade. De fato, segundo Denise Sant’Anna, nas décadas de 20 e de 30, havia um descompasso nos anúncios com relação às promessas de modernidade nas cidades brasileiras.⁴⁵ E, em O Cruzeiro esta específica modernidade, ao que tudo indica, parece ganhar contornos de adesão.

A presença do desejo de ser moderno aparece em diversas situações. Sua visibilidade é volumosa, generalizando-se no cotidiano da década de 50. Segundo Maria Izilda Santos de Matos, a modernidade não significou uma padronização no estilo de vida, mas principalmente em uma veiculação de um modo de vida calcado em referenciais, como funcionalidade, eficiência, racionalidade e conforto.⁴⁶

Os bens de consumo pareciam pipocar nas revistas de variedades. Os velhos rádios foram sendo paulatinamente substituídos por outros mais

⁴³ Id., p. 82.

⁴⁴ Expressão de Joaquim Ferreira dos Santos relativa aos acontecimentos de 1958. Cf. SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Op. Cit., 1998.

⁴⁵ Cf. SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. In: **Projeto História – Cultura e Representação** São Paulo: PUC, fev/1997, n. 14, p. 97 e 98.

⁴⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Dolores Duran**: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 44.

“modernos”, ou que possuíssem “maior padrão de qualidade” como os rádios PHILCO⁴⁷, cuja aquisição sugeria uma vida repleta de alegria. O desenho da jovem sorridente, vestida de trajes de banho, representa a alegria a que o anúncio se refere, junto aos rádios. Outros rádios, porém, sugeriam novos usos e novas espacialidades para ouvi-los: “ESCUTE O MUNDO!”, nos diz o anúncio do rádio portátil ZENITH⁴⁸, que funciona em qualquer lugar, em qualquer hora, inclusive nas areias da praia. O recurso ao ser moderno é utilizado, neste anúncio, seduzindo os leitores. Para os anunciantes, não havia nada “*mais moderno em REPRODUÇÃO RADIÔNICA*”.⁴⁹ Joaquim Ferreira dos Santos confirma o utilitarismo do uso de aparelho portátil. Para ele, o grande exibicionismo era “levar o rádio para a areia da praia. Junta gente, admirada com os rumos da tecnologia”.⁵⁰

O uso da praia, como vimos a partir dos trabalhos de Alain Corbin⁵¹ e Sérgio Luiz Ferreira⁵², deixou de ser, principalmente na década de 50, o território do vazio de décadas atrás. Analisando especificamente Florianópolis, Ferreira pontua que, a partir do desejo civilizatório, fortalecido pela República, passaram a ter significado novas práticas sociais, dentre elas o banho de mar, que se tornara o símbolo do homem civilizado da primeira metade do século XX.⁵³ Estar à beira-mar foi nas décadas de 30 e 40, uma atividade de camadas sociais capazes de dispor de tempo e dinheiro para o lazer⁵⁴ - processo paulatino que ganhou contornos de adesão em cidades menores como Florianópolis, principalmente na década de 60.⁵⁵

É bom lembrar, portanto, que a introdução da palavra “férias” no âmbito popular se configura a partir das leis trabalhistas de direito a férias e décimo terceiro. A eventual popularização da praia, no sentido de tempo livre, encontra-se relacionada à ampliação de um mercado interno brasileiro. Tal configuração correspondia ao ideal americano de comércio, que unia o utilitarismo ao lazer, em um convencimento diário e paulatino, aumentado pelos anúncios das revistas e jornais.

A partir da década de 50, no entanto, inicia-se um discurso, principalmente através das revistas de circulação nacional, de incentivo à

⁴⁷ *Rádios Philco*. (Anúncio) O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 28/06/1947, p. 17.

⁴⁸ *Zenith rádio*. (Anúncio) O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 24/08/1946, p. 37.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Op. Cit.*, p. 183.

⁵¹ Cf. CORBIN, Alain. *O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

⁵² Cf. FERREIRA, Sérgio Luiz. *O Banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. Dissertação de Mestrado (História).

⁵³ Cf. *Idem*, especificamente o segundo capítulo “*A cidade vai em direção do mar: Recreio das famílias na orla marítima*”.

⁵⁴ Lazer no sentido proposto por Joffre Dumazedier, ou seja, um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade. Cf. DUMAZEDIER, Joffre. *Apud FERREIRA, Sérgio Luiz*. *Ibid.*

⁵⁵ FERREIRA, Sérgio Luiz. *Op. Cit.*, 1994.

popularização do uso das praias. Na revista O Cruzeiro, neste período, uma série de reportagens propagandeou praias as mais diversas, das mais heterogêneas regiões⁵⁶, do Rio Grande do Sul até o Nordeste, além de obviamente, da publicidade constante feita a determinados locais no Rio de Janeiro, como a praia de Copacabana e, posteriormente, Ipanema. Nestas reportagens, a metáfora de paraíso parece incidir – em caráter inexplorado e inocente. Nelas, aparecem moças jovens, felizes, em poses e sorrisos, disputando espaços nas areias e águas das praias brasileiras. São elas (talvez moças da própria localidade) que apresentam as belezas locais. No entanto, as câmeras fotográficas incidem sobre seus corpos livres e expostos em maiôs comportados, embora as poses revelassem um pouco mais daquilo que o maiô escondia.

Assim, enquanto local de sociabilidade moderna, a praia e seus usos deu-se, em grande medida, a partir da visibilidade das matérias jornalísticas, que tornavam visível a prática do banho de mar e “banho” de sol. Aliás, é importante ressaltar a mudança da relação com o sol. Em séculos anteriores, a cor queimada de sol estava diretamente relacionada ao trabalho braçal. Ainda nas primeiras décadas do século XX, os anúncios promoviam dicas de como manter as faces alvas. No entanto, posteriormente, a relação entre o sol e a cor da pele, bem como a exposição ao sol, passou por uma mudança significativa, relacionada ao lazer e à saúde. Assim, não é de se espantar que, em 15 de março de 1947, o óleo de bronzear figurasse entre os tantos anúncios de revistas:

Não arrisque a beleza e a perfeição da pele durante os seus banhos de sol! Para defender a sua cútis e conseguir, rapidamente, um belo bronzeado, aplique Óleo para Bronzear Dagelle. O Óleo para Bronzear Dagelle é um verdadeiro ‘filtro de beleza’, porque impede que os raios ultra-violeta do sol atuem sobre a pele, permitindo-lhe, assim, gozar em segurança os prazeres do ar livre.⁵⁷

Neste sentido, a noção de beleza parece se modificar: “o Óleo para Bronzear Dagelle é de efeito positivo para assegurar à sua cútis uma admirável beleza tropical!”⁵⁸

Além de dar vazão a um visual moderno, receber o sol no corpo, vestindo duas peças ou maiô, é também uma questão de saúde. No anúncio CALCIOVITAMINA, a equação cálcio e sol é fundamental para manter o “corpo fechado a um número interminável de enfermidades”.⁵⁹ Embora o produto pudesse ser utilizado mesmo sem os banhos de sol, o desenho que emoldura o anúncio traz uma moça vestindo um modelo de banho, duas peças. O andar

⁵⁶ Refiro-me à reportagem: *24 horas nos mares do sul O Cruzeiro* Rio de Janeiro, 18/03/1950, p. 98.

⁵⁷ *Óleo para Bronzear Dagelle*. (Anúncio) O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 15/03/1947, p. 76.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ *Calciovitamina*. (Anúncio) O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 24/05/1947, p. 41.

despreocupado e voluntarioso da modelo, parece estar ciente do efeito que provoca nos demais freqüentadores da praia. Andar só, voluntariosamente sozinha sugere, principalmente, independência.

Freqüentar a praia, trajando roupas especificamente de banho também é uma questão moderna. A criação de novos modelos sugere uma corrida contra o tempo. O próprio termo “moda” tem no “ser moderno” o seu principal sentido, a sua principal finalidade. Em jornais e revistas, algumas colunistas, ao sugerirem “modelitos” às suas leitoras, reclamavam das mudanças e das dificuldades em segui-las. Mal uma moda firmou-se, já eles estão estudando um meio de mudá-la ou pelo menos modificá-las⁶⁰ é o que dizia Edléa Guanabara, na coluna *Vida Social*. Para ela, tantas mudanças se tornam difíceis por conta dos gastos com o vestuário, sugerindo, ainda, uma greve contra as modas rápidas das costureiras – “no mínimo cada moda tem de durar cinco anos”.⁶¹

Para Abreu Pena, de O Cruzeiro, a mudança da moda de praia em Paris é vista de maneira positiva, principalmente porque eleva o maiô em detrimento do bikini:

[...] a derrota do maiô bikini frente aos novos maiôs que acaba de lançar. Não há dúvida de que não são somente razões de estética e bom-gosto que estabeleceram o recuo para novas linhas ultrapassadas de muito pelo bikini. “...” Segundo os técnicos, o baixo ventre não deve ser mostrado e o busto deve ser um pouco mais coberto. Isto é, em resumo, a situação no front da praia neste verão que agora nos abraça: o Paralelo 38 é agora na altura da cintura.⁶²

De fato, este retrocesso na moda de praia detinha certo apoio principalmente dos pais vigilantes. Segundo Glória Pires Rebello, em entrevista a Joaquim Ferreira dos Santos, a altura do “duas peças” usado na praia era controlada pelo pai. Em geral os biquínis eram adquiridos sob medida em uma constante fila no bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. Ela ainda afirma: “O maiô Catalina, das misses, era coisa só para as mulheres chiques que freqüentavam a piscina do Copacabana Palace”.⁶³

Na década de 50, a forma de distinção social através da indumentária tornava-se mais tênue no cenário brasileiro. A distinção social através do uso de determinadas peças prevalecia no país, embora a moda do exterior sugerisse, através da imprensa, a adoção de roupas femininas de fácil acesso, padronizado a todos, independente da posição social. Segundo Elizabeth

⁶⁰ GUANABARA, Edléa. (Vida Social) *As saias vão encurtar. O Estado*, n. 10915, Florianópolis, 02/08/1950, p. 03.

⁶¹ Idem.

⁶² PENA, Abreu. *O maiô de 1951. O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 23/12/1950, p. 109.

⁶³ SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Op. Cit., p. 55.

Wilson, esta tendência do segundo pós-guerra se contrapunha aos anos 20 e 30, quando, em muitas regiões da Europa e dos Estados Unidos, somente os mais privilegiados economicamente detinham o poder aquisitivo para consumir trajes elegantes.⁶⁴

A observação de uma espécie de distinção social é também tênue no tocante aos espaços de sociabilidades marítimas que foram sendo mostrados pela revista O Cruzeiro. As imagens publicadas parecem constituir sujeitos diferenciados: tudo indica que existiam praias e praias. O olhar sobre a praia de Ramos, na zona norte do Rio de Janeiro, é específico e não é o mesmo foco da praia de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, ambos explicitados pelas fotografias publicadas na revista O Cruzeiro. Buscando mais o exótico do que uma possível descontração social, a fala do jornalista Jean Mazon evidencia outros atributos característicos da multidão daquela praia – as legendas diziam e as fotos demonstravam “bonachonas”, “mulheres gordas”, crianças e velhos. A lente do fotógrafo evidenciou dos freqüentadores da praia de Ramos, referente à reportagem de Jean Mazon, *Ramos – 40 graus à sombra*, na revista O Cruzeiro no dia 24/01/1948. As fotos realizadas e comentadas pelo jornalista/fotógrafo são figurativas na representação da distinção social, ao pontuar o recreio dos anônimos, sem poses previamente estabelecidas, dos que não foram por ele glamorizados.

Para praias como Guarujá, no litoral paulista, o discurso (e a visibilidade) era outro. Em janeiro de 1946⁶⁵, uma reportagem sobre esta praia dá o tom preciso deste discurso. A propaganda revela um investimento na elegância e no requinte como referencial de diferenciação social. É “*uma festa de sol*” para poucos, que mostra, em suas areias, a juventude e a formosura. Nessa equação, as elites paulistas pareciam dominar plenamente:

uma excitante floração de torsos, espáduas, cabeça e seios que a luz macia afaga sem cessar, vê-se espalhada pela praia, sugerindo as pistas atléticas helênicas de tão nobre e sadio encanto. Agora que o Verão acaba de entrar, Guarujá é como uma feira de bom-gosto e graça. Parece até haver a mais fina sociedade patricia marcado encontro no mais belo sítio da Ilha de Santo Amaro.⁶⁶

A introdução do uso de óculos escuros também esteve atrelada principalmente à prática da exposição do sol e, assim, estar ao ar livre. Um exemplo disso pode ser dado através do anúncio dos óculos LAVOLHO, cujo uso era recomendado tanto no campo e na praia: “reduza, mediante o uso de adequados óculos escuros, a inconveniência para os seus olhos da luminosidade excessiva. E não esqueça de que LAVOLHO faz bem aos olhos. Conforta-os e conserva-os límpidos e atraentes”.⁶⁷ Também não devemos

⁶⁴ WILSON, Elizabeth. *Enfeitada de Sonhos* Lisboa: Ed 70, 1985, p. 121.

⁶⁵ CRÔNICA DE J. F. Guarujá – *uma festa de sol*. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 12/01/1946, p. 40.

⁶⁶ Idem.

esquecer da importância do cinema na divulgação deste objeto específico, de tal maneira que se construiu uma relação entre estrelas e óculos escuros, sendo esses usados como recurso de proteção aos constantes flashes fotográficos.

Mas não é apenas de adereços visíveis que falamos; o incentivo de absorventes íntimos parece estar atrelado, já nesta época, à sociabilidade marítima, como podemos observar no anúncio do absorvente de aplicação interna MEDS. Nele, duas moças estão deitadas na sombra do guarda sol, em poses de sorrisos. A liberdade também está sugerida, afinal segundo o anúncio, “milhões de mulheres, nos Estados Unidos, estão usando este novo absorvente, que proporciona completa liberdade nos dias críticos”.⁶⁸

Em outros anúncios de produtos semelhantes a este, específicos para as mulheres, a modernidade parece ser o mote principal de convencimento: “troquei um hábito antiquado e pouco seguro pelo conforto, bem estar e tranquilidade que Modess proporciona... Desde então, que, sossego gozo todos os dias de todos os meses!”⁶⁹ Antiquado e moderno em disputa; a modernidade de novos produtos parecia viver uma luta intensa em busca de adesão. O anúncio deste mesmo produto sofreu, em períodos posteriores, mudanças na representação de liberdade de movimentos. Enquanto, em 1947, a liberdade de movimentos estava atrelada à possibilidade de dançar a noite inteira sem inconvenientes, já em 1954⁷⁰, a representação é de um par de pernas femininas, trajando calças listradas cigarretes, liberando-se de grilhões. A vida da mulher moderna, segundo o anúncio, parecia começar naquele momento.

Analisando os dois anúncios, ao que tudo indica, o segundo aponta mudanças significativas, evidenciadas pela abolição da história explicativa, recorrente em 1947. Em 1954, o anúncio, na conquista de seu público alvo, é mais econômico: texto menor, ilustração mais metafórica, o que, de certa forma, aponta para a existência de uma consumidora mais “sofisticada”.

Segundo o escritor Joaquim Ferreira dos Santos, saudosista/memoralista da década de 50, os anúncios de absorventes femininos eram cercados de mistério, “o assunto era tão delicado que só um bom sherloque descobria, por trás do texto publicitário cheio de eufemismos – ‘goze de uma nova liberdade higiênica’ - , que o novo produto estava ligado à menstruação”. Mas perguntando a uma consumidora do produto, Irma Alvarez, estrela do cinema nacional – o escritor descobrira que o produto era ineficiente para seus fins, uma tortura. Segundo a atriz entrevistada, quem detinha mais recursos financeiros importava Tampax dos Estados Unidos.⁷¹

Outra novidade lançada em 1947 “modificaria” a maneira de ouvir música atribuindo novas ações a uma mesma prática; a DISCOTECA

⁶⁷ *Lavolho*. (Anúncio) *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 03/05/1947, p. 54.

⁶⁸ *Meds – o novo absorvente de aplicação interna*. (Anúncio) *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 20/07/1946, p. 40.

⁶⁹ *Modess*. (Anúncio) *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 31/05/1947, p. 36.

⁷⁰ *Modess*. (Anúncio) *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 02/10/1954, p. 72.

⁷¹ SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Op. Cit., p. 56.

MELODIA, uma caixa com alça, guardaria os discos de maneira organizada, protegida contra eventuais problemas, de conservação garantida e, principalmente, fácil de carregar. Além de todas essas vantagens, possuía várias cores para combinar com a mobília.⁷² É importante lembrar que é nesta década que o LP passaria de dez polegadas para o formato de doze polegadas, porém ainda em alta fidelidade.⁷³

Como podemos observar, a criação de determinados objetos sugerem uma atividade específica: o lazer. O hábito de sentar e ouvir em família, costume que a propagação das rádios provocou, passou por uma mudança, seja pelas peças modernas, ou pelo fato do consumidor poder possuir seus próprios discos, enfim, sua própria coleção. Porém, a autonomia dada pelos aparelhos que emitiam som nos lares restringia-se a uma camada social também específica: pessoas com determinado poder aquisitivo. O rádio não perde a força popular ainda neste momento. Apenas a possibilidade de escolha autônoma sugere uma diferenciação. Maneiras múltiplas de distinguir-se socialmente.

Os bens de consumo veiculados pela imprensa catalisavam o ser moderno para além de suas casas. É bem verdade que muitos auxiliavam nos afazeres domésticos, ou ainda, que possibilitavam receber de maneira apropriada o círculo de amigos. Mas, acima de tudo, estão ligados à atualização do espaço público enquanto espaço de lazer e divertimento. A juventude, antes encerrada em casa, ou em colégios internos, vê no lazer das tardes ensolaradas uma possibilidade de ser vista, notada e até mesmo comentada. Os produtos “novos em folha” chamavam a atenção para que o fator modernidade entrasse nas casas brasileiras pela porta da frente, mesmo que alguns comportamentos tradicionais ainda perdurassem nas relações parentais. O ambiente familiar seja através do rádio, jornais ou ainda revistas, encontrava-se em movimentação, mesmo que a aquisição de novos hábitos não tenha se dado de maneira imediata. O possível prazer não estava necessariamente atrelado ao uso de tantos produtos modernos, como os anúncios tanto propagavam, mas talvez na projeção que proporcionavam nas cidades brasileiras. Do estranhamento à adoção, todos pareceriam querer ser modernos “*sem exagêro*”.⁷⁴

O termo “sem exagêro” proposto na coluna Elegância do jornal O Estado, parece traduzir a tensão latente do ser moderno, convivendo com a

⁷² *Discoteca Melodia*. (Anúncio) O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 20/12/1947, p. 58.

⁷³ SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Op. Cit., p. 184.

⁷⁴ (Elegância) O Estado, n. 10 937, Florianópolis, 29/08/1950, p. 07.

⁷⁵ Cf. *Saias curtas ou saias compridas* O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 15/11/1947, p. 82 – 84; (Coluna Elegancia) O Estado, n. 10 937, Florianópolis, 29/08/1950, p. 07; *Curiosidades* (Cantinho Feminino) Δ

O DECLÍNIO DA PESCA DA BALEIA NAS ARMAÇÕES CATARINENSES

Fabiana Comerlato

Doutoranda da Pós-Graduação de História da PUCRS

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar o declínio da atividade pesqueira nas armações catarinenses. Em Santa Catarina, a pesca da baleia no final do século XVIII assiste ao fim do monopólio e sucumbe no século XIX perdendo espaço para os baleeiros estrangeiros.

Abstract:

The purpose of this article is to analyze the decline of the fishing activities in the whaling stations of Santa Catarina. In the 18th century, the end of the monopoly over whale fishing was decreed and, in the 19th century, due to foreign fishing companies' activities in the state, local fishing diminished.

Palavras-chave: pesca da baleia - armação - embarcações estrangeiras.

Keywords: whale fishery - whaling stations - foreign's boats.

As armações eram núcleos populacionais, ativos no Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX, voltados para a pesca da baleia e o beneficiamento das partes economicamente interessantes deste cetáceo. As armações eram, sobretudo, espaços de vivências dos trabalhadores do mar e da terra.

A pesca da baleia foi uma prática recentemente abolida em águas brasileiras, tendo mais de dois séculos de atividade em Santa Catarina; embora em outras partes do Brasil já tenha tido início na primeira década do século XVII. Esta atividade produtiva sofreu profundas transformações ao longo do tempo e não pode ser encarada como uma tradição pretérita, sem inovações tecnológicas e adaptações no transcorrer de décadas na história de Santa Catarina. A atividade baleeira não foi contínua e intensa ao longo destes dois séculos; diversas variantes estabeleceram "momentos" em que esta tornou-se efetiva, dependendo dos interesses econômicos, das necessidades sociais e das condições ambientais e sócio-políticas de cada época.

Após quase meio século de atividade, a pesca da baleia – nas armações catarinenses construídas na época do monopólio¹ – começa a declinar, em virtude de uma série de aspectos que influenciaram diretamente o ritmo de produtividade. As armações mantiveram-se em níveis razoáveis de pesca,

¹ As armações construídas na época do monopólio foram: Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade (1746), Armação de Sant'Ana de Lagoinha ou das Lagoinhas (1772), Armação de São João Batista de Itapocoróia (1778), Armação de São Joaquim de Garopaba (1793), Armação de Imbituba (1796).

mas por volta de 1790, começaram a obter índices mais baixos, face a problemas de ordem econômica, ecológica e tecnológica.

O principal problema, que veremos adiante, enfrentado pelos baleeiros catarinenses decorreu da prática do contrabando e da pesca da baleia feita por embarcações estrangeiras na costa sul-americana. A construção de armações na costa da Patagônia pelos espanhóis entre os anos de 1778 e 1799, também contribuiu, em menores proporções, para a diminuição da pesca catarinense (Ellis, 1969, p. 182-184).

O Alvará de 18 de maio de 1798, cedia o direito de qualquer negociante português realizar a pesca volante e vender o óleo sob as mesmas condições de preço e mercado dos contratadores da época. Este alvará abriu um amplo espaço de atuação para a pesca em alto mar para os portugueses, continuando as armações sob a administração de seus monopolistas (Ellis, 1969, p. 160).

Da mesma maneira que a Coroa Portuguesa propiciou uma série de condições favoráveis a pesca ao longo do século XVIII, concedendo direitos exclusivos de obtenção de matéria-prima, produção e mercado, no final do mesmo século ela descentralizou a pesca e fomentou assim um quadro de decadência das armações catarinenses.

A Coroa Portuguesa deu o direito da pesca volante a marinha mercante portuguesa beneficiando-a e ao mesmo tempo propiciou que se fizesse em alto mar concorrência aos estrangeiros, que vinham exercendo ilegalmente a pesca nas costas brasileiras.

O Alvará de 24 de abril de 1801 acabou por fim com o monopólio, tornando livre tanto a pesca em alto mar quanto a litorânea executada pelas armações. A partir daí, sem o privilégio do *exclusivo*, Joaquim Tibúrcio Quintela e João Ferreira Sola não arrematam mais as armações, sendo estas administradas pela Fazenda Real. Em 1801 as armações catarinenses foram avaliadas em 176\$424\$797 réis, tendo 525 escravos (Ellis, 1969, p. 164).

Esta legislação era nada mais que uma tentativa de reorganização das práticas da pesca no Ultramar, fazendo parte de um amplo pacote de reformas da Coroa Portuguesa para assegurar a estabilização financeira da Metrópole e o intercâmbio comercial luso-brasileiro (Ellis, 1969, p. 161).

O desinteresse no arrendamento das armações a partir de 1801 adveio, além da falta de privilégios e a abertura da livre concorrência, da queda dos preços do óleo no mercado, tornando a atividade onerosa e com lucros menores. Segundo Arruda, o azeite era um dos produtos menos lucrativos para o comércio português. Em Portugal o ano de maior baixa no preço foi em 1802.² Em compensação na Colônia a tendência dos preços foi crescente, sendo importado para outras regiões brasileiras (1980, p. 512).

Como afirma Diegues, o mar também configura-se como um espaço de competição (1995, p. 20). Mas não foi somente a atuação estrangeira que proporcionou o declínio da pesca da baleia, o modelo econômico das armações visava apenas um lucro imediatista, sem existir uma estratégia específica na

obtenção da matéria-prima. Os baleeiros eram pagos por número de baleias apreendidas, isto estimulava a pesca de filhotes e baleias. Se o sistema salarial não fosse baseado na produção e numa cota fixa, a prática de pescar o filhote poderia ser repensada. Não existia a preocupação de proteger um estoque para os anos seguintes de pesca. Se eles não pescassem ganhavam menos e os pesqueiros estrangeiros eram os favorecidos.

A falta de um gerenciamento da pesca da baleia como alertou Andrada e Silva em 1790, criou um quadro instável na produção. A pesca da baleia com o seu filhote era quase como um certificado de falência da produção para os anos seguintes. Este desequilíbrio entre o ciclo reprodutivo³ da baleia e a forma de pesca, junto a desigual competição estrangeira foram os grandes vilões para a dissolução das armações.

Outra questão relacionada aos recursos naturais, foi a utilização das matas do sítio da fazenda como recurso ilimitado. A lenha utilizada no derretimento da gordura da baleia no engenho de frigar, era obtida de árvores de grande porte que demoravam de 30 a 40 anos para atingirem um diâmetro desejado para o corte. Segundo Andrada e Silva:

O artigo sómente das lenhas deve merecer a mais sizuda atenção: porque não se usando para fregar o toucinho senão de madeiros de 3, e 4 palmos de diametro; e achando-se estes unicamente em matas antiquissimas, ou como alli dizem, em matos virgens, vê-se quasi todos os annos o Contrato na precisão de comprar leguas e leguas de terras de arvoredos, para dellas aproveitar só os mais grossos. (...) Nem estes são os unicos damnos resultantes da má economia das lenhas desde meado Agosto, em que acaba esta pesca (que principiando nos fins de Junho com grande perda dura por taõ pouco) toda a immensa escravatura das Armações até ao começo da nova pesca unicamente se emprega no côrte das lenhas, e nos carretos arredados, por já não haver matas vizinhas (1977, p. 407).

A cada ano as armações precisavam de novas áreas de mata para explorar, transformando a paisagem verde em áreas devastadas. Este longo e paulatino processo de destruição pode ser observado em campo, quando visualizamos os espaços de terra fora do espaço produtivo mercantil. Hoje, nas comunidades que abrigavam as armações catarinenses é notória a existência de mata secundária e terciária, resultado da recomposição vegetal de áreas anteriormente desmatadas ao extremo.

² Desde 1796 vinha ocorrendo uma retração do comércio metropolitano de exportação para o Brasil. Existia um perda anual do comércio português atribuída às fontes ilegais de abastecimento da Colônia: licenças, comércio intercolonial e contrabando (Arruda, 1980, p. 325).

³ A Franca tem somente um filhote a cada três anos (Palazzo, 1997, p. 25). A Franca em anos consecutivos de pesca em massa não conseguiu mais atingir níveis reprodutivos satisfatórios, consequentemente o número de indivíduos foi caindo bruscamente a cada ano.

As técnicas e equipamentos utilizados nas armações catarinenses também foram fatores que favoreceram o desperdício da matéria-prima, desde o retalhamento ao processo de derretimento. Andrada e Silva em 1790 enumera os problemas de produção dos derivados de baleia e elabora observações e diagnósticos, remetendo a Quintela. Para Andrada e Silva os principais problemas estavam: na falta da pesca volante, pois já tinha-se todas as facilidades de ter as armações; no método de matar primeiros os filhotes; no aproveitamento de apenas parte da gordura das baleias; na quantidade e pequeno tamanho das caldeiras, que precisavam de mais lenha e excediam a temperatura dando mal cheiro e cor ao óleo, favorecendo a sua decomposição mais rápida (1977, p. 339-408).

Além disso, via a necessidade da lancha de socorro ter também arpoador, de aproveitar-se a carne e língua das baleias, de implantar-se instrumentos que facilitassem o trabalho escravo (1977, p. 401-403). Em suma, o que Andrada estava propondo, porém que não se realizou, era uma modernização da pesca e do processo produtivo, economicamente mais rentável e com um melhor aproveitamento da matéria-prima.

Assim, percebemos que as armações começaram a apresentar sinais de baixa produtividade em fins do século XVIII. O declínio da pesca da baleia decorreu tanto da má administração das armações, pela falta de incentivo da Coroa Portuguesa, como pela atuação de embarcações estrangeiras voltadas para este tipo de pesca em toda a costa sul-americana.

As embarcações estrangeiras (norte-americanas, inglesas e francesas) atuaram intensamente no século XVIII, praticando o contrabando e a pesca da baleia na porção sul do continente sul-americano. A atuação dos estrangeiros era volumosa e atingia economicamente a América meridional, e nem as ações inibidoras dos reinos português e espanhol foram suficientes para coibir a ação de práticas ilegais.

A presença de embarcações estrangeiras, sobretudo norte-americanas, nos mares do Atlântico Sul intensificaram-se no final do século XVIII. De acordo com Ellis (1969, p. 169): "A primeira embarcação norte-americana a arpoar em águas do Atlântico brasileiro, de que se tem notícia, teria sido o brique⁴ *Leviathan* apreendido pelas autoridades portuguesas (...)", na Cidade do Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1773.

No Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, transcrevemos do livro⁵ mais antigo da instituição, uma cópia existente dos autos de exame ao navio *Leviathan*. O objetivo do Vice-Rei Marquês de Lavradio foi deter a embarcação da Nova Inglaterra (Estados Unidos) e sua respectiva tripulação (doze marinheiros e o capitão mestre Thomáz Lothrop), com o fim de obter informações sobre as técnicas de apuração do espermacete⁶.

⁴ Brique é o mesmo que bergantim (Pereira Filho, 1994, p. 134).

⁵ Registro das Provisões, Providências e Resoluções. Ordens do Rei de Portugal e Algarve aos Governadores da Província. Ano: 1715 a 1807. Manuscrito do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis. Documento n° 131.

⁶ O espermacete é encontrado somente nas cavidades da cabeça da espécie Cachalote (*Physeter*

O interesse partia tanto do contratador Inácio Pedro Quintela como da administração do Reino, com planos de instalar a indústria do espermacete e a pesca volante do cachalote no Brasil. A indústria do espermacete segundo Quintela iria servir de velas a Capital e o Reino. Alguns químicos do Rio de Janeiro foram até contratados para analisarem a qualidade das amostras do espermacete da carga do Leviathan. Entretanto, a tentativa de implantação dessa indústria não teve êxito, face ao falecimento de Quintela e da queda do Marquês de Pombal do poder (Ellis, 1969, p. 171).

A viagem de um baleeiro americano poderia durar de dois a quatro anos, em rotas bem definidas. Para a pesca da baleia Franca no Oceano Atlântico, o intuito da maioria das embarcações de pesca estrangeiras era atingir o extremo sul do continente — a costa da Patagônia. A península de Valdés é o ponto de partida desta espécie rumo as nossas águas. Sabendo disso, os pesqueiros estrangeiros, com embarcações maiores e sem fiscalização que os impedissem, pescavam as baleias antes que estas pudessem chegar a costa catarinense.

O alto mar era um espaço comunal a todas as nações, na concepção de Diegues o mar é um bem comum, de livre acesso (1995, p. 20). E apesar de não existir um controle do recurso (baleia) na pesca marítima, ela sobrepujou a pesca costeira realizada nas armações, pela sua maior rentabilidade, menor infra-estrutura e pessoal. A pesca marítima conseguiu otimizar a sua atividade tendo ainda grande mobilidade, transportando toda a estrutura de beneficiamento para as áreas com viveiros de baleias.

Nas águas da Capitania de Santa Catarina, os portos mais freqüentados por embarcações nacionais e estrangeiras foram os de São Francisco do Sul, Nossa Senhora do Desterro e Nossa Senhora dos Anjos da Laguna. O porto da capital era seguramente o mais movimentado. Segundo Cabral, em 1797 o porto de Desterro recebeu 116 embarcações, sendo sete estrangeiras das quais seis dedicavam-se a pesca da baleia (1979, p. 390). Já no século XIX, em 1812, das 65 embarcações que aportaram 14 eram estrangeiras, dentre elas quatro americanas de pesca da baleia (Cabral, 1979, p. 391).

O desenvolvimento da atividade baleeira pelos norte-americanos, acabou resultando na instalação de um consulado próprio em Nossa Senhora do Desterro a partir de 1831. Permaneceu ativo até 1874, como apoio aos navios que transportavam o óleo de baleia e que arribavam na Ilha de Santa Catarina em busca de água, víveres e outros mantimentos (Piazza, 1983, p. 202). Não encontramos na documentação primária, a localização da sede do consulado e nem a documentação interna do órgão, somente localizamos as correspondências do cônsul ao presidente da província.

O primeiro documento encontrado na Correspondência dos Cônsules para o Presidente da Província de 1830 à 1839⁷, referente ao consulado *macrocephalus*), possui coloração branca e é oleosa, sendo destinada à fabricação de velas. O âmbar gris, concreção armazenada no intestino grosso do Cachalote, era também outro produto valioso na época, utilizado para a fixação de perfumes (Ellis, 1957, p. 422).

⁷ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

americano, data de 4 de janeiro de 1832 e trata de uma questão que exigiu a intervenção diplomática o traslado de um rapaz americano de 12 anos que estava em São Miguel, em casa de um homem que queria "usá-lo" como escravo.

Os outros documentos assinados pelo Cônsul dos Estados Unidos, Samuel Mills, solicitam ao Presidente da Província, em exercício, matéria-prima existente nos Armazéns Nacionais. As embarcações americanas precisavam de quantidades de folhas e pregos de cobre para reparos no forro, e supomos só entrarem neste porto por motivos de primeira necessidade. Aportaram, segundo esta documentação, no porto da Cidade de Desterro no ano de 1832, o navio americano *Franklin*, a galera⁸ americana *Cap^{ao} Jonh Dominio*, o brique americano *Amanda*; e no ano de 1839 o brique americano *Parsey 13 Blout*.

No mesmo fundo documental, o cônsul Samuel Mills pede em 1832 o auxílio do Presidente da Província para acionar as autoridades locais na procura de três homens, que haviam desertado da galera americana *Martha*. Este tipo de prática devia repetir-se nos portos brasileiros. Muitos marinheiros não eram bem remunerados pelo trabalho árduo executado, fazendo com que uma parcela destes optassem por desistir da empreitada no meio do caminho.

Como tais embarcações realizavam pesca a longo curso, tinham autonomia de navegação em alto mar por longo tempo, não dependendo de aportar constantemente (Yentsch, 1988, p. 158). Assim aproximavam-se da costa quando queriam, tanto para realizar atividade comercial, como para abastecimento de gêneros ou para manutenção de algum item.

Podemos perceber pela documentação em tela, uma mostra do intenso trânsito em águas catarinenses de embarcações norte-americanas. Segundo Boiteux, em 1841 os norte-americanos tinham 600 embarcações com 13 mil homens empregados na pesca da baleia nos mares do sul (1916, n^o 433).

Os dados oficiais do volume total de embarcações estrangeiras poderão ser computados, mas através dos documentos oficiais teremos apenas uma estimativa, em virtude de muitas embarcações possuírem calado⁹ que não permitia a aproximação ao porto e outras aportarem em ancoradouros sem controle fiscal. Assim, não foram todas as embarcações que paravam nos portos, como o porto de Desterro que era administrado pela Alfândega. Segundo Hübener, a Alfândega da capital da província tinha sua atuação bastante prejudicada, porque só fazia a fiscalização nos dois ancoradouros em frente ao centro da cidade. Os ancoradouros da Praia de Fora e da Fortaleza de Santa Cruz eram utilizados livremente, inclusive por contrabandistas (1981, p. 20).

Acreditamos que tenha sido grande o número de embarcações de outras nações, que tinham como parada as baías de Santa Catarina, principalmente aquelas próximas dos povoados. Eram nas vilas, freguesias e

⁸ Navio a remo e vela de grande velocidade com três mastros (Pereira Filho, 1994, p. 136).

⁹ Calado é a altura compreendida entre a parte inferior da quilha e a linha d'água (Camara, 1888, p. 247).

pequenos agrupamentos sem fiscalização que os contrabandistas e as embarcações de pesca podiam exercer livremente as suas práticas e abastecerem-se de gêneros para a sobrevivência em alto mar.

Como exemplo dessas práticas, temos registros¹⁰ que atestam a atuação dos contrabandistas na própria Cidade do Desterro. Em 1831, o bergantim americano *Columbre* de New York, fundeia na Praia de Fora em Desterro (atual baía norte de Florianópolis) para fazer contrabando nas costas nos inspetores da Alfândega situada a baía sul. Outro caso, que causou espanto ao Administrados das Rendas, foi a venda de alguns barris de azeite de peixe da galera inglesa *Susanna & Clara* para o Comandante da Fortaleza de Santa Cruz em 1832.

Também podemos verificar a presença de embarcações de pesca norte-americanas, como de francesas e inglesas na relação de embarcações que deram entrada e saída no Porto de Desterro em 1835. Das embarcações que entraram naquele porto, 190 eram brasileiras de um total de 234. As embarcações estrangeiras que aportaram no ano de 1835 foram de nacionalidade: americana, portuguesa, sarda, oriental, francesa, argentina e inglesa. Quanto aos tipos das embarcações, verificamos a presença de *hiates*¹¹, *sumacas*¹², *bergantins*¹³, *lanxas*¹⁴, *patachos*¹⁵, *polacas*, *barcas*¹⁶, *escunas*, *brig^e esc^a*, *galeras*, *paquetes*¹⁷, *canoas*¹⁸, *lanxas paq^{le}*, *brig^e barcas*; que variavam em tamanho, capacidade de carga e número de tripulação.

Outro dado interessante é a grande entrada de tripulantes neste ano: 839 brasileiros, 656 estrangeiros e 294 escravos. Estes marinheiros formavam uma categoria de indivíduos que freqüentavam as tabernas e circulavam no perímetro urbano de Nossa Senhora do Desterro.

O documento que analisamos foi redigido pelo inspetor da Alfândega de Santa Catarina, João Lopes Falcão em 15 de março de 1836¹⁹, nele foram registrados 12 embarcações estrangeiras vindas da pesca de alto mar (vide tabela 1). Encontramos, também, o registro de uma escuna americana de nome *Clarion*, que vinha do porto de New Bedford com destino a Valparaíso no

¹⁰ Ofícios da Alfândega para o Presidente da Província 1829 a 1840 (manuscrito) - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹ Navios de cabotagem com dois mastros, envergando velas latinas (Pereira Filho, 1994, p. 137).

¹² Pequeno veleiro de carga com mastros inteiriços (Pereira Filho, 1994, p. 139).

¹³ "Veleiro de dois mastros, armado com velas redondas, tendo no mastro grande, o de ré, vela latina quadrangular." (Pereira Filho, 1994, p. 134).

¹⁴ Embarcação de carga e cabotagem com dois ou três mastros, sendo os dois de prôa quase juntos (Camara, 1888, p. 254).

¹⁵ "Embarcação de dois mastros levando no traquete velas redondas e latina quadrangular." (Pereira Filho, 1994, p. 138).

¹⁶ "Tipo de armação em navios de três barcos." (Pereira Filho, 1994, p. 133).

¹⁷ Jangadas velozes, que viajam na costa, com bordos de 1,1 a 1,3 metros de circunferência (Camara, 1888, p. 256).

¹⁸ "Nome generico dado as embarcações feitas de um tronco cavado." (Camara, 1888, p. 247).

¹⁹ Relação das Embarcações tanto Nacionaes, como Estrangeiras, que entrarão e sairão no Anno de 1835 no Porto da Cidade do Desterro, Província de Santa Catharina. Enciclopédia de Santa Catarina, coordenada pelo Almirante Carneiro, vol. 23. Setor de obras raras da Biblioteca Central da UFSC.

Chile. Interessante observar que o porto de origem foi um dos maiores centros de pesca da baleia nos Estados Unidos, sendo o seu objetivo atingir Valparaíso, ultrapassando toda a parte marítima da Patagônia.

Analisando os dados quantitativamente, do total de embarcações (234) que aportaram em Desterro em 1835, 5,5% foram embarcações de pesca estrangeiras. Se compararmos numericamente somente as embarcações de nação estrangeira, do total de 44, 13 eram destinadas a pesca; ou seja, 29,5%, mais de um terço das embarcações estrangeiras praticavam a pesca volante de baleias.

TABELA 1

Relação das Embarcações tanto Nacionais, como Estrangeiras, que entrarão e sairão no Anno de 1835 no Porto da Cidade do Desterro, Provincia de Santa Catharina.

Números Portos d'onde vem/Qualidades/Nações/Denominações/Toneladas/Tripulação(estrangeira)

21	Pesca	Galera	Americana	Maria 202	20
23	Pesca	Brigª Barca	Americana	Pindus 193	20
29	Pesca	Galera	Americana	Stiphania 315	23
30	Pesca	Barca	Americana	Hespea 261	21
57	Pesca	Galera	Americana	Herald 262	21
81	Pesca	Galera	Americana	William Baker 224	21
94	Pesca	Galera	Franceza	França 551	14
118	Pesca	Galera	Ingleza	Susan-Sara 329	29
122	Pesca	Galera	Franceza	Elisia 491	33
129	Pesca	Galera	Americana	George 289	26
134	Pesca	Galera	Americana	General Jackson 329	18
219	Pesca	Galera	Ingleza	Susan-Sara 329	30

Com uma estrutura que disponibilizava o beneficiamento na própria embarcação, os estrangeiros com suas “armações móveis” podiam pescar até 20 baleias por viagem. Estas embarcações continham caldeiras próprias ao derretimento e depósitos onde o óleo ficava armazenado em barris. Para esta operação de produção do óleo o principal artigo, gasto em abundância, era a lenha. Como coloca Cabral, um dos artigos mais procurados foi certamente a lenha, bastante exportada para Montevidéu:

[...] lenha para queimar, para fogão, lenha em achas, de que saíam carregados os nossos barcos, rumando diretamente para aquelas praças ...Foi tanta a lenha que daqui saía que, em 1843, a Câmara Municipal dirigiu ao Presidente da Província um ofício, pedindo que colocasse a exportação sob certas regras, pois as embarcações a compravam aos canoeiros, que traziam do continente ou de outros pontos da Ilha, resultando não virem eles mais até à cidade [...] (1979, p. 366).

O abastecimento do estoque de lenha das “armações móveis” era obtido facilmente nos vilarejos litorâneos sem necessariamente aportarem nos portos de Santa Catarina. Portanto, apesar do registro de muitas embarcações de

pesca, podemos inferir que este número era muito maior do que o registrado nos portos de Santa Catarina.

As embarcações pesqueiras estrangeiras ancoravam nas águas mansas nas baías com canal fundo, e nem sempre tinham boas intenções: “Em terra, a trôco de mantimentos, exerciam os marinheiros extorsivo contrabando de trapos e fazendas e azeite de peixe talvez ali mesmo preparado; desencaminhavam e furtavam escravos” (Ellis, 1969, p. 176).

Temos por exemplo, na Freguesia de São Miguel em 1819, a ocorrência de furto de dois escravos que partiram em embarcação americana, além da venda de fazendas e azeite de peixe por preços elevados (Ellis, 1969, p. 177). Cabe aqui, neste aspecto do contrabando e do furto, localizar e apresentar farta documentação, que fundamente com maior riqueza de detalhes como esta prática de exploração dos lavradores locais era feita pelos “de fora”.

Ainda sobre a presença de escravos em baleeiros, Piazza após analisar documentação de 1868 conclui que isto dava-se como um método de fuga, onde os escravos fugiam e iam recolher-se em tais embarcações, estratégia para encontrar a liberdade em terras norte-americanas (1999, p. 52-53).

Fica assim evidenciado, que o impacto das embarcações estrangeiras de pesca foi altamente prejudicial a produtividade das armações catarinenses, contribuindo para o seu declínio econômico. Além desse impacto negativo, a tripulação das embarcações estrangeiras promoveu a venda de artigos para a população local de forma exploratória.

Porém, o tráfico das embarcações estrangeiras de pesca, principalmente o americano, diminuiu drasticamente com a introdução de um poderoso substituto do óleo de baleia – a querosene. Com a descoberta do petróleo na Pensilvânia em 1859, surge através de destilação a querosene. Outros fatores que contribuíram para o declínio da pesca transoceânica pelos americanos foi a Guerra Civil Americana (1861-1865) e, por fim, a comercialização da primeira lâmpada elétrica em 1879.²⁰

²⁰ Vide: <http://www.whalingmuseum.org/whaling.htm>

ETNICIDADE E ESPAÇO NO DISTRITO BANANAL (atual Município de Guaramirim/SC)

Gerson Machado
Mestre em História

Resumo:

Neste artigo discute-se a construção de espaços étnicos, a partir de lembranças de pessoas residentes no Distrito Bananal em Joinville/SC. Nos Contratos de Compra e Venda de Terras buscou-se visualizar como se constituíram os grupos de vizinhança, no momento da ocupação legitimada pela Administração da Colônia Dona Francisca. Constatou-se que os espaços étnicos foram estrategicamente negociados, permitindo a construção de lugares comuns entre os diferentes grupos, e a reelaboração de significados.

Palavras-Chaves: espaço - memória - etnicidade - história oral - história regional.

Abstract:

This article proposes the construction of ethnic spaces from live memories of residents of District of Bananal, in Joinville, SC. Neighbor groups, formed during the occupation legitimated by Dona Francisca Colony Administration, were sought in the Buy & Sell land contracts. It was realized that the ethnic spaces were strategically negotiated, allowing the formation of common places among different groups, and the reassignment of the meaning.

Keywords: space - memory - ethnicity - oral history - regional history.

Introdução

O Município de Guaramirim - palco de histórias de diversas ocupações – tinha, conforme dados do IBGE referentes ao Censo 2000, 23.794 habitantes, sendo 19.012 na zona urbana e, 4.782 na zona rural.¹ Localizado no nordeste catarinense, na bacia do Rio Itapocu, registros oficiais apontam que o início do processo ocupacional de origem européia deu-se por volta de 1872.²

Essa região, até o ano de 1943, era conhecida como Distrito Bananal.³ Esta denominação ajudou a sustentar, até meados da década de oitenta, a alcunha de “Capital da Banana”. Para alguns moradores mais antigos,⁴ o tempo em que a região era conhecida com este nome, é lembrado com saudosismo e indignação, pelo fato da mudança de nome ter ocorrido de uma forma abrupta

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=420650r=1>> Acesso em: 07/02/2002.

² MACHADO, Andréia e GUEDES, Sandra P.L. de Camargo. A colonização de Guaramirim. In: *Caderno de Iniciação à Pesquisa: História*. Joinville: UNIVILLE, nov., 1999, p.34.

³ Neste ano o Distrito Bananal recebe a denominação de Distrito de Guaramirim.

⁴ Foram utilizadas entrevistas com moradores que sempre viveram na localidade, com o intuito de conhecer um pouco mais como elas percebem as identidades e as diferenças. As entrevistas utilizadas neste artigo fazem parte do projeto de pesquisa: “Memória e Imaginário no Distrito Bananal – atual Município de Guaramirim/SC – (décadas de 1930-1940): Um olhar a partir da oralidade”.

e pela percepção das mudanças ocorridas na paisagem e nos espaços de relações. *Agora eu não sei. Mudaram tudo quanto foi rua do lugar. Aqui na Caixa D'Água não mudaram também? Mudaram tudo. Não sei de onde veio mudando, trocando de nome feito bobo. E era Bananal, tinha banana na beira da estrada, o pessoal vivia mais da banana. Da beira do mato da estrada era banana e agora é cidade. Tiraram o nome e agora a gente diz bananal; que bananal é?*, dizia uma antiga moradora, Dona Chica.⁵ Do alto dos seus noventa e nove anos, perplexidade e dúvida; naquele momento Dona Chica percebeu que o tempo passou e o que ela toma como lembrança, deixava-a distante daquilo que um dia foi e do qual ela era, até então, uma das poucas testemunhas vivas.⁶ Tomar distância é uma forma de compreender melhor aquilo que nos é familiar. Walter Benjamin percebeu que o espaço familiar de sua cidade, Berlim, tomou outras compreensões ao ele se encontrar distante, numa cidade diferente.⁷ Paradoxalmente, a compreensão de Dona Chica, de que aquilo que parecia-lhe comum a tornara distinta do que ela é, não se deu pelo distanciamento espacial, mas sim pelo tempo transcorrido desde então.

Distrito Bananal era uma denominação usada, também, em documentos administrativos municipais e da administração da Colônia Dona Francisca. Até o ano de 1948, o já renomeado Distrito Guaramirim (ocorrida em 1943) tinha uma dependência administrativa e política em relação a Joinville. Ainda em 1948 ele passa a compor o Município de Massaranduba e, em 1949, emancipa-se passando ao status de Município.

Tendo como referência este território, interessa-nos saber como os diversos grupos étnicos que o ocuparam negociaram e construíram seus espaços de vida.⁸ Sobretudo, interessa saber como algumas relações de etnicidades se constituíram nas décadas de 30 e 40, analisando a lembranças das pessoas entrevistadas. Entretanto, sabe-se que o trabalho de lembrar se faz matizado por tudo aquilo que constitui a pessoa. Ao lembrarem-se do período supracitado, os entrevistados o fazem com "olhos" do presente, do momento da entrevista. Possivelmente, se eles o fizessem uns dez anos antes, seus depoimentos, não seriam os mesmos. Portanto, não se tenta perseguir "a verdade", mas sim, como os indivíduos lembram, como eles atribuem significados aos diferentes momentos da ocupação da região.

Espaço é um conceito polissêmico. Neste artigo, entende-se que ele é um conjunto composto de diversos elementos que se mesclam e se

⁵ MARTINS, Francisca. *Entrevista*. 13 de fev. de 1999. (Deste ponto em diante a entrevistada será identificada pelo pseudônimo de D. Chica, a forma como ela era conhecida pela comunidade). As falas dos entrevistados estarão destacadas em itálico. As mesmas se apresentam de forma editada. Na maioria dos casos é mantida a fala coloquial. Optou-se por usar o nome real dos depoentes, mediante o aval dos mesmos.

⁶ Dona Chica faleceu pouco tempo depois de conceder a entrevista, em setembro de 1999.

⁷ A viagem que ele fez a Moscou foi registrada por ele no livro *Diário de Moscou*. BENJAMIN, Walter. *Diário de Moscou*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁸ Por "espaço de vida", ou lugar, entendemos tudo aquilo que permanece, o que é físico, aquilo a que se atribui significados "... lugar é objeto ou conjunto de objetos" (SANTOS, Milton. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985, p.2).

interpenetram. São os objetos naturais e sociais, preenchidos de significados e relações constituidoras das sociabilidades.⁹ A memória é, sem dúvida, o lugar de onde partem esses significados. Ela estabelece uma interação entre os processos de formação individual, coletivo, espacial e dos lugares.¹⁰ Nota-se que espaço é um conceito que difere do lugar. Este remete-se a uma relação direta de identificação e pertencimento, de um sujeito e/ou grupo, a um determinado conjunto de elementos; enquanto aquele transcende e aponta, inclusive, para aquilo que se discrimina e se distancia. Os significados que ligam o homem ao “tecido social” são estabelecidos pelas memórias, e têm uma concretude que é o espaço, e as relações. Optou-se pelo termo memória no plural, pois há muitos fenômenos que são denominados de memória. De forma breve pode-se indicar a memória na sua forma mais ampla, multiforme, multifaceta e que escapa à razão, repositório de todas as experiências humanas. Há a memória trabalhada, burilada, que se apresenta como um discurso homogeneizador, produtor de uma identidade, sendo o Estado o seu maior beneficiário. Em que pesem as distinções, elas não se separam nem se complementam, elas nutrem-se de significados na medida em que são vivenciadas.¹¹

Coabitavam no território do Distrito Bananal indivíduos de origem alemã, polaca, russa, italiana, lusa e brasileira. Ainda hoje, apesar de todas as tentativas de “nacionalização” ou “abrasileiramento”, é possível encontrar pessoas e grupos que se identificam com uma ou outra destas etnias.¹² Pensar as etnicidades enquanto um recurso de identificação política de um grupo e ou indivíduo é concebê-las dentro de uma determinada configuração social onde o espaço, é compreendido como o contexto onde este fenômeno pode ser observado. Deste contexto é extraído os elementos constituidores das diferenças e das identidades. Neste sentido, Stuart Hall, em *A identidade cultural na Pós-modernidade*, ao analisar o “descentramento do sujeito”, parte, entre outros aspectos, da explosão dos movimentos sociais, que desde a década de sessenta, passaram a reivindicar o direito à diferença, constituindo-se em grupos de acordo com suas especificidades identitárias. A etnicidade não está pronta e acabada. Seus significados não são únicos e os mesmos durante o tempo todo e para todas as pessoas. Ele discute, também, como as identidades estão sendo negociadas num mundo onde a globalização não se dá mais somente ao nível econômico mas, principalmente, ao nível cultural, de

⁹ “O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (...) a sociedade é um conjunto de possibilidades”. SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, pp.26-27.

¹⁰ Ver: DEMBICZ, Andrzej. Espaço, memória, identidade, IN: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes e MORAES, Nilson Alves de (orgs.). *Memória e identidade*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, pp.15-26.

¹¹ Estas reflexões inspiram-se em produções como: DECCA, ORTIZ, SCHWARTZ, BOSI.

¹² A respeito da integração dos estrangeiros à suposta cultura nacional ver: ORTIZ, WILLEMS, SCHWARTZ, CAPELLATO e DECCA.

relacionamento e comunicação entre indivíduos, os mais diferentes possíveis. Esta relação está marcada por uma proximidade e uma possibilidade de interação, como nunca tinha se visto em toda a história. A instantaneidade e a simultaneidade alteraram, significativamente os elementos disponíveis para os indivíduos perceberem as diferenças e se constituírem enquanto identidades, à partir da intensificação da globalização, que constitui o que Hall denominou como "modernidade tardia".

Esta variação, assume contornos políticos pois, assumir ou distanciar-se de uma determinada etnicidade pode garantir vantagem ou prejuízos. Manuela Carneiro Cunha, num outro local e numa outra temporalidade, observa como a comunidade de negros brasileiros que retornaram à África assumem ora uma identidade ora outra, de acordo com o lugar em que se estabeleceram. Um grupo retornou à cidade de sua origem e retrçou sua parentela, os costumes tradicionais e a identidade. Outro, a fim de conseguir se relacionar com o interior e driblar os meandros que desfavoreciam os negócios com o litoral, assumiu sua identidade de membros das cidades-Estado; no litoral, assumiu a condição de *repatriate*. Um terceiro grupo fixou-se nas cidades costeiras e assumiu plenamente os elementos constituidores de sua brasilidade: a fé católica, a língua portuguesa, a arquitetura, pois isto oferecia grandes oportunidades de comércio.¹³ A etnicidade, porém, não é sinônimo de cultura, apesar desta oferecer os elementos constituidores dos arranjos da etnicidade. É sim um discurso que justapõe diferenças. Ela é "...uma categoria "nativa", isto é, usada por agentes sociais para os quais ela é relevante...".¹⁴ É um discurso político que organiza as relações, estabelecendo as diferenças em contraposição ao discurso de unificação de identidade empreendido, sobretudo pelo Estado.¹⁵

Resignificando relações

Rosa Schmidlin, agricultora, é uma mulher de setenta e sete anos de idade, descendente de teuto-brasileiros com os quais se identifica. Moradora de uma localidade, distante cerca de 9 km do centro do município de Guaramirim, denominada Caixa D' Água. Sua casa está localizada a uns 500 metros da rua principal, no meio da vegetação, o que para os padrões de estabelecimento de moradores na localidade é bastante diverso, já que a maioria opta por viver bem próxima à rua principal. Este distanciamento dos moradores

¹³ CUNHA, Manuela Carneiro da. Religião, comércio e etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos no Século XIX.. In: _____. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense: Editora da USP, 1986. p. 85-96.

¹⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: _____. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense: Editora da USP, 1986. p.107.

¹⁵ BARTH e CUNHA defendem a idéia de que a etnicidade é um dado negociável, com limites que podem ser ultrapassados sem significar a anulação de um determinado grupo. São antes de tudo uma forma de perpetuação dos mesmos. BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1998 p.187-227. CUNHA, Manuela Carneiro. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

do local, não é um dado do acaso. É uma opção que além de lhe reservar uma certa tranquilidade evita a convivência com vizinhos indesejáveis. Atualmente, próxima a sua propriedade, há uma indústria de fundição de metais, uma rodovia, arroseiras e vizinhos do grupo étnico italiano. Na Caixa D' Água há famílias alemãs com as quais ela não mantém relações de vizinhança. É importante ressaltar que estas famílias são de religião católica. Dona Rosa e sua família são de religião protestante e, mantêm laços de comunidade com seus irmãos de fé, moradores em outras localidades. A ida ao culto é a oportunidade de se socializar com este grupo e, normalmente, acontece uma vez por semana na sede da Paróquia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, no centro de Guaramirim, distante cerca de 10 km de sua residência.

Portanto, as relações externas à família dá-se com um grupo distante, em detrimento dos seus vizinhos mais próximos, com os quais não compartilha nenhum laço de identidade. Dona Rosa não tem mais esta prática, em virtude das limitações dadas por seu estado físico, cabendo a sua filha a obrigação de representar o grupo familiar nos cultos dominicais. Ao lembrar dos tempos passados na localidade da Caixa D' Água, ela o faz com saudosismo, pois apesar das diferenças étnicas ela considerava o grupo, composto, segundo ela, de caboclos e alemães honestos e trabalhadores ... *mas enquanto que eram só os brasileiros né, como diz... caboco né; aí era tudo unido assim. Se a gente, nós fomos até a festa lá, era tudo mais unido. Mas depois não. Com os italianos não. Eles olham a gente de lado, não gostam muito.*¹⁶

A presença de italianos na Caixa D'Água ocorreu tempo depois, por volta da década de cinqüenta e, foi marcada pela desestruturação das relações de vizinhança estabelecida, até então, *Quando começou aqui é quando começou essa igreja aqui que eles têm. Logo, ali então vieram os italianos e os brasileiros se mandaram. Não se deram.*¹⁷ Aqui a religião deixou de ser um fator de aproximação entre, os denominados pela entrevistada, de brasileiros e italianos. Ela lembra do diálogo que teve com um dos moradores que foi embora, segundo ela devido à chegada dos italianos *Foram tudo embora. Ai chamaram ele de cego, o José Pelissa, e eu disse a ele: nós não vamos sair daqui! - Não, vocês não precisam, ele disse, porque vocês não são católicos. Mas quem é católico e não é italiano não fica. E foram mesmo, foram embora.*¹⁸

No caso em questão, os estabelecidos não resistiram à investida dos novos moradores (italianos) e foram embora. Norbert Elias, na obra *Os estabelecidos e os outsiders*, discute que recursos o grupo estabelecido há mais tempo no bairro Winston Parva, em Londres, usou para se sobrepôr aos

¹⁶ SCHMIDLIN, Rosa. *Entrevista*. 05 de fev. de 2000. É importante notar como a construção da fala da moradora se dá de forma truncada, para os padrões da língua portuguesa. Ela é bilingüe pois, além do português, ela fala o alemão. O uso do alemão é um dos elementos constituidores da etnicidade deste grupo. O português só é usado com quem não fala o idioma alemão e, está marcado por características de pronúncias, construção frasal, entre outros aspectos, do idioma germânico.

¹⁷ SCHMIDLIN, *Idem*. É importante o uso do termo **eles** para diferenciar os imigrantes italianos dos moradores já residentes na localidade.

¹⁸ SCHMIDLIN, *Idem*.

*outsiders*¹⁹, aqueles residentes há menos tempo.²⁰ Para ele, a observação principal é perceber como o jogo de poder se estabelece entre os grupos distintos, e que recursos um grupo usa para se sobrepor ao outro. A calúnia e a fofoca são elementos importantes, que se forem estrategicamente utilizados abala a auto-estima do grupo que é vítima. No caso londrino, os dois grupos dividiam o mesmo espaço, e a única diferença entre eles era o tempo de permanência. A identificação e a superioridade dos estabelecidos era construída paralelamente à exclusão e à estigmatização dos *outsiders*.

A inserção de novos colonos na localidade em que D. Rosa vivia, gerou/gera estranhamentos e conflitos que, poderíamos qualificar como próprios da etnicidade, já que a entrevistada entra em embate com o diferente. Ela ainda atribui a uma família, italiana, a culpa pelo desrespeito à propriedade e à organização espacial do cultivo e da pecuária. Segundo ela, o descuido que esta família tinha com os animais, no caso porcos, acabava danificando o seu roçado. Mesmo depois da família ter sido avisada a fim de tomarem providências, nada foi feito. Diante disto, o seu falecido marido enxotou um porco que estava estragando a plantação, desferindo-lhe um golpe com um garfo, instrumento utilizado comumente para rastelar o capim. Essa ação gerou uma grande polêmica em toda a comunidade, reforçando para alguns o caráter pouco louvável dos italianos e, para outros, a intransigência e a brutalidade do alemão. Relações essas que apresentam uma disputa entre diferentes grupos. Tem-se, afinal, a criação de estereótipos, que fazem parte das relações presentes na comunidade.

Compra e Venda de Lotes de Terras: o espaço oficialmente negociado

Afastando-se um pouco das falas dos moradores, a diferenciação dos significados para os mesmos lugares é constatada ao analisar-se os registros de Compra e Venda de Terras, desde o final do século XIX até meados do século XX.

O Distrito Bananal fazia parte de uma área de colonização vinculada aos "Domínios Dona Francisca". Este compreendia um território mais amplo, conhecido como Colônia Dona Francisca, administrado pela Companhia Colonizadora de Hamburgo. Era um empreendimento particular e, se fazia com capital estrangeiro. Visava introduzir o maior número possível de imigrantes estrangeiros, vendendo as terras por preços altos, já que visavam, sobretudo, o lucro.²¹

Eram terras pertencentes à Princesa Dona Francisca Carolina e ao Príncipe de Joinville, François Ferdinand Philippe, e, posteriormente, aos seus

¹⁹ Termo em inglês para designa o novo no lugar, o forasteiro.

²⁰ ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

²¹ Emílio Willems informa que na região as companhias colonizadoras pagavam aos proprietário cerca de 1\$500 por ha. e revendia-os, aos colonos, na razão de 36 a 40\$000. WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. 2.ed. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/ INL, 1980, p.64.

herdeiros. Seus interesses eram defendidos por procuradores no Brasil, residentes próximos da área colonizada. Na área do Distrito Bananal, atuaram três procuradores: Frederico Brustlein, Othon Mäder e Joroslau Pesch. O primeiro, domiciliado na sede da Colônia, em Joinville, atuou até a primeira década do Século XX. O segundo, cidadão curitibano, atuou na região até meados do século passado, quando transferiu os poderes de procurador a pessoas de atuação mais local, entre eles, o terceiro nome citado. Todos eles mantinham uma extensa rede de influências e privilégios.

A transação de venda de lotes na Colônia Dona Francisca gerou um grande volume de documentos, dentre os quais: Contratos de Compra e Venda, Títulos Provisórios, Títulos Definitivos e Termos de Desistência e Transferência.²² Apesar da diferenciação de nomenclatura que os mesmos apresentam, há, entre eles, relações que merecem ser discutidas. A diferença, expressa as etapas que envolvem a negociação dos lotes; uma transação de compra poderia gerar todos os documentos referenciados acima.

Um comprador, com seus fiadores e o procurador dos proprietários, assinaria um Contrato de Compra e Venda. Após o correto pagamento das prestações, receberia um Título Provisório e, quando a dívida fosse completamente quitada, receberia o Título Definitivo do(s) lote(s) negociado(s). Se durante algum momento da transação, o comprador, por algum motivo, não quisesse mais o(s) lote(s), faria um Termo de Desistência e Transferência. A transferência, que poderia ser de parte do lote, seria para um outro comprador, ou era(m) devolvido(s) aos proprietários dos "Domínios Dona Francisca".

Algumas denominações registradas nesse documentos, já não são mais empregadas, como, por exemplo, a localidade de Rio da Prata, que hoje chama-se Caixa D' Água. Ocorrem, também, variações nas denominações dos locais, demonstrando as incorporações dos novos significados: o Caminho Corticeira, assim denominado até 1939, passa a ser referenciado exclusivamente como Estrada Corticeira. Neste caso, o uso do termo "Estrada" acontece concomitantemente ao de Caminho desde 1936. Caminho era a denominação dada às vias de acesso com estrutura pouco melhor que as picadas abertas no interior da Mata Atlântica, no início do processo de ocupação. O uso do termo "estrada" denota uma certa evolução, à medida que os precários caminhos passam a receber melhorias para facilitar o trânsito dos veículos, em sua maioria de tração animal e dos poucos veículos automotores da época em questão (1930-1940) e para os inúmeros veículos de tração animal. As melhorias foram sendo feitas, também, em decorrência do aumento da produção nas propriedades. O pequeno excedente tinha que ser escoado para os centros consumidores.

Conforme SCHÖRNER, nas regiões vizinhas, pertencentes ao município de Jaraguá do Sul, ocorreram problemas nas relações comerciais entre o

²² A documentação referente às transações de compra e venda de terras na Colônia Dona Francisca, compõe os "Fundos Carlos Ficker", depositados no Arquivo Histórico de Joinville.

colono produtor e o mercado consumidor, pois entre estes dois personagens havia um terceiro, o atravessador, mais conhecido como vendeiro. Este aproveitava-se das péssimas condições das estradas para comprar, a preços baixíssimos, os produtos dos colonos e revendia a estes produtos manufaturados a preços exorbitantes.²³

O descontentamento dos colonos deve ter pressionado o poder público para melhorar a trafegabilidade nas vias do interior da colônia. Esta situação verificada em Jaraguá do Sul, tanto pela proximidade das localidades, como pelo fato da produção de gêneros serem muito semelhantes, deve ter ocorrido no Distrito Bananal.

Os Termos de Devolução e Transferência referentes aos lotes do Distrito somam cerca de vinte e dois por cento em relação ao total de títulos, o que propõem uma alta rotatividade de donos de propriedades.²⁴ Este indício, inclusive, pode assinalar que os colonos estabelecidos na região, em sua maioria, não mantiveram relações duradouras de vizinhança. Emílio Willems afirma que para a região da Colônia Dona Francisca, “o coeficiente de fixação dos imigrantes alemães está, com 24,49%, muito abaixo da média que seria, para as principais correntes migratórias, de 49,99%”.²⁵ Esta situação seria decorrente da exigência da companhia colonizadora de uma produção excessivamente alta para propriedades, em um curto espaço de tempo e em condições desfavoráveis, e do preço dos lotes de terras, excessivamente alto.²⁶ Note-se, aliás, que no Distrito Bananal não houve a constituição de grandes núcleos populacionais, devido ao fato de serem lotes destinados à agricultura, com um tamanho médio de 27 hectares.

As empresas colonizadoras de caráter privado, tendo em vista a lucratividade dos seus negócios, tendiam a constituir núcleos com uma certa homogeneidade cultural.²⁷ Este “cuidado” da Companhia Colonizadora de Hamburgo é constatado em algumas localidades, se considerarmos os sobrenomes dos compradores dos lotes em Bananal. Sabe-se que os sobrenomes, em si, não garantem a identificação de um grupo. Tal como para a cultura na etnicidade há outros fatores, como religião, língua, história, que influem nesta determinação, além da auto-identificação dos indivíduos; porém, é um importante indício, do qual não se pode abrir mão. Na localidade de Schröder²⁸, por exemplo, noventa por cento dos compradores tinham sobrenomes teutos. Apesar dessa quase homogeneidade étnica, outros grupos se “aventuravam” naquelas “terras de alemão”, como a localidade é identificada, ainda hoje, pelos moradores vizinhos do atual município. Maria da Silva

²³ SCHÖRNER, Ancelmo. *O arco-íris encoberto*. Joinville: Oficina Comunicações, 2000.

²⁴ Estima-se que este percentual aumente ao tomarem-se os lotes como referência e não a totalidade de documentos existentes, já que um lote pode gerar três ou mais documentos

²⁵ WILLEMS, Emílio. *Idem*. p. 41.

²⁶ *Ibidem*. p. 64.

²⁷ Conforme afirma WILLEMS “Onde é economicamente vantajoso evitam-se choques culturais entre imigrantes de nacionalidades diversas ou entre imigrantes e nativos, constituem-se núcleos *eticamente homogêneos*”. WILLEMS, Emílio. *Op. Cit.* (p. 45)

²⁸ Atualmente Schröder constitui um Município.

Rodrigues, de setenta e um anos de idade, confirma esse indício. Ela é uma mulher negra, benzedeira muito conhecida na região de Guaramirim. Atualmente reside na localidade denominada Rio Branco, junto com o marido, uma filha e uma neta, mas morou em Schröder, em meados da década de 1930 *Assim que a gente chegou em Schröder era uma família muito boa, eram bons em Schröder, mas só que a gente não se sentia bem lá porque eles não falavam brasileiro. Naquele tempo ninguém não falava brasileiro quase. Quem era italiano falava em italiano e quem era alemão falava só em alemão.*²⁹

Na localidade de Duas Mamas ocorre um outro fenômeno sendo, os italianos a maioria já que oitenta e seis por cento dos proprietários assinavam com sobrenomes italianos, e quatorze por cento com sobrenome teuto.

Em outras localidades como, por exemplo, a Estrada ou Caminho Corticeira, ocorre uma heterogeneidade em termos de sobrenomes étnicos. A configuração era composta de: 55% de teuto, 43% luso-brasileiro e, 2% hispânico.

É importante ressaltar, ainda, que é muito comum o uso do termo “tifa”³⁰, na região, para referir-se a um local mais isolado, tanto em termos de acesso quanto em termos de relações ou a um conjunto de pequenas propriedades agrícolas. O fator constituidor de uma “tifa” é a existência de um determinado número de famílias, - nem sempre ligadas por laços sangüíneos, podendo existir relações de afinidades-, que por morarem relativamente próximas umas das outras, se identificam com o lugar e recebem o sobrenome do morador mais antigo, ou que tenha uma importância mais destacada em relação aos demais. Assim, pode-se apontar algumas “tifas”: a dos Klein, a dos Baruffi, a dos Krüeger, entre outras.

Nós e os outros: espaços da etnicidade

A sociabilidade dos grupos étnicos do Distrito Bananal, constrói-se em dois espaços. Os mais negociáveis, em que os elementos identitários são mais maleáveis e, os não negociáveis, onde as diferenças se contrapõe com maior força.

O *trabalho* foi o tipo de relação que mais permitiu a interação entre grupos. Nele se encontravam identidades e se negociavam diferenças. Entre os diversos entrevistados a fase mais recorrente de suas vidas era de quando trabalhavam, produziam e se relacionavam com o outro, que assim tornava-se familiar.³¹ Dona Maria da Silva Rodrigues lembra-se que quando começou a trabalhar, para os padrões de hoje, muito nova: *A vida da gente era péssima mesmo, né! Muita criança, e a gente teve de trabalhar desde novinha [...] ia para a escola de manhã e à tarde tinha que ir trabalhar. E já era empregadinha.*

²⁹ RODRIGUES, Maria da Silva. *Entrevista*. 31 de mar., de 2001.

³⁰ Deriva do termo *tiefen* em alemão, que em português significa fundos.

³¹ Para uma discussão mais aprofundada acerca do papel dos velhos numa sociedade onde a produção é atribuída essencialmente aos adultos, ver BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Com sete anos já estava trabalhando de empregada na casa de uma família de polacos, cuidando das crianças. A família que a empregava não era rica, o que propiciava uma certa familiaridade com a mesma. Dona Maria não se recorda de ser maltratada pelos patrões *Se bem que a gente tinha que trabalhar bastante né. Mas eles eram aquela pobreza também né.* A aparente separação étnica (negra e “polacos”) dissolvia-se, ou era negociada, pela situação econômica semelhante que ambas as partes viviam.

Tal situação ocorria em tempos em que o Estado determinava o que seria identidade nacional e penalizava as diferenças. Neste sentido o domínio da Língua Portuguesa serve como “sinal diacrítico” - se compararmos, mais adiante, o depoimento da moradora em relação à sua experiência na escola-tornando-a aceita em meio ao diferente. Foi muito útil ensinar, às crianças que cuidava, o idioma português. Este caso assume relevância, no contexto da época, se considerarmos que são tempos da Campanha de Nacionalização empreendida pelo Governo de Getúlio Vargas (1937 a 1945) e que o uso do idioma português era compulsório.

Dona Chica, quando chegou à localidade da Caixa D' Água, estabeleceu um bom relacionamento com todos os vizinhos: *eu, quando cheguei aqui, conheci todo mundo e trabalhei com as pessoas aí, e todos me conheceram.*³² O trabalho rendeu-lhe o respeito dos outros no decorrer de toda a sua vida. *Todos tinham respeito por mim, todos! E todos gostam de mim, mas eu nunca fiquei de mal com ninguém!*³³ O trabalho também proveu-lhe um certo amparo na velhice, já que muitas pessoas da comunidade e mesmo parentes a ajudam com frequência; pois *agora eu não posso ajudar ninguém. Agora eles têm que me ajudar!*³⁴

O tempo transformou as relações de trabalho na comunidade. Para Dona Chica, antigamente era melhor, pois a lida na roça era motivo de união entre os vizinhos: *Naquele tempo era um tempo bom. A gente trabalhava mas era um tempo! Um trabalhava com o outro e,... não é como agora que tem que trabalhar tudo amarrado.*³⁵

Se o trabalho expõe uma discussão de relações inter-grupos, a etnicidade encontra nas *relações familiares* a etnicidade um espaço mais íntimo do seu exercício. Giralda SEYFERTH afirma que a constituição dos grupos étnicos se dá à medida em que algumas instituições atuam na divulgação dos valores étnicos, preservados pelos imigrantes e transmitidos de uma geração para outra. Nesse aspecto a família seria o lugar do “reduto íntimo da “eticidade”; pois cabe a ela socializar os filhos como membros do grupo”.³⁶ A formação e a transmissão da bagagem cultural com a qual os sujeitos constituirão suas

³² MARTINS, Francisca. *Op cit.*

³³ _____. *Idem.*

³⁴ _____. *Ibidem.*

³⁵ _____. *Ibidem.*

³⁶ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1990, p. 84. (destaques no original).

relações e negociarão os seus espaços e dada principalmente pela interação familiar.

A constituição de novos núcleos familiares parece ser uma negociação bastante ampla. A escolha do cônjuge, se dava dentro do próprio grupo étnico e era autorizada pelas instituições familiares e religiosas. O namoro era vigiado de perto e permitido em espaços públicos legítimos como os grupos de juventude da igreja protestante: *Na juventude nós iamos juntos. Assim eu também fui lá mas não que nem hoje, era sério.*³⁷ Essa seriedade, pode ser indício de um controle bastante intenso por parte do grupo étnico e familiar para com os compromissos que os jovens tinham entre eles, suas famílias e seu grupo.

Ao observar orgulhosamente uma fotografia do neto com sua esposa e filhos, Dona Rosa diz que *ele casou-se com uma moça de origem, apesar dela possuir traços pouco característicos da etnia. Pois é, a mulher do Paulo é alemã. Mas eles são bem escuros. Cabelos pretos assim, bem luso. Só que não fala alemão.*³⁸ Apesar dessa observação pode-se deduzir que a moça passou a fazer parte deste grupo étnico-familiar, mesmo com algumas prerrogativas em contrário. O neto mencionado, reside na cidade de Joinville, e possui outras referências e valores que possivelmente ampliaram o leque de possibilidades de constituição de seu núcleo familiar.

Dona Chica também casou-se com alguém do seu próprio grupo étnico. Ao mesmo tempo, Dona Maria é um exemplo atípico pois o seu casamento foi marcado, sobretudo pelo preconceito. Seu marido é branco e a família dele não aceitou facilmente o casamento. *Eu era preta e ele era branco e, os parentes não queriam. Eles não queriam por nada.*³⁹ Sua concepção familiar é bastante ampla se considerarmos que o casal não pode gerar filhos, mas acolheram mais de 10 crianças assumindo-as enquanto filhos.

O espaço familiar é também apresentado como sendo o lugar de refúgio onde as ameaças externas se diluem. Ameaças que põem em risco a estabilidade da vida do grupo têm na família a constituição da resistência. Dona Chica, ao relatar a passagem do dirigível, tipo zepelim, informa sobre o imaginário criado pelo acontecimento. Para ela, o aparelho iria restabelecer a escravidão. Só que, naquele momento, a resistência se daria tanto no meio do grupo negro que, segundo ela, *eram bravos, tanto os homens quanto as mulheres, né. Já não era como o tempo antigo em que diziam: Vamos e iam!*, quanto no meio de sua família.

A Escola, atualmente, é um espaço institucional em que atua a diversidade que compõe a sociedade. Porém, até a segunda metade da década de 1930, haviam pouquíssimas escolas públicas na Colônia Dona Francisca. A maioria eram escolas particulares ligadas, principalmente, às comunidades alemãs. Dona Rosa, freqüentou os bancos escolares antes do Estado Novo de Getúlio e lembra que a sua escola ensinava em dois idiomas: o português era usado

³⁷ MARTINS, Francisca. *Op cit.*

³⁸ *idem.*

³⁹ RODRIGUES, Maria da Silva. *Op cit.*

todos os dias só *quarta-feira e sábado era em alemão*. Segundo ela, não havia discriminação entre os colegas na escola. A convivência entre teuto-brasileiros, luso-brasileiros e negros era pacífica *Eles foram junto com nós, brincamos tudo junto ai. Não tinha, não tinha esse negócio de racista*.

Para Dona Maria da Silva Rodrigues, a experiência foi bem diferente. Ela relata um episódio que marcou os momentos difíceis que foi a vida escolar:

Na escola era muito horrível, é! Não dava... era muito racista na escola. A gente sofreu muito. Sofreu muito mas também eu era muito brava, batia na turma que ... (risos). O menino chamava muito nós de negros aqui em Putanga né e, nós fomos prá escola e daí eu – os pais nossos surravam a gente -, mas o menino sempre incomodava, chamava a gente de negro e tudo. Então ele inventou que ia contar uma história para nós, mas a história que ele contou é uma história, era uma história de ver..., uma história mesmo. Então ele queria contar assim: igreja de ferro são cristão de pau né? Dentro... igreja de ferro são cristão de pau (fazendo esforço para lembrar) aí dentro tinha um negrinho que tocava um “barimbau”⁴⁰. Mas não era isso o que ele queria dizer. Mas para chatear nós, que era o feijão, que era preto, dentro da panela de ferro né. Aí o “pau comeu” (risos)!

Ai brigamos. Sabe o que nós fizemos? Botamos ele de um pantano bem preto. Metemos ele dentro do valo e fizemos ele todo pretinho, todo pretinho pra ficar que nem nós né.

A gente quando é criança a gente não cisma né, não pensa né. Era alemozinho. Aí fizemos ele pretinho (risos)! Era difícil a convivência com o branco. Eu não entendia sabe, eu não queria que chamasse.⁴¹

Esse relato mostra que o preconceito e o choque entre os grupos étnicos ajudavam a constituir a paisagem de então. O contraste entre a vivência da Dona Rosa e da Dona Maria é evidente. A “vingança” empreendida, por Dona Maria e o seu grupo, contra o colega alemão que os discriminava é lembrada com bastante orgulho. Para ela a sua auto-estima foi compensada ao submetê-lo ao lugar que ele achava inferior. O universo infantil é revelador neste sentido. Porém, a lembrança não parte de uma criança, mas sim de uma idosa que, ainda hoje, sofre preconceitos. Um morador descendente de italianos, vizinho da Dona Maria, deixou evidente esse preconceito, ao se referir a ela como “aquela preta macumbeira”, num tom bastante depreciativo.

Nas falas o espaço é preenchido pelo tempo, que passa e “desintegra tudo o que parecia sólido”. A *ausência* é, também, um espaço referencial onde, os não presentes se tornam próximos. Dona Chica, Dona Rosa e Dona Maria, quando foram instadas a lembrar o passado, já contavam com idade bastante avançada. Muitos dos referenciais arquitetônicos, pessoais e de práticas já não mais existem concretamente. O que existe é a memória reatualizada pela

⁴⁰ Provavelmente o instrumento berimbau.

⁴¹ RODRIGUES, Maria da Silva. *Idem*.

lembrança, num lugar permeado pela atualidade. Concomitantemente, a transmissão de valores abre espaços para que um pouco de si sobreviva nos descendentes assim como os ascendentes sobrevivem nos depoentes. O trabalho de lembrar, é seguido da constatação de que o tempo de vida está prolongado e desta perplexidade o sentimento de incômodo com o fato de o corpo não mais acompanhar o pensamento e da imaterialização dos seus referencias. Isto ajuda a entender a seguinte fala: *E muito que nem me ajudou, também já morreu e, eu ainda estou aqui! E eu já queria ir mas não posso ir (pausa). A gente andar pelas mãos dos outros é pesado né?!⁴²*

Considerações Finais

A tradição cultural serve, por assim dizer, de “porão”, de reservatório onde se irão buscar, à medida das necessidades no novo meio, traços culturais isolados do todo, que servirão essencialmente como *sinais diacríticos* para uma identificação étnica.

(CUNHA)

A ocupação do espaço no Distrito Bananal é relativamente recente, com pouco mais de um século. Muitos significados se perderam e outros são reatualizados pelas lembranças daqueles que vivenciaram transformações no decorrer de toda a sua vida, já que sempre moraram na região. Essa dinâmica é percebida também nos registros de negócios de lotes, nos quais a rotatividade é bastante alta.

Permanece ainda a hipótese de que a constituição de espaços étnicos no Distrito Bananal assume a caracterização proposta por BARTH⁴³, em que os limites entre um grupo e outro são negociáveis. Essa negociação, entretanto, se faz com o que Cunha denominou de “porão”, ou “cultura residual”, elementos que fazem parte da bagagem do sujeito ou grupo que podem ser içados e servirem como marcas constituidoras da sua etnicidade frente ao diferente. Ainda, pode-se considerar que no momento da negociação das etnicidades “um mesmo grupo pode usar identidades diferentes, dependendo do interesse específico que quer explorar”.⁴⁴

A etnicidade se faz com as pessoas, e para as pessoas. Ela não é um dado estrutural que corrobora com a nacionalidade oficialmente construída. É algo com o qual as pessoas se sentem cúmplices, constituindo, inclusive, subjetividades.⁴⁵

As pessoas, quando do momento da entrevista, manifestam-se pertencentes a um determinado grupo, não como se apresentava há 30, 40,

⁴² MARTINS, Francisca. *Op cit.*

⁴³ BARTH, Fredrik. *Op. Cit.*

⁴⁴ CUNHA, Manuela Carneiro. *Op. Cit.*

⁴⁵ POUTIGNAT e STREIFF-FENART. *Op. Cit.*

50 anos ou mais, pois, como tudo o que é humano, está perpassado pela transitoriedade e pela dinamicidade. Neste sentido, a etnicidade dos grupos que ocuparam o Distrito Bananal é um dado contemporâneo porque ela é ainda presente e vivenciada.

A dinâmica em termos de ocupação das propriedades dentro do Distrito, reforça a idéia de intensas configurações étnicas. Os colonos provenientes de países e de regiões diferentes do Brasil, trouxeram consigo valores, conhecimentos e relações herdadas de uma determinada cultura. Estabelecendo-se em novas terras, tentaram criar relações e espaços comuns com outros, dividindo um mesmo "espaço de vida". Essa situação poderia, por mais paradoxal que pareça, aproximar moradores distantes, como também, distanciar moradores próximos.

VIAJANTES, IMIGRANTES E SUAS IMPRESSÕES SOBRE A FLORESTA DE SANTA CATARINA

Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos
Mestre em História - UFSC

João Klug
Professor do Depto. de História
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo:

Este artigo retrata a forma como alguns viajantes e colonos percebiam e inteiravam-se com a floresta das colônias do vale do Itajaí e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX. Procuramos refletir sobre o que significava a floresta para estes imigrantes europeus e as transformações deste após seu estabelecimento nas colônias do sul do Brasil. Portanto, nossas atenções estão centradas na interface entre o imigrante e o meio natural.

Palavras Chaves: imigração – colonização – floresta – significados – depoimentos.

Abstract:

This article describes how some settlers and travelers realized and integrated with the forest of Itajaí Valley colonies and the north Santa Catarina ones, during the second half of nineteenth century. Our aim is to think about the meaning of the forest to these European immigrants and its changes after the establishment of settlements in south Brazil. Therefore, we draw attention to an interface between natural environment and the immigrant.

Keywords: immigration – colonization - forest – meaning – testimonies.

É notório que a temática ambiental vem se apresentando como importante campo de pesquisa para a História. Ao lidar com as questões relativas a imigração, nos deparamos com a interface entre o imigrante e o meio natural que passa a ocupar, interface esta que se reveste de significativa importância para a compreensão da vida nas colônias. Keith Thomas, em sua obra *O Homem e o mundo natural*¹, refletiu sobre a relevância deste tema para os historiadores:

O domínio do Homem sobre o mundo animal e vegetal foi e é, afinal de contas, uma pré-condição básica da história humana. A forma com que ele racionalizou e questionou tal domínio constitui um tema vasto e inquietante, que nos últimos anos recebeu bastante atenção por parte

¹ THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

dos filósofos, teólogos, geógrafos e críticos literários. O assunto tem igualmente muito a oferecer aos historiadores, pois é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas.²

Durante o século XIX, milhares de europeus emigraram para o Brasil, Canadá, Argentina, Austrália e principalmente para os Estados Unidos da América. Entre 1815 e 1920, em torno de 60 milhões de pessoas emigraram da Europa. A situação no “Velho Continente” era crítica neste período, onde a fome e desemprego se faziam presentes. Neste contexto, o sul do Brasil destacou-se como destino do emigrante com a fundação de diversas colônias e o conseqüente estabelecimento de milhares de imigrantes europeus.

A decisão de emigrar revelava como conseqüência imediata um grande afastamento do modo de vida europeu. Entretanto, além de alguns de seus bens materiais este emigrante carregava consigo uma “outra bagagem”, suas lembranças, conceitos e significados, geralmente relacionados com suas heranças culturais. Entre os diversos elementos que compunham esta “bagagem”, se reveste de grande relevância para esta análise: a forma como percebiam a floresta. Para Simon Schama, “nem todas as culturas abraçam natureza e paisagem com igual ardor e as que as abraçam conhecem fases de maior ou menor entusiasmo. O que os mitos da floresta antiga significam para uma cultura européia nacional pode traduzir algo totalmente diverso em outra cultura”.³ Desta forma, entende-se que o mesmo ambiente natural pode significar um lugar obscuro e assustador ou um ambiente exclusivo da nobreza ou ainda um local de curiosidade e admiração, sendo determinado pela forma como cada indivíduo percebe a floresta.

A identidade de um povo é, muitas vezes, construída através de representações paisagísticas. “Na Alemanha, por exemplo, a floresta primitiva era o lugar de auto-afirmação tribal contra o Império Romano de pedras e leis”.⁴ Schama ressalta que a identidade nacional perderia muito de seu fascínio feroz sem a mística de uma tradição paisagística particular⁵. Memórias e identidades são fenômenos subjetivos, não são coisas fixas, mas representações ou construções da realidade.⁶ Entendemos, assim como Stuart Hall⁷, que as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações.

A “bagagem de significados”, a que nos referimos anteriormente, certamente não foi esquecida por aqueles que emigraram para as colônias do sul do Brasil, entretanto, desde os primeiros contatos com o “novo ambiente”

²Idem: p.19.

³SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.25.

⁴Idem: p.25.

⁵Idem: p.25

⁶GILLIS, John R. *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p.3

⁷HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. 4ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p.47/50

ela passa a sofrer transformações.

A grande maioria dos imigrantes germânicos que procuraram o Brasil durante o século XIX era de origem camponesa. A terra, a paisagem, sua vegetação e suas criaturas estavam perfeitamente integradas a suas vidas⁸. “O camponês europeu convive realmente com seus campos e seu gado, abrigando este, sua família e seus agregados, não raro sob o mesmo teto”.⁹ Para Maurice Halbwachs, “é, portanto muito natural que uma família e a terra não se desliguem um da outra, no pensamento comum”. É desta forma, que entendemos que as dificuldades impostas pelo meio físico a que passaram a viver milhares de famílias de imigrantes estabelecidas no sul do Brasil eram reforçadas por suas fortes ligações culturais com seu país de origem. Segundo Emílio Willems, “nenhuma das manifestações culturais típicas dos grupos rurais seria concebível fora de um determinado meio [...] Nada mais estranho e triste do que um campônio legítimo fora de seu meio nativo, mesmo que seja num ambiente rural, entre homens que são camponeses com ele”.¹⁰

A maior parte das colônias fundadas no sul do Brasil ocupou grandes áreas de floresta ombrófila densa (Mata Fluvial Atlântica) até então desabitadas por brancos. Esta região apresentava-se como um local de difícil acesso, sua grande biodiversidade era algo completamente distinto ao que estavam acostumados. As florestas virgens européias já não existiam desde meados de 1700, portanto eram desconhecidas dos europeus do século XIX. Estas áreas foram submetidas a milhares de anos de impactos de agricultura, pecuária, vida urbana, quando não de plantios e replantios intencionais e de grande escala. As florestas conhecidas e ocupadas pelos futuros emigrantes foram totalmente plantadas e apresentavam-se como áreas florestais domesticadas e controladas pelo homem. Desta forma, as enormes diferenças entre estes bosques plantados pelos europeus e a mata nativa que se tornou o novo lar de muitos imigrantes poderiam ser rapidamente percebidas.

Por existirem estas significativas diferenças entre estas florestas domesticadas da Europa e a floresta sul brasileira, consideramos equivocadas afirmações como a de Carlos Hunsche:

[...] o mais importante para os alemães, foi que as terras estavam cobertas de florestas, as quais até então eram considerados pesos mortos, abandonados ao domínio das feras e dos bugres. A raça germânica, desde tempos imemoriais, tem preferido as florestas a tal extremo que mesmo a sua religião parece influenciada por reminiscências selváticas, podendo-se afirmar que o estilo mais típico das suas igrejas – o gótico, com suas longas naves e seus altos arcobotantes – representa uma repetição em pedra, do seu amor pelos bosques.¹¹

⁸ WILLEMS, Emílio. *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.p. 28.

⁹ Idem: p. 29.

¹⁰ Idem: p.30/31.

¹¹ HUNSCHÉ, Carlos H. *O Biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro – Secretaria de educação e Cultura,

Os alemães que emigraram para o sul do Brasil não escolheram o estabelecimento nas florestas, visto que estes locais, desprezados pelos brasileiros, eram os únicos espaços disponíveis para a fundação de colônias. Que as origens dos alemães possuem significativas ligações com a floresta, não questionamos, entretanto, os ambientes são extremamente distintos e a estrutura da floresta meridional brasileira certamente não foi um elemento facilitador para os colonos, pelo contrário, tornou-se responsável por suas maiores dificuldades nos primeiros anos.

A vida no "novo ambiente" necessitava de alguns ajustes nos costumes e conseqüentemente nos significados e conceitos trazidos da Europa pelos colonos. Não poderíamos afirmar que os imigrantes adaptaram-se (com seu modo de vida europeu) à floresta da forma como a encontraram em sua chegada. A dita adaptação ocorreu através de ajustes em suas "bagagens de significados" aliadas às transformações ocorridas na floresta ao longo da ocupação pelos colonos. Por esta razão, desconsideraremos o conceito de adaptação, passando a tratar este processo como um "ajustamento". Para João Baptista Borges Pereira, em sua obra *Italianos no mundo rural paulista*¹², "é ponto pacífico que esta integração entre homem-natureza não se faz num plano de entendimentos tão perfeito, [...] a ação do homem não se limita apenas em interpretar, a dar sentido a paisagem, mas também trabalhá-la a fim de conformá-la às suas necessidades".¹³

Para o imigrante recém chegado, a floresta era ao mesmo tempo o "novo lar" e "um desafio a ser vencido". Pode parecer um pouco contraditório, entretanto, a necessidade de derrubada de grandes áreas de mata nativa seria uma etapa natural para o surgimento das primeiras plantações. Os colonos ajustam a floresta de acordo com suas necessidades e ao mesmo tempo em que ajustam-se ao "novo meio" com novos hábitos.

Sobre o processo imigratório no sul do Brasil, Willems¹⁴ considerou duas formas de mudanças culturais: as endógenas e as exógenas. A primeira é decorrente das condições sociais internas, acrescidas de certas imposições do meio físico, enquanto a segunda teve sua origem em contatos com a população nativa. Uma das principais fontes de mudanças endógenas estava diretamente ligada a composição social dos próprios imigrantes. "A heterogeneidade dos núcleos coloniais era, em face da profunda diferenciação cultural da Alemanha rural, um fator que não admitia, geralmente, a transmissão deste ou daquele tipo de cultura regional". Desta forma, entendemos que a "reconstrução de significados" foi determinada também por este tipo de interação social. Embora, para o próprio Willems, a maior parte das mudanças endógenas tenha ocorrido em função do meio físico.¹⁵ A forma de interação

1975. p.15

¹² PEREIRA, João Baptista Borges. *Os italianos no mundo rural paulista*. São Paulo: Edusp, 2002.

¹³ Idem: p.63/64

¹⁴ WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no sul do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. p.106

¹⁵ Idem: p.107.

com a mata desencadeou várias destas mudanças culturais ocorridas na vida destas famílias européias.

Veremos a seguir, algumas impressões sobre a floresta, especialmente de áreas da então província de Santa Catarina, onde foram fundadas algumas colônias de imigrantes. As correspondências de colonos e os relatos de viajantes aparecem-nos como importantes instrumentos para análise da interação entre imigrantes e a floresta e de como esta era percebida nestes depoimentos. A mata nativa da região foi descrita em seus pequenos detalhes, misturando, por vezes, impressões de estranhamento e admiração.

O interesse pelo estudo da vida na selva trouxe ao Brasil no século XIX um grande número de cientistas, naturalistas ou simplesmente viajantes. O território brasileiro tornava-se um grandioso laboratório para estes estudiosos.¹⁶ Em Blumenau, por exemplo, instalou-se o grande pesquisador Dr. Fritz Müller (colaborador e amigo de Charles Darwin com quem mantinha freqüente correspondência), onde conheceu e pesquisou a fundo a fauna e flora da região.

Entre os interessantes depoimentos sobre a floresta do sul do Brasil estão os textos de Hermann Blumenau, fundador, proprietário (de 1850 – 1860) e diretor da colônia Blumenau. Na busca de terras para instalação de uma colônia na Província de Santa Catarina, Dr. Blumenau e Fernando Hackradt, seu parceiro naqueles anos, percorreram as terras que estavam às margens do Itajaí Açu. Para José Ferreira da Silva, a majestosa floresta de abundante caça e madeiras de lei, as terras férteis de fácil manejo e a natureza exuberante, lhes deslumbraram, empolgando-lhes para ali estabelecerem a dita colônia. A escolha da região entre a o ribeirão Garcia e foz do ribeirão da Velha como sede da Colônia explicava-se, por este ser o último ponto francamente navegável do rio Itajaí Açu. Desta forma, o transporte da Colônia Blumenau às demais regiões da Província e do País poderia iniciar pelo seu leito¹⁷.

Em seu primeiro contato com a floresta da região onde dois anos mais tarde seria fundada sua colônia, Hermann Blumenau evidencia, através de uma carta aos seus pais em 21 de abril de 1848, sua admiração pela paisagem do vale do Itajaí, assim descrevendo-a:

Quanto mais para cima eu chegava, mais bela a terra se tornava e jamais havia visto paisagens tão maravilhosas como no Rio Benedito e Rio dos Cedros. As gigantescas árvores, os cipós e trepadeiras, as diversas espécies de bambus, as flores com suas cores incandescentes como o vermelho escarlata, o amarelo, algumas azuis e lilá, estendendo sua sombra às margens do rio, em volta de águas plácidas. O silêncio absoluto, apenas quebrado pelo grasno do galo silvestre, que em bando levantava vôo e, sobre isso, estendia-se majestosamente uma paz indescrevível, um ar agradável, impregnado de perfume – foram maravilhosos estes dois dias que passei lá em cima, na mais completa

¹⁶ Sobre este assunto ver: SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁷ SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme, 1972. p. 33

solidão, onde antes de mim nenhuma pessoa civilizada havia estado.¹⁸

Ao afirmar que “jamais havia visto paisagem tão maravilhosas” deixa claro sua impressão extremamente positiva desta floresta. Como parte integrante deste objeto admirado está o agradável silêncio, interrompido apenas pelo canto das aves.

Em sua obra *Sul do Brasil em suas referências à emigração e colonização alemã* Hermann Blumenau relata sobre as florestas que compõe a região sul do Brasil, descrevendo suas árvores comparando-as com as formações florestais européias.

Não se deve imaginar que a floresta sul-brasileira se compõe exclusivamente de árvores muito grandes, excetuando-se as figueiras selvagens e as araucárias, cujos troncos são às vezes de uma altura e grossura monstruosas. No geral, o diâmetro dos troncos é igual ao de uma floresta alemã desenvolvida, porém a parte aproveitável desses troncos alcança uma altura maior até o início dos primeiros galhos. A grossura dos troncos depende da proximidade de outras árvores e da fertilidade do solo, tanto mais grossos troncos, mais próximas às árvores, mais valiosas as madeiras, tanto maior, portanto, o rendimento para todos os tempos, mas também maior é o trabalho da derrubada. Há uma diferença muito grande entre a floresta do sul do Brasil e a tropical, principalmente nas baixadas fluviais, freqüentemente alagadas. Na Europa, dificilmente se conseguiria fazer idéia desta última.¹⁹

Esta última afirmação, quanto à dificuldade dos europeus em compreender esta floresta meridional brasileira reforça a idéia de que a floresta pode possuir significados diferentes em cada cultura. Possivelmente, mesmo aqueles emigrantes europeus mais integrados e identificados com o que entendiam como floresta não tiveram facilidade na adaptação inicial ao “novo ambiente”. Para o Dr. Blumenau, as poucas semelhanças entre uma floresta alemã desenvolvida e a floresta sul brasileira encontravam-se no diâmetro da maior parte das árvores. Neste pequeno trecho de sua obra, Hermann Blumenau observa as perspectivas para o comércio de madeiras, embora destaque que o rendimento no corte destas árvores seja maior, as dificuldades na derrubada também são maiores que na Europa. Alguns anos mais tarde, o comércio de madeiras tornou-se uma das atividades onde o contato dos imigrantes com a floresta foi mais intenso e longo. Esta era também uma das áreas mais lucrativas. No ano de 1862, por exemplo, verificava-se significativo crescimento

¹⁸ BLUMENAU, Hermann. Carta aos pais, 21 de abril de 1848. In: FERREIRA, Cristina e PETRY, Sueli. (ORG.) *Um alemão nos Trópicos – Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Instituto 150 Anos, 1999. p.35.

¹⁹BLUMENAU, Hermann. *Sul do Brasil em suas referências à emigração e colonização alemã*. In: FERREIRA, Cristina e PETRY, Sueli V. (ORG.) *Um alemão nos Trópicos – Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Instituto 150 Anos, 1999. p.75.

no número de serrarias em Dona Francisca, registrando um grande aumento na exportação de madeiras serradas.²⁰

Pe. Arcângelo Ganarini, em sua obra *Noticias de Brusque e Nova Trento* (1880)²¹, refletiu sobre as dificuldades dos primeiros europeus estabelecidos no vale do Itajaí Mirim em se habituarem à vida na floresta sul brasileira. O “olhar” deste tirolês italiano sobre a floresta, entendia-a como algo assustador e misterioso. Assim, apresenta-nos mais uma forma como a mata da região poderia ser percebida pelos europeus que por ela passaram.

Interessante é agora conhecer-se as aventuras de viagem dos primeiros que por ela transitaram com a família e bagagem, agravadas pelo temor de animais ferozes e cobras venenosas e sob a apreensão de acharem-se assim internados em tão sombrias florestas e longe dos povoados. É indefinível a sensação que experimenta todo aquele habituado à vida da cidade ou de povoado ou somente de terras cultivadas, onde a vida se espraia por longo trato, ao sentir-se como sepultado entre árvores gigantescas, sem uma casa, sem uma nesga de terreno que apresenta vestígios de cultura humana.²² [...] Por toda parte a mesma monotonia da floresta, impedindo o exame da configuração do terreno em que encontramos ocasiona tristeza, que aumenta com os bramidos estranhos nunca ouvidos por quem não seja dos mais corajosos. Por mais de uma vez tem-se visto famílias, dois ou três dias após sua partida para as terras distantes, voltarem atrás ao primeiro sítio, por não terem podido resistir ao terror de encontrarem-se em um lugar tão ermo.²³

O viajante Robert Avé-Lallemant, natural de Lübeck, visitou as colônias do vale do Itajaí e norte de Santa Catarina em sua viagem a então Província de Santa Catarina em 1858. As florestas foram alvo de grande parte de suas observações relatadas em sua obra *Viagens para Província de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*. Em sua passagem pela colônia Dona Francisca assim relatou: *muito me chamou atenção a ordem existente na colônia. Uma grande planície conquistada à mata virgem, de um lado à margem do rio, do outro cercado por volumosas colinas e pela mata virgem, é cortada, em ângulos retos, por estradas conservadas enxutas por meios de valas laterais.*²⁴

Suas impressões já incluíam a interferência dos imigrantes nas transformações da floresta existente. A região onde foi fundada a colônia Dona Francisca e onde hoje está a cidade de Joinville possui um solo bastante alagadiço e úmido. Esta característica foi observada por Avé-Lallemant em um de seus passeios pelas terras da colônia.

²⁰ Idem: p.231.

²¹ GANARINI, Dom Arcângelo. *Noticias de Brusque e Nova Trento. Revista Blumenau em Cadernos*. Vol 1/ 11, 1959.

²² Idem: Vol.2, p.38.

²³ Idem: Vol.3 p.59.

²⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens para Província de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*. São Paulo Ed. Itatiaia, 1980. p.181.

Quando se anda, essa frouxidão do solo é muito sensível, especialmente para quem vai na frente. A cada momento a gente atola a perna até o joelho no lamaçal, em lugares que pareciam completamente sólidos, servindo isso de advertência ao companheiro que vem atrás, além do humor que desperta, pois, todo o passeio tem algo de original, como um passeio com obstáculo.²⁵

Numa de suas incursões pela floresta nativa da Colônia Dona Francisca Avé-Lallemant percorreu diversas paisagens e não deixou de observar e relatar a presença das arapongas da região.

Ao descambar o sol é particularmente forte a gritaria da araponga, que se cala imediatamente depois do sol posto. Por isso ela é um profeta do tempo. Quando a araponga grita na orla da floresta pode-se contar com bom tempo, mas quando grita o uru nas brenhas da serra, vem chuva. Em nossa picada, na mata além do lugarejo não ouvimos mais a araponga. Apenas aqui e ali, sussurrava um pássaro assustado, na copa das árvores, ou passava murmurando, um regatinho, que tínhamos de atravessar, saltando e trepando, conforme exigiam as circunstâncias. A direção reta da picada é freqüentemente interrompida por troncos que caem sobre o caminho. Em toda parte descem, das arejadas frondes, milhares de delgadas cordas de aráceas, enquanto enchem as alturas as bromeliáceas, orquidáceas e fetos trepadores.²⁶

Estas informações demonstram o detalhamento das observações sobre a mata nativa. O vale do Itajaí também foi alvo de análise de Robert Avé-Lallemant. Em seus percursos pela floresta onde foi fundada a colônia Blumenau, parecia encarar ao mesmo tempo aquele "mundo natural" como um inimigo a ser derrotado e um paraíso poético a ser admirado.

Como deve ser soberbo o Itajaí ao tempo do carnaval, quando a mata ostenta toda sua riqueza floral e milhares de variegadas borboletas adejam em volta dos aromáticos cálices das flores e neles sorvem o orvalho do céu. [...] Penetramos na mata e, ao longo do rio, vencemos todos os obstáculos que a mata virgem oferece ao viandante. Troncos de árvores caídos formam as mais estranhas barricadas, trepadeiras trancam o caminho; é preciso contornar blocos de pedra ou empregar pés e mãos para voltar uma viçosa palmeira que pende sobre um riacho. Esse passeio é uma excursão de ginastas. Entra em ação a espingarda de caça e do alto de esbelto araçazeiro cai magnífico tucano, que fornece excelente sopa e apetitoso assado. Então começa o rio a bramir com mais violência. Saímos da mata para o leito do rio, entremeado de pedras negras, por entre as quais passa o Itajaí sussurrando numa multidão de cachoeiras. Magnífico cenário silvestre da mata virgem que, estando

²⁵ Idem: p.197.

²⁶ AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit. p.197.

nas sombreadas pedras da margem tranqüila, a gente não cansa de contemplar!²⁷

O sábio naturalista e cientista Fritz Muller, também proprietário de terras na colônia Blumenau, manifestava uma percepção diferenciada dos demais colonos em relação à mata, mas mesmo assim, não escapou de problemas dentro da floresta nativa. Um destes casos é assim relatado por ele em uma carta à Alemanha para sua irmã Röschem:

Ainda preciso contar-te que uma vez quase perdi a vida no mato. Havíamos cortado árvores e estávamos partindo os galhos espalhados no chão. Encontrava-me entre os galhos de uma laranjeira, quando ouvi chamar o meu nome e vi que o palmito que Augusto (seu irmão) estava cortando, caía em minha direção. Não pude fugir tão depressa e o tronco bateu na minha cabeça. Caí sangrando, no chão. Logo, porém, recuperei os sentidos e com compressas que fiz durante toda à tarde, melhorei bastante. Mas, ainda hoje, muito sol faz mal à minha cabeça. Cortar árvores aqui na mata é muito perigoso, pois, muitas vezes, a direção da queda dos troncos cortados é desviada por cipós e outras plantas.²⁸

Esta necessidade de derrubar e queimar a mata nativa tornava-se uma rotina constante na vida das colônias. A forma de exploração da terra era semelhante a da realidade brasileira enfrentada nas monoculturas de cana-de-açúcar e café, onde grandes áreas de floresta nativa foram destruídas. Os grandes cafezais do Vale do Paraíba e de outras regiões de grandes plantações de café destruíram grande parte da Floresta Atlântica²⁹.

Hugo Zoeller foi encarregado pelo proprietário do jornal "Koelnischer Zeitung" a viajar pelas colônias de imigração alemã no Brasil para narrar suas impressões, concluindo seus trabalhos em novembro de 1882. Sua obra revela um título bastante sugestivo e curioso para esta análise, *Os alemães na floresta brasileira*. Escreveu suas observações sobre o que encontrou em sua viagem as colônias Blumenau e Dona Francisca quase 30 anos após a fundação destas. Procurou percorrer os vários cantos das regiões de floresta nativa, preocupando-se em detalhar algumas das plantas que encontrou inclusive as espécies introduzidas pelos imigrantes no processo de "ajustamento" ao novo meio.

[...] Entre as plantas ornamentais quero mencionar as numerosas palmeiras (coco e tamareiras não vingam por aqui) na sua maioria introduzidas, entre as quais salienta a Palmeira Imperial (Maximiliana Régia) e a Palmeira Anã Européia e mais o Bambu gigante curiosamente

²⁷ Idem: p.164/165

²⁸ MULLER, Fritz. Carta para sua Irmã Röschen. In: *Centenário de Blumenau 1850 -2 de setembro - 1950*. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950. p.149.

²⁹ Sobre este assunto ver: DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo, a História e a devastação da mata atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

trazido de uma estufa da Bélgica. Aqui se desenvolveu uma variedade que dentro de alguns anos crescem em alturas gigantescas e cujo caule atinge um diâmetro de 12,5 cm. Existem agaves Kohtecn (cactus), maravilhosos Epheu (hera), violetas (em agosto), camélias (em julho), rosas (durante o ano todo), cravos, azaléias Stielmutterches etc. As árvores de maior diâmetro e alturas semelhantes ao carvalho eram as figueiras (variedade Ficus) e os cedros (fornecem madeira para caixas de charutos e é material excelente para canoas) entrelaçados por centenas de variedades de trepadeiras. Uma infinidade de plantas parasitas, (na verdade Epífitas), orquídeas, gravatás que nas bases das folhas retém água formando um habitat para um peculiar mundo de insetos e até caranguejos*. Ao seu lado a Imbaúba, a árvore mais característica, dezenas de variedades de bambus, Riziumbaum, mamonas, palmitos, mais abaixo alguns musgos, samambaias, gramíneas, framboesas europeias (morangos silvestres crescem somente no planalto) nós moscada silvestre e dezenas de outras frutas. [...] Nota-se uma abundância de palmitos (*Euterpe edulis*) miúdos da altura de um dedo até a altura de uma casa de dois pavimentos. Os brotos desta planta úteis fornecem um legume que, preparado com óleo e vinagre, é muito saboroso.³⁰

Hugo Zoeller demonstra, através de seus escritos, uma preocupação quanto a grande destruição da Mata Atlântica onde foram instaladas as colônias Blumenau e Dona Francisca.

Lamentavelmente o homem destrói desnecessariamente a natureza e somente ao atingir um nível mais elevado de cultura restaura com muito trabalho pequena parte do destruído. Também não são raras as clareiras causadas por temporais, mas nunca apresentam um aspecto tão triste como o destruído intencionalmente pelo homem.³¹

Em artigo escrito em 1900 por Richard Hinsch³², então diretor da Estação Agropecuária de Salto Weissbach, onde, além de outros assuntos, descreveu o envolvimento dos colonos agricultores com a floresta nos primeiros anos da colônia, é observada com atenção, a imagem da destruição da floresta.

Certamente, um pedaço de mata destruído por machado e fogo não causa impressão poética, nem tão pouco idílica. Os troncos amontoados

* O autor refere-se aos caranguejos dos manguezais de Dona Francisca.

³⁰ ZOELLER, Hugo. Os alemães na floresta brasileira. *Revista Blumenau em Cadernos*, Blumenau, Vol. 5, p.145, 1990.

³¹ Idem: p.145.

³² Richard Hinsch foi diretor da Estação agropecuária de Salto Weissbach. Escreveu em 1900 um artigo orientando os colonos a respeito dos procedimentos adequados para o melhor aproveitamento do solo e as atividades de preparo da terra. Este texto foi publicado no jornal *Der Urwaldsbote* em 1900 por ocasião dos cinquenta anos de Blumenau e republicado em edição bilíngüe em junho de 2000 na *Revista Blumenau em Cadernos* com tradução de Brigitte Kretzschmar.

e enegrecidos pela fumaça oferecem uma visão desoladora. As árvores mais próximas às margens da mata, com suas folhas marrons, ressecadas e sapecadas pelo fogo, guardam luto pela devastação cometida. Aqui e acolá, em meio a algum vão livre sobra uma árvore que já estava morta antes do desmatamento, esticando espantosamente seus galhos desfolhados em direção ao céu.³³

Em suas excursões pelas florestas do médio vale do Itajaí, Zoeller afirmava invejar as crianças que lhe acompanhavam de vez em quando, pois eram geralmente mais informadas que seus pais e avós sobre o mundo selvagem. Os homens especialistas em percorrer a mata fechada tiveram suas técnicas observadas pelo jornalista.

O mateiro legítimo anda descalço nas incursões, como, aliás, é comum por aqui, não por falta de recursos, mas sim por comodidade, desprezam qualquer calçado. Para abrir uma brecha no emaranhado da floresta usa-se um facão e um outro menor que é a faca de caça. Quando bem afiada cada golpe corta os galhos e cipós como se fossem manteiga ou queijo. No início se tem dificuldades, mas aos poucos se pega o jeito que consiste somente em golpear o galho ou árvore no ângulo certo. Após alguns dias de prática consegui cortar palmitos da espessura de uma perna, bambu da altura de uma casa e meia dúzia de cipós com um único golpe. Para se cortar uma árvore grande necessita-se em média duas horas. Outras árvores de espessura maior requerem dois dias de trabalho de uma pessoa experimentada.³⁴

A abundância de palmeiras nestas áreas foi freqüentemente relatada nos vários depoimentos deixados por colonos e viajantes. Troncos e folhas foram extremamente úteis para vida dos habitantes de Blumenau e Dona Francisca, principalmente aos primeiros colonos que as utilizavam na construção de suas moradias e ranchos. Os palmitos tornaram-se um legume de grande valor para alimentação destas famílias imigrantes.³⁵ Segundo Robert Avé-Lallemant, quando cozidos os palmitos assemelhavam-se aos aspargos.³⁶

Entre os alimentos retirados da floresta que fizeram parte da vida dos colonos estavam algumas aráceas* que foram assim descritas por Ave-

³³ HINSCH, Richard. Documentos originais: O desenvolvimento da agricultura em Blumenau. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, Vol. 6. p. 9, 2000.

³⁴ ZOELLER, Hugo. Op. cit. p.145.

³⁵ Idem: p.145

³⁶ AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit. p.194.

* Aráceas: Grande família de plantas floríferas, monocotiledôneas, formada por plantas mais ou menos herbáceas, embora não de raro de grande porte, e que habitam, em geral, as matas sombrias e úmidas. As plantas tem, quase sempre, rizomas tuberosos, vários deles comestíveis. Vivem sobretudo na zona tropical, e há quase 2000 espécies, numerosas brasileiras.

** Taiá: Erva da família das aráceas, originária da América Tropical e muito cultivada como alimento, de folhas longamente pecioladas, de tonalidade azulada, e que, picadas e cozidas, servem como couve.

*** Mangarito: Erva da família das aráceas, de origem incerta, produtora de rizoma farináceo e comestível, cujas grandes folhas sagitadas e cobertas de pruína azulada, e que alcança uns 50 cm de comprimento.

Lallemant: *Enquanto as múltiplas aráceas crescem nos lugares úmidos em grandes exemplares e oferecem variado alimento ao colono, como o taiá* e o mangarito***, sobe os mais altos troncos de árvore e forma folhagem nos intervalos uma arácea trepadeira, um filodendro.³⁷

Àtravés das correspondências entre colonos e seus familiares que permaneceram na Europa podemos analisar alguns aspectos sobre a forma como estes percebiam a floresta e “ajustavam-se” a ela. O colono Philipp Kirschner e seu irmão Rudolph, por exemplo, que emigraram da Alemanha para Colônia Blumenau em 1854, nos anos seguintes passaram a escrever para o irmão Luís, que permanecera em Berlim, informando detalhes da situação em que viviam. Em carta escrita em julho de 1856, Philipp relembra a situação difícil que passaram no ano anterior, mas, declara que a vida na “nova terra” havia melhorado. Observamos neste depoimento a presença da idéia de floresta como adversária ao desenvolvimento ao destacar que a mata nativa tinha sentido o efeito dos machados e cedido lugar a campos produtivos e a plantações de cana-de-açúcar e de café. Para ele uma das causas do bom desenvolvimento da colônia Blumenau era o fato de esta ser habitada quase que exclusivamente por alemães. Rudolph Kirschner, numa de suas correspondências, procurou descrever a mata blumenauense e suas possibilidades econômicas, o que demonstra-nos uma das formas como a floresta poderia ser compreendida.

As florestas de Blumenau são ricas de grandes árvores e como a colônia é cortada de cursos d'água, há facilidades para instalação de engenhos de serrar. As tábuas são muito procuradas e podem ser serradas à vontade. [...] A natureza ostenta sempre o seu magnífico verde, só que no tempo do verão o verde é mais escuro do que nos meses de inverno.³⁸

A caça é uma interessante atividade para compreendermos as transformações do significado da floresta da Europa para o sul do Brasil. De prática exclusiva dos nobres na Europa, as caçadas de animais selvagens tornaram-se possíveis aos mais humildes imigrantes nas florestas meridionais brasileiras. A caça é incorporada como uma das principais atividades de lazer dos colonos. Nos seus passeios pela mata, Hugo Zoeller preocupou-se em observar os animais selvagens e as possibilidades de caça para os colonos.

As condições de caça não são regulamentadas e a existência de caça é esporádica. Num ponto, abate-se milhares de animais; noutra, procura-se em vão por dias e semanas caças. Eu encontrei no mato somente beija-flores verdes, papagaios de cor verde e cinza, periquitos, arapongas, lagartos, sapos-boi (do tamanho de um gato) e rastos recentes de um cervo maturo escutei uma vez ao longe o bramido dos monos, mas o

³⁷Idem: p.192.

³⁸KIRCHNER, Philipp e KIRCHNER, Rudolph. Interessante Correspondência. *Blumenau e Cados*. Blumenau, Vol. 7. p.199/200, 1996.

que mais me agradou foi a visita a um lindo representante dos jardins e das florestas brasileiras em meu quarto. [...] Era um beija-flor verde e branco do tamanho da falange do meu dedo.³⁹

W. Lacmann em sua obra "Ritte und Rasttage in Südbrasilien - Reisebilder und studien aus dem Leben der deutschen Siedelungen",⁴⁰ publicada em 1906, descreve a ocasião em que tomou parte de uma "turma de mato", liderada por um agrimensor e que tinham a tarefa de medir terras na região da Hamônia (Ibirama). Neste contexto, subindo o rio Hercílio a bordo de uma canoa, relata em pormenores aspectos da fauna e flora. Fica evidente, em sua curta descrição, que a caça acontecia à medida que a "turma de mato" se deslocava em seu trabalho habitual. Não se parava o trabalho para caçar em busca de provisões. Lacmann descreve seu "primeiro jantar" num rancho montado para passar a noite, jantar este com carne de jacu, abatido à margem do rio, à medida que as canoas avançavam. Relata ainda, que no dia seguinte, os dois cães que faziam parte da "expedição", em determinado momento, mostravam-se agitados por terem farejado alguma caça. Soltos na margem, logo localizaram um veado, o qual acuado, atirou-se no rio, onde foi abatido a tiros, reforçando substancialmente as provisões do grupo.

De acordo com Lacmann, o ato de caçar, fazia parte do cotidiano de trabalho do colono na mata, visto que normalmente se fazia acompanhar de uma arma de fogo. Era uma maneira de garantir ou enriquecer a alimentação.

Percebemos que esta atividade representava mais um passo no "ajustamento" entre colonos e a mata nativa do "novo ambiente". Um exemplo disso é a fundação de sociedades de caça e tiro em várias colônias. Estas associações passaram a organizar freqüentes festejos junto às florestas. Um "velho colono" blumenauense assim relatava suas memórias:

A Primeira "Casa dos Atiradores" era muito modesta, mas satisfazia seus objetivos. Tudo ao redor ainda era floresta e, por isso, as festas se realizavam à sombra refrescante das frondosas árvores. Nos dias festivos, eram montadas barracas uma ao lado da outra, protegidas pela espessa folhagem das árvores gigantescas, que filtravam os raios do sol. As paredes das barracas eram de "ripa", provenientes dos palmitais, e o teto coberto com folhas de palmeiras. Ao local acorria toda Blumenau, tornando-se um verdadeiro acontecimento popular.⁴¹

Para entendermos melhor o que passou a representar esta floresta sul brasileira na vida destes colonos, verifica-se que a floresta chegou a emprestar o título ao maior jornal na colônia Blumenau: *Der Urswaldbote*, ou seja, "O

³⁹ ZOELLER, Hugo. Op. cit. p.146.

⁴⁰ LACMANN, Willhen. *Ritte und Rasttage in Südbrasilien - Reisebilder und studien aus dem Leben der deutschen Siedelungen*. Berlin: Verlag Diertrich Reimer, 1906.

⁴¹ Conversa de um Velho Colono Blumenauense. Joinville: Calendário *Der Volksbote*, 1903. In: DEEKE, José. *O município de Blumenau e a História de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995. p.71.

correio da selva". Outros vários textos, de colonos ou viajantes, identificavam a vida nestas colônias como a vida nas florestas, com esta aparecendo como adjetivo comum em vários depoimentos. Um exemplo disso é o texto de Hugo Zoeller, aqui analisado, conhecido como *Os alemães na floresta brasileira*. Podemos perceber que este sentimento de habitantes da floresta foi incorporado a vida dos colonos.

Enfim, procuramos, através deste artigo, refletir sobre as possíveis formas de compreensão da floresta. Observamos que as transformações na forma em que os colonos percebiam a floresta meridional brasileira ocorreram através de um "ajustamento" entre ambos.

Portanto, a interação com o "novo ambiente" representou importantes mudanças culturais para os imigrantes. A floresta, que inicialmente era encarada como uma inimiga a ser derrotada, passa aos poucos a ser aliada dos colonos. Em diversas propriedades rurais foram mantidas pequenas reservas de mata nativa e que ainda hoje podem ser observadas. Durante muitos anos, eram destas florestas que saíam cabos para suas ferramentas, o material necessário para uma residência ou galpão, o alimento proveniente das caças, etc.

A HISTÓRIA ANTIGA E A CONSTRUÇÃO DAS NAÇÕES EUROPEIAS

Fábio Adriano Hering

Doutorando em História - UNICAMP

Resumo:

Este artigo busca compreender os Estudos Clássicos no contexto da formação das nações modernas europeias.

Abstract:

This paper aims at studying classical studies in the context of building modern nation state in Europe.

Palavras-chave: estudos clássicos - nacionalismo - historiografia

Keywords: classical studies - nationalism - historiography

“Lemos (ou vemos) Sófocles depois de termos lido (ou visto) Shakespeare, assim como admiramos a escultura grega arcaica com olhos e mentes que já viram Michelangelo e Henry Moore”.

M. I. Finley

A civilização ocidental, argumentou Momigliano (1984: 9), não simplesmente herdou dos gregos a História mas “elegeu-a, conscientemente” (assim como outras atividades intelectuais e outros gêneros literários), como um modelo ao qual se recorre, hoje, para satisfazer determinadas necessidades de expressão verbal. Os escritos gregos, de uma maneira geral, como expôs Lesky (1985: 17), chegaram até nós por processos históricos diversos, “determinados por fatores políticos e culturais” – avaliação que, supõe-se, pode ser estendida à tradição de interpretação dos mesmos. Por um lado, à crença geral na idéia que pressupõe estar entre os gregos antigos (progenitores do “pensamento lógico”, a “única forma possível de pensamento”) a gênese histórica “do pensamento europeu” deve-se parte da responsabilidade no processo de transmissão e de interpretação da cultura helênica (Snell, 2001: xvii). Por outro lado, ao posicionamento político dos helenistas dos séculos XVIII e XIX, eminentemente nacionalista, cabe um outro quinhão dessa partilha (Bernal, 1987: 281-336).

“A palavra História é uma palavra velhíssima”, escreveu Marc Bloch (1965: 24-25), e o fato dela ter permanecido “tranqüilamente fiel ao seu nome helênico”, adita o estudioso, não significa que seja “igualzinha à que escreveu Hecateu”, ou mesmo Heródoto. O ponto mais visível e revelador desse afastamento (não apenas pela proximidade cronológica mas por situar histori-

camente a própria institucionalização acadêmica da disciplina) é bem expresso por Foucault (2000: 508-514), em *As Palavras e as Coisas*: no século XIX, a História teria experimentado, graças à “grande reviravolta” da *epistême* ocidental”, que fragmentou o espaço do saber em uma centena de ramos especializados, uma fratura na linha de continuidade que a ligava aos “confins da idade grega”. Essa “virada epistemológica” descrita pelo autor francês, como esclarece Munslow (2000: 1-4), fomentada pelo pensamento moderno, teria estabelecido no mundo ocidental a idéia de que é possível, por meio da observação da evidência empírica e da inferência do seu significado imanente, dar forma a um discurso que pudesse representar o passado “como ele realmente aconteceu” (de acordo com a tão discutida expressão de Ranke).¹ Tal confiança na “descrição positiva do passado”, segundo Funari (2001: 4-5), foi o que guiou a História ao *status* de ciência e o que promoveu, naquele período, o progressivo abandono de sua postura como uma forma literária. O estudo da Antigüidade Clássica, que se denominou, em alemão, *Altertumswissenschaft*, termo transposto para o inglês como *Classics*, foi, ainda segundo Funari (1999a: 31 e 32; 1995: 16), a “primeira História a surgir, no sentido moderno do termo”, fundada sobre a crítica documental e suportada pela erudição filológica; a “História que todos nós, historiadores *lato sensu*, praticamos” hoje – fruto da “moderna reorganização do saber acadêmico” – herdou dela seu estatuto científico.

O estudo da antigüidade clássica, como lembra Bernal, em seu livro *Black Athena*, erigiu-se em território prussiano, em 1809, como uma das reformas que visavam reconstruir a moral do povo e opor resistência à ameaça representada pela Revolução, logo após a derrota imposta por Napoleão. O programa de formação educacional (*Bildung*) de Wilhelm von Humboldt, aristocrata recém empossado no cargo de ministro da educação, tinha como pressuposto, face à “fragmentação imposta pela sociedade moderna”, que o estudo da “Antigüidade em geral e dos gregos em particular” poderia guiar os estudantes (os jovens líderes da Alemanha, mais especificamente) na tarefa de reabilitação do espírito nacional e do orgulho étnico germânicos (Bernal, 1987: 282-288). Nesse programa, em uma representação adequada às ideologias do período (o romantismo, o racismo e o conceito de progresso), a Grécia era vista como o berço da civilização europeia; o homem grego, como o fruto perfeito e homogêneo de uma “raça” superior de origem ariana. A antiga concepção da Hélade como o “caldeirão do Mediterrâneo Oriental” foi paulatinamente tornada indigesta ao paladar europeu, sendo, assim, no decurso do século XIX, substituída pela idéia de que a cultura grega desenvolvera-se, principalmente, como o resultado de uma ou mais invasões de povos

¹ Gay (1990: 69-71) argumenta que esta expressão (um dos célebres aforismos de Ranke, “muito criticados e bastante incompreendidos”) é, “em essência”, um apelo “ao método científico” (de acordo com a tradição iniciada por Newton e Bacon), em que ele nega “qualquer pretensão a pintar quadros literários, atribuindo-se uma tarefa mais humilde (...): se concentrar no que se poderia conhecer da maneira confiável”; propondo uma análise *objetiva* das fontes e tendo como pressuposto que os indivíduos “de todas as épocas” poderiam ser vistos “em seus próprios termos” (“um apelo solene à empatia”).

conquistadores de língua indo-européia, oriundos das regiões do Cáucaso – concepção esta debitária mais do “meio intelectual do período” que da referência à qualquer evidência empírica (arqueológica ou escrita) então disponível (Bernal, 1994: 119-122). Tal “modelo explicativo”, concebido pelo que se poderia chamar de “o ‘pecado’ ou erro do racismo e do anti-semitismo” (fundado no que Bernal (1994: 125) denomina, ironicamente, de “princípio histórico universal da desigualdade das ‘raças’”), deu forma a um culto da Antigüidade Clássica, que, segundo Funari (1999a: 34), estabeleceu interpretações tendenciosas e fomentou posicionamentos políticos discriminatórios.

A idéia de que os grupos humanos seriam “entidades primordiais essencialmente distintas, caracterizadas por qualidades físicas [e/ou culturais] específicas”, foi, de acordo com o que Jones (1997: 41) expõe em *The Archaeology of Ethnicity*, o pressuposto, assumido pelas “ciências do passado”, que mais contribuiu na “significativa mudança no estudo da humanidade”, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX. Essa espécie de “taxionomia da diferença” tinha, não por acaso, relação direta com as concepções evolucionistas então correntes, que tomavam a capacidade da fala como o elemento distintivo da espécie humana (concepção que, já durante a primeira metade do século XX, teria em Childe (1981: 40) um de seus maiores representantes): a partir dessas bases, e sob o influxo ideológico do pensamento romântico, a idéia de que cada língua seria a manifestação tangível de uma cultura e de um grupo étnico específico, identificável em sua diversidade seja por meio de sua cultura material, de seus atributos físicos ou de sua língua, desenvolver-se-ia no âmbito das ciências do passado, tomando forma, principalmente, no conceito de “raça” (Kluckhohn, 1951: 170).² Independentemente da forma que assumiria, nos diversos contextos geográficos e intelectuais da Europa (inclinando-se uns em favor de uma abordagem etnológica, outros, antropológica), este conceito estabelecer-se-ia como o “modelo dominante”, em boa parte da literatura especializada do século XIX, para se conceituar grupos humanos; fossem eles compreendidos tanto em termos lingüísticos quanto nacionais ou culturais (Jones, 1997: 40-43).

As idéias de Johann Gottfried Herder (1744-1803), arauto daquilo que Hobsbawm, em *Nações e Nacionalismo desde 1780*, denominou de “nacionalismo étnico”, são bastante representativas das implicações ideológicas aventadas pelo conceito de “raça”. Para ele, esta seria a *fonte*, as *raízes* sobre as quais teria se erigido o “caráter dos povos”; da mesma maneira que, em uma analogia bem ao gosto do pensamento romântico, “a água de uma nascente” teria recebido do solo “a sua composição, as suas qualidades atuantes e o seu sabor” (Herder: 1984: 43-44). O pensamento romântico – visto aqui como um dos resultados da desilusão dos povos do norte da Europa com os ideais revolucionários e com a razão de corte iluminista – se caracte-

² De acordo com Celia Maria M. de Azevedo (2000: 12), o “conceito de ‘raça’”, que “é uma mistificação pobre com efeitos formidáveis, (...) e que constituiu o fulcro de uma das formações ideológicas mais poderosas da história”, deve vir sempre “entre aspas”.

rizou tanto pela “evasão” a um passado utópico (Hauser, 1995: 672) quanto pelas referências ao caráter “monumental” da natureza (Janson, 1986: 595). Por este lado, o quadro *Vapor numa Tempestade de Neve*, pintado em 1814 por William Turner, é bastante representativo de alguns dos “lugares comuns” associados ao romantismo, e expõe, de uma certa forma, a disposição de espírito e a carga ideológica que conduziu as outras categorias de produção intelectual que lhe foram contemporâneas, com sua marcada ênfase nas distinções étnicas entre os povos.³ A tela em questão, dominada por uma vigorosa sensação de movimento, onde mal se pode distinguir (de acordo com o que sugere o título) o tumulto do mar do despencar furioso da neve, apresenta uma cena carregada de dramaticidade, onde, em seu centro, entre “a arremetida do vento e o impacto das ondas”, pode-se vislumbrar: a “impressão do casco escuro” de um navio a vapor, de sua “bandeira se agitando bravamente no mastro”. Como bem observa Gombrich (1993: 389-393): “não se poderia reconstruir um barco a vapor do século XIX com base na marinha de Turner”, mas é possível admirar o esforço quase heróico do artista, que pôde *representar* as forças da natureza de uma forma tal que se pode crer que ele as tinha sob seu domínio. Para o historiador G. M. Trevelyan (1980: 416-417), que escreveu sua *English Social History* em 1942, a “escola de pintores paisagistas”, da última década do século XVIII, que retratava o gosto geral pelas terras montanhosas e pelo mar (para onde “multidões cada vez maiores dirigiam-se, por motivos de saúde ou em busca de prazer mental”), se não se assenhorava da natureza em si ao menos retratava o sentimento de nostalgia para com os então ícones da vitória humana sobre o mundo selvagem. Esta opinião, bastante reveladora da confiança depositada na capacidade empreendedora de determinados povos (o britânico, no caso), reproduz, de maneira subliminar, o pensamento herderiano, que via os povos de determinadas nações modernas como o fruto de “raças” vitoriosas, depuradas em um longo processo histórico, que teriam mantido seu viço e constância mesmo após (ou apesar de) contatos com outros grupos raciais (Herder, 1984: 44).

A palavra *nação* é, nas línguas românicas em geral, como coloca Hobsbawm (1998: 29), vernáculo derivado do substantivo latino *natio* (de *natus*, nascido, dado à luz): carregando em seu corpo semântico, portanto, as idéias correlatas de nascimento e grupo de descendência. A definição que o respeitado *The Oxford English Dictionary*, de 1933, apresenta para este conceito – “um extenso agregado de pessoas, intimamente associadas entre si por descendência, língua ou passado comuns, formando uma ‘raça’ ou povo específico, organizadas em um Estado político separado e ocupando um

³ Compreende-se que a idéia de “identidade étnica” aventada no período em questão, pode ser circunscrita, de maneira apropriada, pela definição proposta por Jones (1997: xiii): “a maneira que as pessoas têm de se auto identificarem como grupo, seja em termos de diferenças culturais observáveis ou de descendência comum [em termos *raciais*, portanto], diferenciando-as de outros grupos que não compartilham da mesma identidade”.

território definido” – é, reveladoramente, acompanhada da seguinte afirmação: a idéia de “raça”, nos “primeiros exemplos que se tem notícia”, era “freqüentemente mais marcada que a de grupo político”. O cenário apresentado por Trigger, em seu livro *A History of Archaeological Thought*, recompõe o lugar histórico a que o dicionário de inícios do século passado se refere: o de uma Europa do período posterior à revolução industrial, onde a crescente competição por mercados e matérias-primas e as cada vez maiores ondas de descontentamento social fizeram declinar, de uma maneira significativa, a fé nos benefícios do progresso tecnológico. A idéia de evolucionismo cultural (ícone dessa sociedade em constante mutação), associada ao que era, agora, fonte de caos e destruição, foi, segundo Trigger (1994: 148 e 150), preterida (mesmo que não abandonada de forma radical) em favor da pressuposição de que os caracteres distintivos de certos grupos humanos seriam, isso sim, “diferenças raciais essencialmente imutáveis”. Tornou-se, então, tarefa da História e da Arqueologia (daquela, em um primeiro momento, com a recorrência aos documentos escritos; desta, posteriormente, buscando na cultura material soluções para os problemas suscitados pelos textos) a busca de uma “Idade de Ouro” (um “passado glorioso”) representativa da “herança biológica comum” que caracterizaria o “laço genético” entre os indivíduos de uma vitoriosa “nação moderna” (Díaz-Andreu, 1999: 164; Trigger, 1994: 151).

Díaz-Andreu, em seu artigo “Nacionalismo y Arqueología: del Viejo al Nuevo Mundo”, publicado em 1999, funda sua exposição sobre a seguinte hipótese: “a profissão de arqueólogo” – como um discurso institucionalizado, sistematizado e hierarquizado a respeito do passado, e circunscrito a uma prática acadêmica bem delimitada e reconhecida (como o é, também, a História) – “não existiria se o nacionalismo não houvesse triunfado como ideologia política” (Díaz-Andreu, 1999: 163). O governo de cada nascente nação européia, como coloca Trigger (1994: 150), fomentou ou obstou, de fato, pesquisas arqueológicas de acordo com seus próprios interesses políticos, buscando conduzir a promoção de um sentimento de identidade étnica que favorecesse a coesão nacional. Nesse sentido, o caso de Gustav Kossina, que usou a equação entre as idéias de língua, “raça” e cultura material na identificação apologética dos ancestrais do povo germânico (Funari, 1999b: 164), é bastante representativo daquilo que Díaz-Andreu & Champion, no capítulo introdutório da obra por eles organizada, *Nationalism and Archaeology in Europe*, de 1996, expõem: a transformação gradual da História (até então um mero passatempo de espíritos idealistas e diletantes), a partir do século XVIII, por força do “nacionalismo político”, em uma “espécie de *empresa patriótica*”. A considerável “importância política” e ideológica da investigação sistemática do passado, lembram Díaz-Andreu & Champion (1996: 04), pode ser aquilatada por meio da extensa organização de instituições criadas pelos governos europeus para *educar e conscientizar* seus cidadãos e legitimar “a existência do estado na base de sua identidade com a *nação* e com sua *base territorial*”: museus, universidades, monumentos, entre outros. Tais instituições,

como coloca Hobsbawm (1984: 22), em *A invenção das Tradições*, foram *construídas*, ou *inventadas*, para favorecer o estabelecimento da *nação*, como inovação histórica moderna; da mesma maneira que o foram “os símbolos nacionais” (as Armas, os Hinos e os Heróis, para só citar os mais evidentes) e as próprias “interpretações históricas” e arqueológicas.

Um excerto do arcadista lusitano Nicolau Tolentino de Almeida é citado pelo *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de 1952, organizado e editado por Caldas Aulete, como um exemplo claro da íntima associação existente entre a idéia de “nação” (como o lugar onde se nasce) com a de “língua pátria”⁴ (como a língua falada por um povo que nasceu em um determinado Estado nacional): “À pátria língua infiel, és da nação o desdoiro”; a traição para com a língua natal seria, então, um agravo para com a nação como um todo. A lúcida e direta equação entre língua e nação, manifestada, em tom poético e exagerado, por um português letrado do século XVIII, preconiza, de maneira reveladora, o papel atribuído às línguas nacionais no estabelecimento da idéia moderna de *nação*: *representar* o orgulho de um grupo, como símbolo de união e meio difusor de sua cultura. Conceito erudito, representativo de uma língua falada por uma minoria culta, imposto *de cima para baixo* e não vivido pela população como um todo, a “língua nacional” (que, junto com a idéia de *grupo étnico*, é um dos conceitos mais associados à definição de *nação*), é, de acordo com Hobsbawm (1998: 19, 68, 74 e 76), também, uma invenção, precedida pelo nacionalismo como ideologia política. A institucionalização das diferentes *línguas nacionais*, como *estruturas intelectuais* associadas a um programa ideológico bem estruturado, é, de acordo com Díaz-Andreu (1999: 164), um dos resultados mais representativos da “ascendência de parte do terceiro estado, a *intelligentsia*”, ao governo dos *Estados Nacionais* europeus, no período posterior à “ruptura com o Antigo Regime”, quando se configurava como possível, então, a “abolição da monarquia” e a instituição dos governos republicanos. Humboldt, que publicou seu célebre artigo “A respeito do estudo da Antiguidade e dos gregos em particular” no mesmo ano em que Luís XVI foi julgado e condenado pela Assembléia Nacional da recém fundada República Francesa, é, propõe-se, um exemplo claro do traço conservador e reacionário associado com essa *troca de poder*. Seu *programa educacional*, voltado (embalde qualquer alegação em contrário) para uma elite meritocrática temerosa seja dos horrores perpetrados pela Revolução Francesa seja pela dominação estrangeira representada pelo exército napoleônico, apoiava-se na *pré concepção* de uma superioridade lingüística e racial, proposta como verdade irrefutável para o caso modelar da Grécia e estendida arbitrariamente para a Alemanha (Bernal, 1987: 285 e 288).

A *nação alemã* do século XVIII – dividida em uma “multiplicidade de principados e Estados” – não era outra coisa, lembra Hobsbawm (1998: 77), senão “um conceito puramente cultural”. Nas crônicas medievais, lembra

⁴ Segue-se aqui, de acordo com Díaz-Andreu (1999: 164), a proposição, simplificadora, de uma íntima associação do conceito de pátria com o de nação.

Sommer (2000: 126 e 127), os diferentes *grupos germânicos* construíam sua identidade, cada um por sua parte, buscando referências históricas nas tribos ou nos heróis, fossem da *Bíblia* ou da literatura clássica. Até o século XVIII, não havia, de acordo com este autor, registros da expressão “povo germânico” (entendida como a totalidade dos diferentes grupos), denunciando a inexistência de uma consciência nacional alemã; o que só surgiria, pouco a pouco, depois da invasão francesa, que colocaria a nu a vulnerabilidade decorrente dessa falta de unidade.⁵ A formação dessa *consciência nacional* deve ser tomada no contexto de uma das mais agudas crises de identidade experimentadas pelos povos de língua germânica: enquanto a França era, tanto militar quanto culturalmente, a *ponta de lança* do cenário europeu, a Alemanha, por sua parte, era um país fragmentado politicamente, experimentando um retrocesso econômico e um depauperamento militar sem precedentes; crise que ecoava ainda os resultados da Guerra dos Trinta Anos. O cenário intelectual decorrente desse panorama político-econômico era o que segue: nos círculos cultos e aristocráticos não se falava ou lia-se em alemão, mas latim ou francês; face a isso, Leibniz chegou a manifestar o temor de que a língua alemã, correndo risco mortal, jamais formaria um discurso literário ou filosófico digno de reconhecimento. A “resposta mais significativa para esta crise”, por parte dos intelectuais alemães do período, foi, como expõe Bernal (1987: 205-206), tentar “voltar a Alemanha às suas raízes culturais”, buscando, assim, criar, em seu próprio território e a partir de seu povo, uma autêntica civilização germânica.

A afirmação das identidades étnicas foi (como já visto acima com o exemplo de Herder) uma idéia de inspiração romântica fundada sobre a distinção entre as “raças”. Esta, no contexto de um cenário europeu voltado à conquista imperialista do mundo *não civilizado*, foi alçada ao *status* de verdade por meio do testemunho *inquestionável* de Aristóteles (*Política*. VII.7), que via a localização geográfica e as características climáticas de uma região como fatores determinantes na constituição de um tipo humano intelectualmente superior e politicamente habilitado (o que foi ressaltado pelos intelectuais do período como uma espécie de apologia das “raças” *superiores*, justificando, dessa maneira, o imperialismo europeu e a escravização dos povos ditos *inferiores*) (Bernal, 1987: 201-202). Os pensadores daquele período tomaram, nesse sentido, como o lugar geográfico que teria favorecido o desenvolvimento de uma “raça” superior, em consonância com algumas das representações pictóricas do romantismo, o mesmo cenário que, retratado de maneira idealizada pelos pintores, era, de fato, o ícone do isolamento político e cultural dos povos do norte, em uma comparação com o centro da Europa: as regiões altas das montanhas nebulosas e geladas; das quais o quadro *Paisagem nas Montanhas da Silésia*, de Caspar David Friedrich (1774-1840), é um bom exemplo (Gombrich, 1993: 392 e 394). Não por acaso, a filologia histórica, durante o século XVIII, como expôs Bosch-Gimpera (1989: 10), “identificou”,

⁵ Para Sommer, teria sido o filósofo nacionalista J. G. Fichte quem, em 1807-8, primeiro deu forma a uma “consciência alemã”, em oposição à uma prussiana, saxã, etc., nas suas “Orações à Nação Alemã”.

no vale do Danúbio ou no Norte da Europa, a matriz cultural e étnica de uma das duas ramificações do “primitivo tronco indo-europeu” (representadas pela sua maneira particular de formar a palavra *cento*): as línguas e povos *centum*, identificados com os indo-europeus ocidentais – gregos, ítalo-celtas e germanos. A confiança que os filólogos alemães (ou pelo menos alguns deles) depositavam na cota que lhes cabia dessa “herança cultural” é bem manifesta pelo termo que cunharam para designar o tronco do qual teriam derivado todas as línguas superiores do passado europeu: “indo-germânico” (Bernal, 1987: 227).

Os modelos de tronco e família lingüísticos, inspirados no evolucionismo darwiniano, foram criados, ainda em inícios do século XVIII, pela lingüística histórica, em uma analogia com a natureza, tão ao gosto do pensamento romântico: organismos vivos, enraizados em seu próprio solo, sustentados pelo meio ambiente, crescendo quase indefinidamente; árvores progridem e nunca regridem, têm um passado simples, nuclear, e um presente e um futuro complicados e ramificados. Dessa maneira, ligada intimamente a um determinado “local, paisagem e clima”, uma língua, expõe Funari (1999b: 162), cuja “essência” não seria alterada por contatos históricos”, pensavam os românticos, deveria ser a “expressão individual” de um povo específico. O interesse pela cultura e pela linguagem iranianas e indianas, resultante da penetração francesa e britânica naquele “subcontinente”, coloca Bernal (1987: 227-228), teria guiado à conseqüente constatação de afinidades, identificáveis tanto nas raízes verbais quanto nas formas gramaticais, entre o sânscrito e as línguas européias, logo “explicadas” pela tese de uma “origem comum” (Funari, 1999b: 162). Uma “raça”, ariana, seria portadora dessa língua, e esse povo (designado pelos especialistas franceses e ingleses de indo-europeu)⁶ foi logo considerado superior por fatores lingüísticos. Schlegel (que transpôs o entusiasmo britânico pelo estudo do sânscrito para as terras de língua germânica) (Bernal, 1987: 230), com sua certeza no progresso futuro das ciências filológicas e históricas (Dilthey, 1984: 271), distinguiu, de acordo com Funari (1999b: 163), dois tipos de língua:

as nobres, flexionadas, de origem espiritual, que permitiam o desenvolvimento da inteligência e o pensamento abstrato e universal, como as línguas indo-européias, e as línguas não-flexionadas, de tipo animalesco, como todas as outras.

De acordo com Hobsbawm (1998: 34), o espírito nacionalista alemão foi estabelecido, da mesma maneira que o conceito de *grupo étnico*, de acordo com uma orientação preponderantemente lingüística. Para este autor, diante do fato de que os povos germânicos, divididos em seu próprio território, também

⁶ Os desenvolvimentos ulteriores da Arqueologia, na investigação dos laços culturais entre os diversos povos representados pela língua indo-européia, guiará à conclusão de que “a entidade lingüística corresponde parcamente às evidências raciais e culturais”. In (Bray & Trump, 1982: 120).

se encontravam distribuídos por parte da Europa central e oriental, intelectuais daquela extração étnica teriam, então, argumentado que: “a língua seria o único indicador adequado da nacionalidade”. Assim, na Alemanha, da mesma maneira que na Itália, afirma este autor, a *língua oficial* da nação “não era meramente uma conveniência administrativa”, mas, o “argumento central” na criação, por parte da *intelligentsia*, de um “Estado unificado nacional” (Hobsbawm, 1998: 127). O retorno às “autênticas raízes germânicas”, preconizado como resposta à já citada crise de identidade do século XVIII, configurou-se (não de maneira exclusiva, mas preponderante) de acordo com essa orientação do nacionalismo alemão, buscando na Grécia o espelho de uma suposta ancestralidade e superioridade germânicas. Malsucedidas as tentativas de se levar a termo a idéia de um Sacro Império Romano Germânico, e face às analogias feitas ao poder representado pela França (Paris, capital de um país católico que falava uma língua de extração latina, era tomada como a “Nova Roma”), restava à Alemanha, então, construir-se como uma espécie de “Nova Grécia” (Bernal, 1987: 214). Um paralelo era bastante tentador: “a triste sorte das cidades-Estado gregas, sujeitas a lutas fratricidas e, depois, à conquista estrangeira”, como expôs Finley (1989: 128-129), em seu artigo “Os gregos antigos e sua nação”, tornou-se, por exemplo, “uma lição favorita na batalha ideológica para a unificação” da Alemanha.

“A nação moderna” – que deve, segundo Díaz-Andreu (1999: 163), ser compreendida por sua “objetiva modernidade” em contraposição à sua “subjéctiva antigüidade” – é, como afirmou Hobsbawm (1998: 63), uma “comunidade imaginada” que tem como objetivo principal “preencher o vazio emocional causado pelo declínio (...) de relações ou comunidades humanas *reais*”. As lutas nacionalistas, em que poloneses e eslovenos acusaram o fato da “língua nacional alemã” ter sido inventada por “chauvinistas da Grande Alemanha para justificar seu expansionismo territorial”, tem, como quis Hobsbawm (1998: 75), um “fundo de verdade”, e são bastante representativas das inadequações existentes entre uma categoria ideológica e uma realidade política multifacetada. Deve-se ter em conta, dado o panorama até aqui esboçado, que “a consciência histórica de que se orgulha o homem ocidental”, com suas referências ao passado e os elos criados entre este e o presente, talvez não passem, como argumentou White (1995: 18), “de uma base teórica para a posição ideológica a partir da qual a civilização ocidental encara seu relacionamento não só com as culturas e civilizações que a precederam mas também com as que lhe são contemporâneas no tempo e contíguas no espaço”; o que deve ser estendido às categorias ideológicas associadas com o nacionalismo. Na Alemanha de finais do século XIX, por exemplo, como expõem Díaz-Andreu & Champion (1996: 05), atribuiu-se, presunçosamente, por meio das idéias correlatas de nação, “raça” e linguagem, a um significativo número de achados arqueológicos da cultura germânica, de maneira muitas vezes arbitrária e tendenciosa, um elo com uma original “raça” indo-européia, como uma tentativa de fundar as bases da “superioridade da nação alemã”. As rela-

ções de parentesco entre o grego antigo e o alemão moderno, desenhadas por Humboldt, são, propõe-se, representações de um tipo análogo ao da exemplo da Arqueologia. Para aquele helenista alemão, como expôs Funari (1999b: 163), um elo entre as línguas alemã e grega, explicaria “a superioridade cultural” compartilhada por aqueles dois povos, sendo ambos o resultado da “autenticidade e pureza” de suas línguas, que não teriam sido contaminadas “por elementos estrangeiros”.

Momigliano (1984: 36-37) lembra que a historiografia é, hoje, para nós, muito mais importante do que foi, então, para os gregos. Para o helenista italiano, o aumento na demanda e uma renovação nas investigações históricas estão, também, relacionados com o crescimento dos estados europeus nos últimos séculos; o que teria guiado a História a “suprir a demanda” pela construção das novas identidades nacionais. Finley (1991: 5-7) já argumentou que a “grande tradição é bidirecional”, sendo, pois, o “interesse pelo passado (...) um diálogo onde um dos lados, devido à sua própria existência, vive e compreende de maneira contemporânea”. A disciplina de Estudos Clássicos, na sua incessante tentativa de confrontação da realidade contemporânea com os modelos originais gregos, propõe-se, insere-se no que Joyce (1995: 73) denominou de a parte mais ativa do “projeto da modernidade”: “não inocentemente descrevendo o mundo mas criando-o à sua própria imagem política e intelectual”. Desta forma, deve-se, portanto, ter em conta que tanto a idéia de História (em um sentido *lato*) quanto de Nação não se articularam modernamente sem uma substantiva e recorrente re-significação de um imaginado mundo antigo: do qual a Grécia foi, em um sentido utilitário, parte fundamental.

POR QUE A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS DEIXOU DE SER SOCIALISTA

Entrevista com o
tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho¹
Prof. Waldir José Rampinelli
Departamento de História -
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Em meados de 1973, surgiu no interior das Forças Armadas portuguesas, o Movimento dos Capitães, cujos objetivos eram, no início, apenas socioprofissionais. Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, chefiada pelo agora chamado MFA – Movimento das Forças Armadas –, ocorreu a divisão em três correntes. Os oficiais moderados, mais próximos dos socialistas eram, simbolicamente, liderados pelo grupo dos nove (entre eles, o mentor intelectual do programa do MFA, major Melo Antunes). Os “gonçalvistas” defendiam o aprofundamento da revolução numa linha terceiro-mundista ou das chamadas “democracias populares” do Leste Europeu e contaram, por algum tempo, com o apoio dos Partido Comunista Português e do Primeiro-Ministro, coronel Vasco Gonçalves. A terceira vertente do MFA era a dos “copconistas” (do COPCON, Comando Operacional do Continente), liderados por Otelo Saraiva de Carvalho, cuja entrevista de importância histórico-política inestimável segue.

- **Waldir José Rampinelli**²: Uma das grandes causas que motivaram os acontecimentos de Abril/74 foi a guerra colonial. No entanto, dentro do país a hegemonia da burguesia agrária era substituída pela burguesia industrial-financeira. Portugal trocava a África pela Europa. Até que ponto esta burguesia industrial-financeira também buscava a mudança do regime?

Tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho: A grande burguesia industrial-financeira se sentia limitada em um país pequeno como Portugal e, ao mesmo tempo, sufocada pelo regime. Salazar foi sempre um homem voltado para a ruralidade, não acompanhou (ou não quis acompanhar) a evolução dos tempos e portanto impediu o crescimento da indústria portuguesa. Claro que para os industriais, principalmente aqueles que queriam se afirmar como grandes, mesmo no campo financeiro (o caso Champalimaux é paradigmático), era necessário buscar novas fronteiras de negócios. E a Europa era o campo natural. Preferiam muito mais a integração em uma comunidade europeia e voltada para o Ocidente – como os Estados Unidos – do que manter o país sufocado naquele “cinzentismo” de uma dualidade ultrapassada.

Sem dúvida havia um certo domínio do poder econômico sobre o político, embora acima de tudo pairasse o ditador Salazar. Na verdade havia uma

¹ Otelo Saraiva de Carvalho, um dos capitães do Movimento das Forças Armadas de Abril de 1974, teve uma participação proeminente na queda do regime ditatorial português. Com o codinome de *Óscar* comandou, desde um centro de operação clandestino, todo o desenrolar da ação militar, tornando-se posteriormente governador militar de Lisboa. É autor de *Alvorada em Abril*, bem como de inúmeras entrevistas publicadas.

movimentação por parte da burguesia industrial e financeira.

W. J. R. Mas isso não derrubaria o regime por si só?

O. S. C. Podia pressionar o regime. Mas Salazar ia controlando e dominando esta burguesia.

W. J. R. O senhor, durante as movimentações do 25 de Abril, ficou encerrado entre quatro paredes comandando as operações. Em que exato momento sentiu que a vitória estava assegurada e por quê?

O. S. C. A partir do momento em que tive conhecimento de que o presidente do Conselho de Ministros³ – prof. Marcelo Caetano – se havia refugiado com alguns ministros no Quartel do Carmo⁴, que era o Comando Geral da Guarda Nacional Republicana (GNR). Eu não esperava que ele fosse para lá. Havia esta hipótese, no entanto ela era remota.

Na verdade, pensava que ele fosse para Monsanto, onde há uma unidade da Força Aérea, sobre uma colina que domina Lisboa, já que dali ele poderia resistir melhor e até buscar uma fuga aérea. Mas por se sentir perto da Polícia Política⁵, foi metido naquela armadilha do quartel do comando geral da GNR. Quando eu tive certeza através de nossos meios de escuta de que ele se encontrava ali, eu sabia que ele estava perdido.

Então mandei a coluna de blindados do capitão Salgueiro Maia avançar e cercar o quartel do Carmo. Sabia que havia uma coluna da GNR que estava fora e que poderia eventualmente cercar a nossa.. Mas ao ocupar por primeiro os arredores do quartel do Carmo era difícil que uma outra força dele se aproximasse.

Portanto, no exato momento em que soube que Marcelo Caetano estava refugiado no quartel do GNR do Carmo tinha certeza de que eles estavam perdidos.

W. J. R. O golpe de Estado se transformou em um processo revolucionário para logo depois voltar a ser uma revolução burguesa. Que fatores internos e externos possibilitaram que isso acontecesse?

O. S. C. Os princípios do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), anunciado ao país em 26 de abril de 1974, apontavam para a revolução burguesa. A origem de classe dos oficiais que formavam o MFA (o MFA, que

² Entrevista concedida a Waldir José Rampinelli no escritório do tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho, em Lisboa, no dia 26 de junho de 2001. A transcrição e as notas explicativas são do entrevistador.

³ Cargo criado pela Constituição de 1933 e que corresponde à função de primeiro-ministro no regime parlamentarista. No entanto, Oliveira Salazar havia transformado esta posição de mando em um verdadeiro poder ditatorial.

estava presente nas três armas, constituía 17% de oficiais, não mais) era, na sua maioria, proletária, mas muito deles já tinham passado para a classe burguesa.

Logicamente que, ao derrubar um regime ditatorial de direita e fascista, a tendência nunca seria para uma revolução socialista, mas burguesa. Foi de fato o que aconteceu e estava expresso no próprio programa político do MFA. Tentava-se destruir os mecanismos de uma ditadura fascista, salazarista e continuada por Marcelo Caetano para substituí-la por uma democracia de tipo ocidental, burguesa, parlamentarista, pluripartidária etc.

O que sucedeu mais tarde foi um retrocesso. A generalidade dos oficiais que constituíam o MFA, posteriormente com a adesão de outros milhares que não tinham participado ativamente do 25 de Abril mas que estavam integrados às Forças Armadas, todos eles aderiram ao espírito democrático-burguês.

Quando o processo entra no estado evolutivo que pode apontar para uma revolução socialista, levando os trabalhadores ao poder, isso assusta enormemente a classe média portuguesa, toda a burguesia e conseqüentemente os próprios oficiais que tinham feito o 25 de Abril. Estes eram progressistas, mas não revolucionários ao ponto de buscar um suicídio em termos profissionais.

Por isso foi levado a efeito uma concertação – com mais de 90% dos oficiais que constituíam as Forças Armadas – no sentido de travar o processo evolutivo de uma revolução socialista para fazê-lo voltar ao que chamaram de *regresso à pureza inicial do 25 de Abril*, expresso no programa do MFA.

Por sua vez o mundo ocidental não tinha o menor interesse em um foco de revolução socialista em Portugal.. Isso porque, sendo Portugal um país pequeno, poderia alastrar a chama revolucionária como um incêndio por toda a Europa, apaixonando os trabalhadores nos demais países e gerando conflitos sociais gravíssimos. Por isso os governos de toda a Europa ocidental, juntamente com os Estados Unidos, não interessados no sucesso de uma revolução socialista, procuraram travá-la.

Assim, enviaram para Portugal, em janeiro de 1975, em substituição ao embaixador estadunidense Stuart Scott, o senhor Frank Carlucci. Jovem ainda e que havia estado no Brasil por ocasião do golpe de 1964, tinha experiência de como travar um processo revolucionário. Por isso, quando Carlucci põe os pés em Portugal, começa a desenvolver uma missão – felizmente para os portugueses e Portugal acabou sendo não a tarefa catastrófica que havia sido delineada pelo secretário de Estado Henry Kissinger, que planejava a destruição de nossa economia para que o país se transformasse na *vacina da Europa contra o socialismo* – que consistia na idéia de que a união de algumas forças conjugadas poderia levar a um processo de democracia ocidental burguesa.

E então Carlucci serviu-se destas forças. Tais forças foram essencialmente o Partido Socialista, com o Dr. Mário Soares, e os militares, com o *grupo dos nove* – nove camaradas das Forças Armadas que integravam

o Conselho da Revolução, que fizeram com que germinasse no interior das Forças Armadas um movimento que acabou travando a revolução socialista, pondo-a nos caminhos da revolução burguesa.

W. J. R. – E qual era o plano específico de Kissinger para Portugal?

O. S. C. – Houve um plano específico. Nesta altura o ditador Francisco Franco ainda estava vivo e foi utilizado nesta travagem. Mário Soares também aderiu a este processo, já que seu projeto era o de um socialismo democrático dentro de uma perspectiva de democracia burguesa ocidental. Aliás, tornou-se muito amigo de Carlucci e este serviu-se politicamente de Soares para esta travagem da revolução, como também da parte moderada do MFA. Isso se deu graças a um plano militar preparado por um grupo de excelentes oficiais, liderados pelo tenente-coronel Ramalho Eanes, que logo a seguir foi eleito presidente da República, o que aconteceu em 25 de abril de 1976.

Buscou-se um pretexto para que não se acusasse o *grupo dos nove* de haver estrangulado a revolução popular, e este mesmo grupo, com o apoio do partido socialista, pôs fim aos avanços revolucionários. Não se fez resistência a isso, pois não se estava preparado para tal.

W. J. R. Os capitães – Movimento das Forças Armadas (MFA) – comandaram todo o processo da derrubada de um Estado autoritário que durara quase 50 anos. Como se explica que, depois de todo o trabalho feito, se permitisse que o general António de Spínola, que representava a hierarquia das Forças Armadas, e os conservadores de modo geral, tomasse conta do processo? Ingenuidade, espírito de hierarquização, falta de estratégia política?

O. S. C. – O general António de Spínola teve sempre como meta atingir a presidência da República. E todo o caminho que percorre, como militar, é para isso. Esteve em Angola, em 1961 ou 1962, onde se tornou notável como chefe militar em combate. Ganhou, portanto, prestígio na guerra e faz propaganda de sua ação como chefe militar. Regressa a Portugal e posteriormente vai cumprir novas funções, já na condição de general de duas estrelas, como comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné, acumulando o cargo de governador-geral.

Durante cinco anos, embora tenha mandato de seis, rodeia-se de um grupo de excelentes oficiais das Forças Armadas – sobretudo do exército –, e o seu quartel general é todo constituído por pessoas de elite. Cria um *staff* que vai torná-lo uma figura lendária em Portugal. Deste modo granjeia um enorme prestígio como chefe militar e vai ganhar uma dimensão muito grande como político.

Na condição de governador-geral ele adota os congressos do povo da Guiné, dos quais aparentemente vão resultar enormes benefícios para a população. Toda a sua estratégia durante os cinco anos de Guiné é a de ganhar

um prestígio incontrolável para conseguir a presidência da República.

Quando ele vem a Portugal passar férias, em agosto de 73, a situação militar na Guiné estava muito má. A guerra estava praticamente perdida pelas Forças Armadas portuguesas. E o general Spínola não aceitava isso, já que dentro da estratégia delineada não poderia ficar mais um ano por lá e ter de aceitar a derrota como chefe militar após cinco anos brilhantes.

Nesse momento Marcelo Caetano teve uma enorme dificuldade de ajustar um posto para o Spínola. Então promove-o a general de quatro estrelas e cria funções de vice-chefe geral do Estado Maior das Forças Armadas. Não contente com isso, Spínola quer afirmar-se politicamente para cativar a oposição portuguesa. Então publica, em fevereiro de 74, um livro chamado *Portugal e o futuro*. O livro apresenta uma tese, ultrapassada já naquela altura, de que dentro do espírito da portugalidade, ou seja, do mundo que fala português, avança uma proposta tipo do Commenwelth à portuguesa. Deste modo, o chefe de Estado seria o presidente da República portuguesa e todos os demais Estados seriam independentes com seus governos próprios e eleitos. No entanto, os comandantes dos movimentos de libertação – MPLA em Angola, PAIGC na Guiné e outros – já exigiam a independência total.

Spínola, ao defender esta tese, afronta o governo fascista de Marcelo Caetano que já vinha da época de Salazar com a idéia do império, onde a situação de Portugal não poderia ser discutida. Era assim e ponto final. A guerra precisava continuar, já que fazia parte integrante da política colonial, embora Salazar, a partir de 1961, adotasse a estratégia de um povoamento e desenvolvimento das colônias para mantê-las, depois de séculos entregues a um certo torpor. Tanto que o desenvolvimento econômico em Angola crescia em média 6% na década de 70.

Spínola, neste seu livro, afrontava o governo, pois apresentava uma outra saída. Marcelo Caetano não teve outra saída senão exonerá-lo da condição de vice-chefe geral do Estado Maior das Forças Armadas, como também demitir o chefe geral das Forças Armadas – general Costa Gomes – , que havia dado cobertura à publicação do livro.

A partir daí origina-se a terceira fase do movimento dos oficiais das Forças Armadas.

W. J. R. Vinte e sete anos depois de abril de 1975, qual é sua avaliação do movimento dos capitães? Não há uma grande frustração pelos desvios dos objetivos iniciais do MFA?

O S. C. Eu tenho, a posteriori, uma visão clara e serena dos acontecimentos. No dia 24 de abril de 1974 havia aderido ao programa político do MFA. Colocava-me na categoria dos progressistas, mas percebia logo que não havia possibilidade de uma revolução socialista. O que vai alterar as minhas convicções é exatamente o processo revolucionário, dominado em grande parte por pessoas de partidos, quer do comunista, quer de movimentos de

esquerda e da própria esquerda do Partido Comunista, que galvanizaram as massas populares perdedoras e lhes deram motivo para uma luta que elas começaram a desenvolver.

Então surgiram líderes de trabalhadores e populares que fizeram um grande trabalho, mas também muita asneira. As coisas magníficas feitas por eles passaram a idéia de que seria possível sair de uma revolução burguesa para uma socialista. Aqueles militares de esquerda que não se viam no Partido Socialista haviam se ligado ao Partido Comunista.

A mim, particularmente, não interessava uma sociedade com um partido único, acima do Estado. Mas sim uma sociedade mais livre, onde os trabalhadores tivessem voz ativa através chegar a uma Assembléia Nacional Popular da qual saísse o governo. Era de fato a perspectiva da construção pelo MFA e pelas Forças Armadas de uma democracia direta, a que eu chamei de *poder popular*.

Quando as Forças Armadas recuaram e os os objetivos iniciais do movimento político do MFA se esvaneceram, perdeu-se a possibilidade única de aproveitarmos aquele momento histórico para irmos muito mais longe na construção de uma democracia participativa, efetiva. Enfim, uma democracia melhor do que esta na qual nos encontramos.

A minha frustração reside apenas nisto: em considerar que tivemos nas mãos a possibilidade de criar um modelo novo de regime, um novo tipo de sociedade em que houvesse menos hipocrisia, menos violência, menos materialismo, menos dinheiro, mais fraternidade; em que o nível das populações pudesse aumentar e as grandes decisões políticas viessem da base para o topo.

Tudo isso não foi possível por causa das contingências do mundo e do domínio do Ocidente, e tivemos que ficar neste cinzentismo da revolução. Na verdade, a revolução nos trouxe valores que estão aí, como a liberdade, a dignidade, a representação dos trabalhadores etc.

W. J. R. – Quando se deram os acontecimentos de 25 de abril de 1974, obviamente que se pensou no reconhecimento internacional do movimento. E o que se pensou em termos de Brasil, já que vivíamos ainda em uma ditadura onde se começava a dar os primeiros sinais de democratização. Como dizia o general-presidente Ernesto Geisel, uma abertura lenta, gradual e segura.

O. S. C. – Tivemos uma preocupação com o Brasil, sobretudo devido a uma grande massa de portugueses radicados no Brasil, onde tinham feito toda a sua vida. O mesmo aconteceu com o arquipélago dos Açores, já que o conservadorismo, juntamente com o catolicismo – como também na Madeira – aqui possibilitara o surgimento dos independentistas.

Mas nós tínhamos necessidade do imediato reconhecimento internacional da revolução. Por isso foram escolhidos para a Junta de Salvação Nacional elementos do antigo regime. Já que os capitães de abril tomaram o

poder, por que não formaram eles a Junta de Salvação Nacional? Na realidade, nós sabíamos que, se integrássemos esta junta, o país se perguntaria “quem são estes jovens?” Tais jovens seriam ótimos como revolucionários, mas para as posições políticas pensantes não. Isto seria motivo de boicote por parte de todo o mundo ocidental.

A nossa perspectiva era a de criar uma rápida saída para a independência das antigas colônias e ao mesmo tempo manter o seu apoio, já que necessitávamos de suas matérias-primas. Ao deixarmos estas colônias seguirem o seu caminho, tínhamos que nos integrar em outro espaço político estratégico, que era a Europa. Ora, para ter o apoio da Europa à qual queríamos integrar o nosso país, precisávamos do reconhecimento imediato do mundo ocidental e dos Estados Unidos.

Por isso fomos buscar estes generais que deram confiança ao mundo ocidental. Assim não apareceríamos como um país em que persistia um terceiro-mundismo e onde os capitães queriam ser generais, e deste modo aceitamos dois destes generais, com muito prestígio, que foram o António Spínola e o Costa Gomes.

No entanto, como Spínola tinha uma ambição de poder muito grande, nós fomos travando esta ânsia, até que em 28 de setembro de 1974 ele renunciou à Presidência. Restou o Costa Gomes, um homem sem a ambição da Presidência, levando até o fim a sua missão.

Muitos pensam que o general Spínola foi o chefe da revolução. Na verdade, ele foi chamado por nós porque precisávamos dele para prestigiar a revolução e levar o mundo ocidental a reconhecer o mais rapidamente possível o novo governo.

URQUHART, Gordon. A Armada do Papa: Os segredos e o poder das novas seitas da Igreja Católica. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Gizele Zanotto
Doutoranda em História - UFSC

Compreender as manifestações religiosas de uma coletividade é uma tarefa árdua, especialmente quando analisamos o campo religioso contemporâneo e nos deparamos com sua incessante definição e redefinição, onde diferenças e cruzamentos se manifestam e assolam a visão superficial de uma relativa homogeneidade em seu interior. A constante redefinição das fronteiras do campo religioso traz em seu bojo a ampliação dos agentes e dos modos de gerir os bens de salvação, produzindo assim uma nova concorrência no mercado dos bens simbólicos e ultrapassando, deste modo, os conceitos tradicionais de religião e seita estabelecidos por Weber e Troeltsch.

Percebemos, em nossos dias, e como consequência do incessante deslocamento dos limites do campo religioso, um intenso movimento de busca da identidade, da cultura, da filiação religiosa, enfim, uma busca pelas raízes. Este movimento também está presente no âmbito católico, onde grupos, entidades e associações voltam-se para o passado em busca de uma maior identificação com a ortodoxia, visando retomar a “verdadeira fé cristã”, ainda livre das influências “maléficas” da sociedade moderna. Neste sentido, a análise-depoimento de Gordon Urquhart contribui para o esclarecimento de parte dos embates entre projetos concorrentes para a cura das almas no seio da Igreja Católica. Sua vivência de nove anos no movimento *Focolare*, serviu como mobilizador para uma análise mais acurada do campo católico contemporâneo, em especial para uma reflexão sobre alguns dos novos movimentos tradicionalistas (*Comunhão e Libertação*, *Focolare* e *Neocatecumenato*) que surgiram no século XX, e que hoje gozam do apoio dos altos escalões do Vaticano, principalmente do papa João Paulo II – embora sejam criticados por grande número de cardeais, bispos e membros do laicato.

O autor lembra que o florescimento destes grupos se relaciona com a eleição de Karol Wojtyła (1978) para o papado. A perspectiva do novo papa partiu do modelo polonês que, entre outras medidas, visou uma participação mais ativa do laicato, mas com o impulso sempre procedendo da hierarquia. Os novos movimentos ofereciam ao Papa vários elementos necessários para a restauração da Igreja pós-conciliar, assim como reforçavam a adesão incondicional à hierarquia. Sobretudo, eram salientes a centralização destes grupos, um eficiente e sofisticado sistema de comunicação interna, um ímpeto expansionista e missionário, uma extrema tendência conservadora (influências integrista e ultramontana), auto-suficiência e, principalmente, obediência irrestrita ao Papa.

Os movimentos analisados pelo autor apresentam uma organização extremamente hierárquica, encimada pelo/a fundador/a (*Focolare* – Chiara

Lubich, *Comunhão e Libertação* – Dom Giussani, e *Neocatecumenato* – Kiko Arguello), que é idolatrado pelos seus sequazes. Sua estrutura interna é formada por círculos concêntricos, ou seja, quem está no círculo de fora não sabe o que acontece nos círculos centrais. Impera uma “política do silêncio”, até mesmo entre os membros dos movimentos. Urquhart também aponta o reordenamento da vida dos membros que, após adotarem uma das novas propostas de prática cristã, modificam seu cotidiano, suas relações familiares e de trabalho em função dos valores tradicionais retomados pelo grupo a que pertence. A nova base, para qualquer relação, é a doutrina triunfalista e integrista de catolicismo, que está ancorada em um pretense resgate da ortodoxia cristã, ou melhor, no resgate de uma leitura particular de ortodoxia, esboçada pelos fundadores do grupo.

A descrição de Urquhart é preocupante, estes movimentos aparecem como igrejas paralelas que, acreditando ter a única resposta legítima para alcançar a felicidade e a paz, buscam salvar o mundo dos seus “erros”, um mundo que rejeitam como fonte de influências maléficas para seus membros. Seu fundamentalismo, o mistério acerca de seus ritos e cultos, a transformação que impulsionam na vida de seus membros, a idolatria da personalidade de seus fundadores, as acusações de lavagem cerebral, a criação de comunidades isoladas, a obediência cega aos superiores e ao Papa, são apontados como evidências de que tais movimentos funcionam, e agem, como seitas, embora estejam legitimadas pela hierarquia e, como menciona o autor, advogadas pelo papa João Paulo II.

O grande mérito desta obra, essencialmente empírica, é impulsionar o debate sobre estes “novos movimentos religiosos” - sua doutrina, suas práticas e seus anseios -, que reúnem/mesclam características que, na visão de Weber e Troeltsch, são tipicamente religiosas com características de comportamento sectário. Além disto, o estudo de Urquhart evidencia a configuração de uma crescente lógica de seita no seio da Igreja. Este depoimento também suscita inúmeras outras questões para a ampliação do estudo de grupos religiosos: porquê estes grupos fascinam tanto os seus membros, como conseguem angariar tantos sequazes dispostos a reordenar totalmente suas vidas, quais os fatores que mais contribuem para sua expansão mundial, etc. Por fim, lembramos que uma obra como a de Urquhart revela um crescente radicalismo também no seio da Igreja Católica; a crença na manutenção “da verdade”, o status de cristãos eleitos, a adesão incondicional as premissas de seus líderes e do Papa resultam, também, em uma postura de alheamento da sociedade, vista como corrupta, que ocasiona segregamento e intolerância para com o outro. Estes elementos já impulsionaram inúmeros conflitos, será que provocará ainda mais desarmonia neste novo século??!!!

ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1 ed. Londrina : Editora UEL, 2001.

Ely Bergo de Carvalho
Mestrando em História - UFSC

O livro "Natureza na América Latina: apropriações e representações" chama a atenção logo no título, afinal, a temática da natureza não é comumente abordada por historiadores. As ciências sociais como um todo e a história, em particular, chegaram tarde ao debate sobre os problemas ambientais.¹ Os "pais" das ciências sociais, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, se voltaram contra seus predecessores, como Augusto Comte e Herbert Spencer, para quem a sociologia deveria estar ontológica e epistemologicamente dependente da biologia; se opuseram, assim como Durkheim, ao afirmar que "o fato social explica o fato social", não chegando a disconsiderar a relação entre seres humanos e ambiente em suas teorias sociais, mas relegando-a a um segundo plano.²

Nas últimas décadas:

Uma catástrofe ecológica iminente passou a preocupar não só os ecologistas, mas também outros setores da sociedade civil. Estas preocupações têm se traduzido em um forte consenso de que alguma coisa precisa ser feita urgentemente para interferir no processo de degradação ambiental.³

Tais efeitos deletérios ao ambiente, a ponto de colocar em risco os próprios seres humanos, ou pelo menos a crença cada vez mais generalizada de que eles existem e que algo precisa ser feito para mudar nossa relação com o ambiente, é o que denominamos de "crise ambiental", a qual colocou novamente no centro das discussões a relação entre sociedade e ambiente.

Os historiadores estão chegando tarde neste debate, apesar de terem uma tradição nele. Afinal, os *Annales*, no início do século, foram fecundados pela geografia francesa, e mesmo no Brasil encontramos trabalhos brilhantes sobre a relação seres humanos e ambiente, como "Nordeste", de Gilberto Freire.⁴ Todavia, os encontros da ANPUH (Associação Nacional de História), dos últimos anos, revelam a pouca expressividade desta temática entre os historiadores, embora haja um aparente crescimento no número de trabalhos

¹ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

² GOLDBLATT, David. *Teoria Social e Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

³ GRÜN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental: A conexão necessária*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1996. p. 20

⁴ Um trabalho brilhante para a sua época, por mais que possamos discordar do autor.

⁵ ARRUDA, Gilmar. A Natureza entre Apropriações e Representações. In: _____; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (orgs.). *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. 1 ed.

a respeito desta temática. Desta forma, "Natureza na América Latina" vem suprir uma lacuna na historiografia brasileira e latino-americana.

A idéia de produzir o livro surgiu, segundo um dos seus organizadores, "durantê a XII Reunião do Grupo de Trabalho de História Regional do CESLA - Centro de Estudos Latino Americanos, da Universidade de Varsóvia em agosto de 1999, na cidade do Rio de Janeiro".⁵ A partir deste momento inicial, os três organizadores reunirão um conjunto de doze artigos, os quais geograficamente se referem ao sul do México, ao litoral e pampa argentino e ao Brasil.

Os autores identificam-se como: filósofo 1, economista 1, arquitetos 2, literatos 2, geógrafos 2 e historiadores 6. E nem sempre se mantêm restritos às suas áreas de conhecimento, utilizando instrumental teórico-metodológico de outras áreas

Reunindo trabalhos no campo da literatura, como o de Eduardo Vieira Martins, "Lugar Comum: A descrição da natureza em José de Alencar", no qual se analisa os modelos de descrição da natureza em José de Alencar, ele conclui que esta não deve ser comparada com o real, pois o objetivo do escritor não era reproduzir o sertão nordestino ou gaúcho, e sim criar uma sensação no leitor, que era "prescrita" pelo romantismo. Ou a obra de Robert W. Wilcox: "La ley del menor esfuerzo": La naturaleza y ganaderos en el pantanal de Mato Grosso, Brazil, 1870-1980", que busca como se produziram modos de vida que sejam "sustentáveis", focalizando uma atividade sócio-econômica à criação de gado no Pantanal mato-grossense, e se pergunta: quem seria mais adequado para preservar aquele ecossistema os criadores de gado que nele habitam e dependem ou os burocratas estatais? Após perscrutar a história da região, afirma que ali se produziu uma forma de exploração relativamente sustentável, mas que nos últimos cinqüenta anos, em virtude de "forças de mercado interno e externo", mudou rapidamente em direção a uma degradação acelerada do ambiente. Ressalta o referido autor que os pecuaristas, por terem apresentado uma relativa estabilidade ecológica e sócio-econômica, por mais de cem anos, apresentam, em muitos casos, uma disposição em buscar soluções para a preservação, ao mesmo tempo em que a destruição do sistema tradicional de produção, por estes mesmos pecuaristas, gera a degradação da região a qual exige a união de pecuaristas, ecologistas e Estado a fim de buscar uma solução. Ou ainda o trabalho de Gilmar Arruda: "Fotografias de Cidades de Fronteira: a vitória sobre a natureza", no qual o autor constata que a

natureza aparece [...] como tema privilegiado em fotografias do processo de avanço da fronteira sobre as terras do oeste de alguns Estados do Brasil. Nestas regiões de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, o rápido deslocamento das frentes de expansão foi acompanhada do surgimento de centenas de pequenas cidades. Nas fotografias destes "partos de

Londrina : Editora UEL, 2001. p. vii.

⁶ ARRUDA, op. cit., p. x-xi

idades”, de suas primeiras décadas, transparece as percepções correntes sobre a natureza dos personagens daquele processo. A natureza era símbolo de riqueza, mas devia ser vencida para se construir a civilização.⁶

Tal diversidade, reunindo trabalhos que nem sempre se complementam, reflete a proposta da obra de não efetuar recortes teóricos metodológicos, e sim reunir material sobre um espaço: a América Latina, e de uma temática: a apropriação e representação da natureza.

Há trabalhos que enfatizam a construção simbólica e outros a material, do ambiente. Mas a maior contribuição do livro é mostrar esta continuidade que aparentemente separa o material e o simbólico. Tal ligação aparece claramente nos trabalhos de Fernando Cacopardo, Elisa Pastoriza e Javier Sáez: “Artefactos y prácticas junto al mar. Mar del Plata: el camino de apropiación del Sur, 1880-1940” e também no trabalho de Graciela Zuppa: “Construcciones y representaciones en los nuevos escenarios de la naturaleza costera. Mar del Plata Norte en sus orígenes.”:

Não é possível entender aquilo que poderíamos, *a priori*, designar de uma apropriação concreta, como, por exemplo, a construção de balneários no litoral, sem entendermos o processo pelo qual as representações existentes sobre o mar, a praia, as férias e o lazer mudaram, permitindo o surgimento do “desejo do mar”. Mas este mesmo desejo só pode ser realizado com mudanças acontecidas no campo da economia, nas relações de trabalho.⁷

Ainda como afirma um dos organizadores:

As noções de apropriação/representação, de difícil separação ou precisão de onde começaria uma e terminaria outra, foi tomada no presente livro como uma forma de separar o mundo material do mundo simbólico, embora sabendo que esta separação é absolutamente arbitrária, como os próprios textos comprovam cabalmente.⁸

Esta é a proposta geral da obra. Vejamos alguns elementos mais pontuais. A história foi e ainda é, em muitos casos, apanágio dos poderosos,

⁷ Ibid., p. viii

⁸ Ibid., p. viii

⁹ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Os Annales e a historiografia francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: EDUEM, 2000.

¹⁰ Por mais que as ciências sociais tenham nascido sob a idéia que é possível eliminar ou pelo menos “controlar” nossas “prenoções”, hoje sabemos que temos que aprender a conviver com elas. Para este debate a partir do conceito de ideologia, ver: VICENT, Andrew. Ícones e iconoclastia. In: _____. *Ideologias Políticas Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 274-6. Para este debate a partir do conceito de mito, ver: SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 142-3, passim.

entretanto, a história contemporânea é herdeira de uma tradição crítica, ácida em relação aos poderes instituídos, como, por exemplo, se propõem o movimento dos Annales e o marxismo.⁹ Porém, em nosso trabalho iconoclasta, sempre acabamos por produzir novos “ícones”.¹⁰

Desta forma, temos na obra aqui analisada uma crítica ao “mito do mercado livre” - idéia que, após quase cinqüenta anos expulsa das políticas econômicas, retornou, nos últimos trinta anos, com um valor às vezes dogmático. Luis Fernando Leriche Guzman em “Colonización y Globalización, cuatro siglos de apropiación territorial: el caso de la Isla del Carmen en el Golfo de Mexico”, busca mostrar como em cinco séculos tal ilha se configurou em um exemplo “paradigmático” de um sistema produtivo vinculado à exploração de recursos naturais, gerando pobreza, vulnerabilidade e dependência economia em relação a interesses políticos e econômicos externos, chamados eventualmente pelo nome “mítico” de “livre mercado”.

Mas também temos a construção de “ícones”. Marcos Fábio Freire Montysuma, em “História e Meio Ambiente no Acre”, analisa a relação entre seringueiros e o “ambiente” na Reserva Extrativista Chico Mendes, situada no Estado do Acre, percebendo uma identificação daquele grupo com a floresta, produzida como herança cultural resultante da relação de gerações com a floresta. E que:

No Acre, após um período triunfante das motos-serra sobre a floresta e das balas sobre os seringueiros no interior dos seringais, também ao longo das rodovias ia se espalhando a devastação a ferro, fogo e sangue. Mas momentaneamente esse quadro está contido pela coerência e força da mobilização dos seringueiros, que observaram a não regeneração da flora nas extensas áreas devastadas, enfrentaram de vez os fazendeiros não só no sentido de defesa da terra, mas formulando outras políticas para uso da floresta e seus recursos.¹¹

Sem dúvida, a luta pela criação das reservas extrativistas, é um grande marco da construção da cidadania no Brasil, e portanto, da construção da democracia, além de ser um passo importante em direção a modelos de vida mais sustentáveis, que merece não apenas ser contada, mas também

¹¹ MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. *História e Meio Ambiente no Acre*. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (orgs.). *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. 1 ed. Londrina : Editora UEL, 2001. p. 231-246. p. 241

¹² Um balanço ponderado sobre a problemática da preservação da biodiversidade e das “comunidades tradicionais” é o texto de: FERREIRA, Lúcia da Costa. *Dimensões Humanas da Biodiversidade: Conflitos em torno de Áreas Protegidas no Brasil*. Disponível em: <<http://www.chf.ufsc.br/~ppgsp>>. Acesso em: 26 mar. 2003.

¹³ BUTTEL, Frederick H. Sociologia Ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. HERCULANO, Selene; et al. (org.). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: Ed. UFF, 2000. p. 34. O autor está citando as pesquisas empíricas de: MOL, Arthur P. J. *The refinement of production*. Utrecht: Van Arkel, 1995.

¹⁴ O autor cita: MIRANDA, F. *Vegetación de la península Yucateca*. [S.l.]: Chapingo México, 1978.

comemorada. Todavia, o autor superestima o papel dos “povos da floresta”, pois há outros fatores, como o movimento ambiental mais amplo, a legislação e as novas exigências ecológicas do mercado mundial, que influenciaram para “conter momentaneamente” o quadro de devastação da região estudada. E mais, sua identificação entre seringueiros e a floresta pode criar a falsa impressão de estarmos nos referindo a “bons selvagens ecológicos” — que não é corroborada pelo autor, e que nos impediria, por exemplo, de pensar o problema da redução, constatada em pesquisas recentes da biodiversidade em unidades de conservação nas quais se permite a presença de “povos tradicionais”.¹² A literatura sociológica ambiental tradicional norte-americana padeceu de problemas semelhantes em suas análises ao:

ter superestimado a coerência dos movimentos ambientalistas e exagerado o grau de melhora ambiental que derivara definitivamente da mobilização destes movimentos. Por exemplo, [...] muito do melhoramento ambiental que ocorreu realmente desde meados dos anos 70 foi devido à conservação induzida pelo mercado, a mudanças comportamentais, a avanços tecnológicos e a mecanismos legais e cíveis que desencorajavam a exposição à litigação por conta dos riscos e aborrecimentos.¹³

Em outros casos podemos ter construção e destruição de “ícones”. Ricardo Ferre D’Amare, em “La apropiación del espacio geográfico de la península de Yucatan: el caso Campeche”, analisa como na dita região houve diferentes formas de apropriação do espaço em diferentes “modos de produção”. O autor vai se pautar em outros trabalhos¹⁴ para afirmar que: “Además del proceso natural de asociaciones vegetales la selva maya es el resultado de un proceso antrópico milenario. No hay tal selva primigenia, las selvas tropicales son el resultado de la acción de sus pobladores que realizaron un ordenamiento espacial de la vegetación, las sucesiones no son casuales.”¹⁵

¹² D’AMARE, Ricardo Ferre. La apropiación del espacio geográfico de la península de Yucatan: el caso Campeche. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1 ed. Londrina : Editora UEL, 2001. p. 217-230. p. 221

¹⁶ MOTA, Lúcio Tadeu. Transformações dos territórios indígenas no Paraná em imensos “vazios demográficos”. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**: revista anual de metodologia da pesquisa, Maringá, v. 4, n. 4, p. 1-54, 1993.

¹⁷ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. passim

¹⁸ BALÉE, W. Cultura na Vegetação da Amazônia. In: ALVES NEVES, W. (org). **Biologia e ecologia humana na Amazônia**. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1989. p. 95-105. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216. p. 210.

¹⁹ TOURN, Gladys Mabel. La representación y apropiación de la naturaleza en el borde de la pampa Argentina: persistencias y rupturas del esquema urbano. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1 ed. Londrina : Editora UEL, 2001. p. 273-284. p. 283. (Grifo nosso)

Muitos trabalhos vêm demonstrando a impropriedade de falarmos em uma “mata virgem”, intocada pelo ser humano. Tal idéia é resultado de uma operação discursiva, que naturaliza as sociedade indígenas, retira seu componente humano e considera que, sendo os “indígenas parte da natureza”, eles não mudariam a floresta/natureza; e/ou que elimina a presença indígena, pois considera os vastos “sertões”, em geral ocupados por populações indígenas, como espaços desabitados, uma eliminação discursiva do outro, que acompanha a eliminação física.¹⁶

Deste modo, Warren Dean argumenta que quando os europeus chegaram à Mata Atlântica, longe de encontrarem uma “mata virgem”, “resquíio do paraíso terrestre intocado pela mão humana”, aquele ecossistema já estava marcado pelas queimadas, caçadas e outros usos das sociedades indígenas que modificaram a ecologia da floresta, a qual já era fruto de dez mil anos de ação humana em seu interior.¹⁷ Mesmo áreas que pareçam ser intocadas pela mão humana, podem ser resultado desta ação, como as “matas de bambu da Amazônia, que são “resultado de queimadas num período pré-colombiano bastante recuado”¹⁸

Em outro artigo da coletânea, o qual se propõem a analisar as continuidade e descontinuidades no esquema urbano criado no período colonial, para controlar um território com escassa população e abundante riqueza, e sua aplicação ao Pampa argentino, que no final do século XIX e início do XX, com a “Campanha do Deserto”. passou por um processo de “limpeza”/extermínio da população indígena e imigração de populações de descendência européia. Trabalho intitulado “La representación y apropiación de la naturaleza en el borde de la pampa Argentina: persistencias y rupturas del esquema urbano” Gladys Mabel Tourn conclui:

Vemos así que la representación de lo urbano se materializó desde los asentamientos españoles y adquirió un arraigo y una trascendencia que lo proyectó cuatrocientos años después a otros escenarios, que tenían en común con casi todas las ocupaciones primigenias **su condición de ser prácticamente vírgenes.**¹⁹

Persiste no texto a idéia de uma terra “praticamente virgem”. Os vários pontos específicos apontados aqui são expressão, por um lado, como já afirmamos, do trabalho de crítica de nossas “prenoções”, o qual denominamos metaforicamente de “ícones”; por outro lado, talvez sejam resultados de uma opção dos autores de reunir, sem corte, trabalhos de diferentes áreas e que buscassem a interdisciplinaridade: em geral um geógrafo ou um filósofo falando

²⁰ Para uma crítica a esta forma convencional de abordar a interdisciplinaridade, ver: Congresso sobre interdisciplinaridade realizado em agosto na Universidade de Stanford (EUA) deu origem ao documento que vê no conceito de emergência a “mão invisível” que articula a colaboração entre áreas como filosofia, química, biologia e teoria literária. **Folha de São Paulo**, 24 nov. 2002. Caderno Mais.

de história parecem ser “historicamente” ingênuos, mas, com certeza, um historiador falando de geografia ou filosofia também parece, aos olhos dos especialistas, filosófica ou geograficamente ingênuo. Longe de ser um problema circunstancial, isto é um problema central nos trabalhos interdisciplinares, considerando que há hoje um relativo consenso da necessidade de superar as barreiras disciplinares, seja de forma inter, multi ou transdisciplinar, para analisar a relação entre seres humanos e o ambiente.²⁰ A opção dos organizadores de formar um caleidoscópico, o qual o livro como um todo nos proporciona, nos permite perceber a diversidade teórico-metodológica e, sem dúvida, é uma bela contribuição que possibilita refletir e avançar na temática da apropriação da natureza na América Latina.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO
FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História

1. Os trabalhos enviados para publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea em outro periódico. De preferência redigidos em português. a *FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História* publicará, eventualmente, textos em espanhol.
2. Os trabalhos enviados serão apreciados pelo Conselho Editorial, que buscará pareceres de Consultores ad-hoc. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos. Os nomes dos consultores permanecerão em sigilo, omitindo-se os nomes dos autores perante os consultores.
3. Os originais deverão ser encaminhados em três vias, digitados em espaço duplo, em torno de 20 laudas, incluindo tabelas e bibliografia, além de um disquete com o artigo digitado em formato Word for Windows. Cada lauda deverá ter 30 linhas com 80 caracteres.
4. A apresentação dos trabalhos deve seguir a seguinte ordem:
 - a. Título pleno em português.
 - b. Sugestão de título abreviado.
 - c. Nome de cada autor, seguido por afiliação institucional.
 - d. Indicação do autor e a quem a correspondência sobre o artigo deve ser enviada, com o endereço completo.
 - e. Resumo em português com, no máximo, 5 linhas.
 - f. Palavras-chaves em português (mínimo de 3 e máximo de 5).
 - g. Título pleno em inglês, compatível com o título em português.
 - h. Abstract, em inglês, compatível com o texto do resumo.
 - i. Keywords, em inglês, compatíveis com as palavras-chaves.
5. Texto. As notas de rodapé, quando existirem, deverão ser de natureza substantiva, e indicadas por algarismos arábios sem ordem crescente. As menções a autores, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema: (Sobrenome do autor, data) ou (Sobrenome do autor, data, página). Ex. (Ginzburg, 1997) ou (Ginzburg, 1997, p. 76). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra depois da data. Ex. (Le Goff, 1997a), (Le Goff, 1997b).
6. A bibliografia (ou referências bibliográficas) será apresentada no final do trabalho, listada em ordem alfabética, obedecendo aos seguintes esquemas:
 - a. Livro: SOBRENOME, Nome. Título em negrito. Local de Publicação: Editora, data. Ex. ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

b. Coletânea: SOBRENOME, Nome. Título normal. in: SOBRENOME, Nome, org. Título do livro em negrito. Local de publicação: editora, data. p. i-ii. Ex. FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF, Jacques, org. História: novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 198-215.

c. Artigo. SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em negrito, local de publicação, número do volume, número do fascículo, página inicial-final do artigo, mês(es) e ano da publicação. Ex. CAMPOS, Cynthia Machado. O imaginário nacionalista em Sílvio Romero. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis. v. 6, n. 23, p. 11-34, 1998.

d. Tese acadêmica. SOBRENOME, Nome. Título da tese em negrito. Local, data, número de páginas. Dissertação (Mestrado) ou Tese (Doutorado). Instituição em que foi defendida. (Centro ou Faculdade e Universidade). Ex. FERREIRA, Sérgio Luiz. O banho de mar na ilha de Santa Catarina (1900-1970). Florianópolis, 1994, 140p. Dissertação (Mestrado). Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

7. FRONTEIRAS é uma publicação não partidária ou doutrinária, autônoma e pluralista, recebendo contribuições independente das posições políticas e ideológicas de seus autores, que são responsáveis pelas opiniões expressas em seus artigos.

Os artigos deverão ser enviados para:

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História

Departamento de História - Sala 06

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Santa Catarina

CEP: 88040-900 - Florianópolis/SC

e-mail: anpuhsc@cfh.ufsc.br

Fone: (48)331-9359 ramal 05

www.cfh.ufsc.br/~anpuhsc

NESTE NÚMERO:

..

Portugal enquanto Profecia: Génese, Conteúdo e Metamorfoses do
Profetismo Português
José E. Franco

O Olhar do Vizinho: a opinião pública argentina e a formação das
fronteiras territoriais brasileiras
Adelar Heinsfeld

As Perspectivas de Análise do Trabalho na Historiografia Catarinense
Jaqueline A. M. Z. Schmitt

Corpos (em tempos) Modernos
Luciana R. F. Klanovicz

O Declínio da Pesca da Baleia nas Armações Catarinenses
Fabiana Comerlato

Etnicidade e Espaço no Distrito Bananal (atual município de Guaramirim/SC)
Gerson Machado

Viajantes, Imigrantes e suas Impressões sobre a Floresta de Santa Catarina
Manoel P. R. T. dos Santos e João Klug

A História Antiga e a Formação das Nações Europeias
Fábio A. Hering

ENTREVISTA

Por que a Revolução dos Cravos deixou de ser Socialista
Waldir J. Rampinelli e Otelo S. de Carvalho

RESENHAS/LIVROS

A Armada do Papa: os segredos e o poder das novas seitas da Igreja Católica
Gizele Zanotto

Natureza na América Latina: apropriações e representações
Ely B. de Carvalho